

DAIANA NARDINO DIAS

O ESTADO DA ARTE SOBRE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciana Patricia Zucco.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

DIAS, Daiana Nardino

O ESTADO DA ARTE SOBRE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL /
Daiana Nardino Dias; orientadora, Luciana Patricia Zucco
- Florianópolis, SC, 2014. p. 165.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Gênero. 3. Produção do
conhecimento. I. Zucco, Luciana Patrícia. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Momento de agradecer àquelas/es que contribuíram para o resultado deste trabalho.

Ao meu marido, amigo e companheiro Kleiton, pelo carinho, respeito, compreensão e paciência.

Aos meus pais Geraldo e Juri, pelo amor e carinho dedicado e embora distantes fisicamente, estão sempre presentes me apoiando e incentivando.

Aos meus irmãos Catiana, Adriani e Simoni pelo carinho, amizade e companheirismo que há entre nós.

À professora/orientadora doutora Luciana Patrícia Zucco pelo compromisso, sinceridade, dedicação e pelas importantes contribuições e reflexões, fundamentais para a construção deste trabalho.

Às professoras doutoras Teresa Kleba Lisboa, Rosana de C. Martinelli e Rita de Cássia Freitas por aceitarem prontamente fazer parte dessa banca e pelas importantes e instigantes contribuições.

Às colegas do grupo NUSSERG pelas sugestões e estimulantes discussões sobre a temática pesquisada.

Às colegas e amigas da Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação, principalmente, Bruna, Leticia Braz, Fernanda, Camila, Fabiana, Maristela, Renata Nunes, Ana Paula, Denise e Fabiani, pela garra, comprometimento que, sem dúvida, foram fundamentais e muito contribuíram para que eu conseguisse conciliar a vida acadêmica e o trabalho.

Agradecimento especial para Letícia Martins pela amizade, parceria e por aguentar minhas ansiedades e angustias, à Patrícia Chaves de Souza pela pronta ajuda na correção e, concomitante, aulas de português, à Henrique Falcão Ferreira que prontamente contribuiu na transcrição do resumo.

E, por fim, às/ aos colegas e professores do PPGSS que direta ou indiretamente contribuíram para concretização de mais essa etapa da minha formação acadêmica.

Epígrafe

Não digam nunca: isso é natural!
Para que nada possa ser imutável!

(Bertold Brecht)

DIAS, Daiana Nardino. O estado da arte sobre gênero no Serviço Social. Dissertação – Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC – 2014.

RESUMO

Essa dissertação consiste no estado da arte do Serviço Social brasileiro sobre gênero e tem como objetivo analisar a produção realizada pela profissão sobre essa temática e identificar as características e os sentidos empregados nas discussões, bem como apresentar as temáticas associadas a ela. O interesse surgiu do contato com leituras que apontam o descompasso existente entre o Serviço Social e gênero, as dificuldades de inserção dessa temática na formação profissional e a importância dessa categoria para análise das relações sociais (LISBOA, 2010; MOREIRA *et al.*, 2006; VELOSO, 2001). Foram utilizadas como fonte de coleta de dados os anais dos principais eventos político-científicos da profissão (CBAS e ENPESS) e os artigos de revistas da área (Serviço Social e Sociedade e *Katálysis*), com vistas a assegurar um quadro substancial das investigações teóricas produzidas pelos assistentes sociais a partir da perspectiva de gênero. O período delineado para compor a pesquisa foi de 2001 a 2013, totalizando um corpus de 520 produções, sendo 495 oriundos dos eventos e 25 dos periódicos. A partir da discussão realizada é possível afirmar a relevância dos estudos de gênero para a produção de conhecimento no Serviço Social e para sua construção contemporânea como profissão interventiva. Os estudos indicam que a realidade social impõe as discussões de gênero à profissão e que há um processo endógeno de construção e de visibilidade que evidencia a necessidade de ampliação do debate e da apropriação desses estudos pela categoria. Os desafios trazidos pelo corpus e que podem ser problematizados como objeto de estudo para melhor compreender a interação entre Serviço Social e gênero estão relacionados às discussões em torno das masculinidades, da articulação com outras categorias analíticas, da ampliação de pesquisas em torno das políticas sociais, segundo a transversalidade de gênero, dentre outros.

Palavras-chave: produção do conhecimento. gênero. serviço social.

DIAS, Daiana Nardino. O estado da arte sobre gênero no Serviço Social. Dissertação – Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC – 2014.

ABSTRACT

This dissertation consists of state of the art of brazilian Social Work on gender and aims to analyze the production performed by the profession on this topic in order to identify the profile and senses employees in discussions and present the issues associated with it. The interest arose from contact with readings that indicate the mismatch between Social Work and gender, the difficulties of insertion of this theme in the training and the importance of this category to the analysis of social relations (Lisbon, 2010; Moreira et al., 2006; Veloso, 2001). The annals of the main political and scientific events of the profession (CBAS and ENPESS) and magazine articles area (Social Work Society and Katálysis), with were used as source of data collection aimed at ensuring a substantial framework of theoretical investigations produced by social workers from a gender perspective. The period outlined to compose the research was from 2001 to 2013, totaling a corpus of 520 productions, 495 of these coming events and 25 of the journals. From the discussion held is possible to assert the relevance of gender studies in the production of knowledge in Social Work and its contemporary construction as interventional profession. Studies indicate that social reality imposes discussions of gender and the profession that there is an endogenous process of building visibility and highlighting the need to expand the debate and ownership of these studies by category. The challenges brought by the corpus and can be problematized as an object of study to better understand the interaction between Social Work and gender are related to discussions around masculinities, in conjunction with other analytical categories, the expansion of research around social policies, according to gender mainstreaming, among others.

Keywords: knowledge production, gender, social work.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudo e Ação Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CFESS	Conselho federal de Serviço Social
CLADEM	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ENPESS	Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social
FAMETRO	Faculdade Metropolitana de Manaus
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminista
FGV	Fundação Getúlio Vargas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
FSS	Faculdade de Serviço Social
FUFPI	Universidade Federal do Piauí
FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação

MMM	Marcha Mundial de Mulheres
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTRC	Programas de Transferência condicionada de Renda
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SPM-PR	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins

UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNICSUL	Universidade Cruzeiro Sul
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAMPAS	Universidade Federal do Pampa
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISUAM	Centro Universitário Augusto Motta
UNIVAG	Centro Universitário de Várzea Grande

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição dos eixos e subeixos com a temática de gênero por evento no período de 2001 a 2013.....	106
Quadro 2: Demonstrativo da produção bibliográfica sobre gênero no Serviço Social por tipo de produção, no período de 2001 a 2013.....	108
Quadro 3: Distribuição dos trabalhos na modalidade Comunicação Oral dos CBAS, por ano, local de realização e temática central do evento, 2001-2013.....	111
Quadro 4: Distribuição dos temas levantados nos anais dos CBAS que versam sobre gênero no período de 2001 a 2013.	113
Quadro 5: Distribuição dos trabalhos da modalidade Comunicação Oral dos CBAS, por ano, local de realização e temática central do evento, 2002-2012.....	114
Quadro 6: Distribuição dos temas levantados nos anais dos ENPESS que versam sobre gênero no período de 2002 a 2012.	116
Quadro 7: Distribuição e percentual dos temas levantados nos anais dos CBAS e ENPESS que versam sobre gênero no período de 2001 a 2013.	117
Quadro 8: Eixos temáticos que mobilizaram as discussões sobre gênero	121
Quadro 9: Eixos temáticos que mobilizaram discussões de gênero por ano de publicação.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das/os indigentes e pobres brasileiros por sexo e cor/raça, em 2009.....	74
Gráfico 2: Distribuição da produção sobre gênero nos CBAS e ENPESS no período de 2001 a 2013	115

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. DO FEMINISMO AO GÊNERO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	19
2.1 A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA: ORIGENS, POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES.	21
2.2 FEMINISMO NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA PARTICULAR.....	31
2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS: DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE FEMINISMO ÀS CONCEPÇÕES DE GÊNERO	54
3. SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM OS ESTUDOS DE GÊNERO	71
3.1 DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO NO BRASIL ..	71
3.2 SERVIÇO SOCIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	80
3.3 SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: CARACTERÍSTICAS E CAMPO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL	88
3.4 O LUGAR DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	96
4. A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO: CARACTERÍSTICAS E SENTIDOS DA PRODUÇÃO.....	103
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO	103
4.2 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO: CBAS E ENPESS	109
4.3 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO NAS REVISTAS SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE E KATÁLYSIS	120
4.4 SENTIDOS DA PRODUÇÃO TEÓRICA	127
4.4.1 <i>Serviço Social e Sociedade</i>	127
4.4.2 <i>Katálysis</i>	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

1. INTRODUÇÃO

A categoria gênero tem sido difundida no âmbito acadêmico desde a década de 1980. No Brasil, a difusão das discussões de gênero ocorreu nos anos 90, a partir da tradução do texto de Joan Scott: *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, “tornando-se um marco referencial para a produção e atuação feminista no país” (CISNE, 2012, p. 149). Esta categoria, além de oferecer um novo olhar sobre as distinções entre as características consideradas femininas e masculinas, evidenciou as hierarquias presentes no social, bem como sua compreensão. Ademais, foi considerado um avanço significativo em substituição às possibilidades de análise oferecidas pela categoria “mulher” (PISCITELLI, 2002).

Carloto (2001) utiliza a nomenclatura conceito para trabalhar gênero, e o define não somente para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, mas também para examinar as relações estabelecidas entre elas/es. Logo, tais relações são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder (SCOTT, 1989).

Assim, embora nem sempre percebidas, as relações de gênero estão presentes no cotidiano profissional da/o assistente social. Estas relações são evidenciadas no perfil profissional, bem como, nas demandas e situações trazidas pelos sujeitos, tais como: situação de violência contra mulheres e crianças, gravidez na adolescência, direitos reprodutivos; mulheres chefes de família, discriminação no mundo do trabalho (diferença nos valores atribuídos ao trabalho dos homens em relação ao das mulheres, falta de remuneração e valorização do trabalho doméstico e dos relativos aos cuidados de doentes, crianças e idoso, entre outros), questões ligadas à masculinidade e à homoafetividade. Isso nos aponta para a necessidade de compreender as questões de gênero como categoria analítica e relacional, sendo esta a compreensão adotada no transcorrer desse trabalho.

O interesse pela temática decorre do contato com leituras que apontaram o descompasso existente entre o Serviço Social e gênero, as dificuldades de inserção dessa temática na formação profissional e a importância dessa categoria para análise das relações sociais. Lisboa (2010), ao trabalhar sobre este assunto, problematiza a construção do conhecimento produzida pela profissão. Para a autora, ao longo da história, houve mais desencontros do que encontros entre o Serviço Social e as questões de gênero. O Serviço Social andou em “descompasso com

os estudos feministas e/ou de gênero, e que esse desencontro contribuiu para consolidar um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina.” (LISBOA, 2010, p.67).

Parte do pressuposto de que o processo de consolidação do Serviço Social foi palco de sujeição a um tipo de saber eurocêntrico e androcêntrico, que deixou profundas marcas na profissão. Lisboa (2010) faz tal afirmação a partir de três críticas que atravessam o corpo de conhecimento do Serviço Social.

A primeira está relacionada aos estatutos acadêmicos, visto que em seu processo histórico de consolidação, tanto no Brasil como na maioria dos países latino-americanos, o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja. Estes imprimiram um “espírito de apostolado” à ação, configurando-a como uma profissão a ser exercida pelas mulheres, e reafirmando suas atribuições na sociedade, como: cuidado, tutela, ajuda, entre outras.

Mais tarde, o Serviço Social incorpora o discurso do funcionalismo positivista, com prevalência das teorias eurocêntricas descontextualizadas da realidade brasileira, questionado a partir dos anos de 1960, com o Movimento de Reconceitualização. Entretanto, segundo Lisboa (2010, p. 67),

ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero.

Outra crítica é dirigida à institucionalização da profissão. Para a autora, as/os assistentes sociais encontram-se, em seus locais de trabalho, imersos em relações hierárquicas de dominação e de poder. A última crítica aponta para o “discurso técnico” veiculado nas escolas e cursos de formação em Serviço Social, que privilegia a teoria marxista, priorizando o enfoque de classe. Constata, ainda, que o Serviço Social brasileiro “tem passado por sucessivas crises de identidade, justamente porque o discurso imposto pela academia não condiz com as práticas do cotidiano que envolvem incessantemente dimensões da vida que vão além da classe.” (LISBOA, 2010, p. 74).

A autora sugere que as teorias feministas e os estudos de gênero constituem-se em um significativo aporte teórico-metodológico para o Serviço Social, tendo em vista que questionam todas as formas de dominação. Possibilitam, igualmente, a apreensão de demandas que se apresentam no exercício profissional e que extrapolam os conflitos de classe, bem como a produção de reflexões decorrentes dessa aproximação à realidade.

Nessa direção, Moreira *et. al.* (2006) afirma que a maioria político-institucional que a profissão adquire a partir do início dos anos de 1990 possibilitou, em grande medida, a recuperação da teoria crítico-dialética. Contudo, esta apresentou aspectos não suficientemente trabalhados, como a cultura, a relação indivíduo sociedade, a heterogeneidade das classes e o reconhecimento da diversidade e do direito à expressão de grupos socialmente discriminados, como os negros e as mulheres (MOREIRA *et. al.*, 2006).

Veloso (2001) também aponta para a importância da problematização do gênero na formação profissional, uma vez que essa temática auxilia no desvendamento das relações sociais nos quais o/a assistente social intervém. Traz como argumento dois aspectos. O primeiro refere-se à necessidade de privilegiar o estudo de gênero como forma de organização da sociedade, pelo fato de as/os assistentes sociais atuarem tanto junto a mulheres quanto a homens.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que todas as relações sociais são também constituídas e constituintes das relações de gênero. Esse dado aponta para a necessidade de as/os profissionais em formação desvelarem as relações não somente no tocante aos usuários e usuárias de seus serviços, mas também em relação à própria categoria. Isto porque o conjunto dos profissionais é composto majoritariamente por mulheres, o que salienta a forte presença do gênero na constituição de sua identidade profissional.

Ainda segundo Veloso (2001, p. 75), “a questão da mulher e/ou das relações de gênero não se apresentam mais como um tema periférico ou esporádico no interior do debate profissional”. Afirma que dado o seu alto potencial para o desvendamento da complexidade das relações sociais, a categoria de gênero tem se afirmado como uma ferramenta analítica para o Serviço Social.

A partir disso, o problema de pesquisa se caracteriza na apropriação dessa temática pela profissão, levando aos seguintes questionamentos: Como e de que forma o Serviço Social vem abordando

as questões de gênero? Quais os principais temas abordados, seus sentidos, e que discursos estão sendo reproduzidos sobre essa temática?

Para isso, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a produção sobre gênero realizada pelo Serviço Social e como objetivos específicos: identificar as características da produção teórica e os sentidos empregados nas discussões sobre gênero e apresentar as temáticas associadas à discussão de gênero presente nas produções do Serviço Social.

Para alcançar os objetivos propostos foram analisados os trabalhos apresentados nos principais eventos e revistas da categoria, com vistas a assegurar um quadro substancial das investigações teóricas produzidas pelos assistentes sociais a partir da perspectiva de gênero. Acredita-se que por meio da compreensão do estado da arte surgirão reflexões e indicações que possam incrementar e fortalecer as áreas mais críticas, ou seja, que ainda carecem de estudos, estabelecendo prioridades de pesquisa, além de criar estratégia para consolidar cada vez mais a abordagem de gênero no Serviço Social.

Nesse sentido, nossa hipótese é que houve aumento do número de estudos produzidos pela categoria sobre as questões de gênero nos últimos treze (13) anos em função do contexto histórico (políticas sociais com recorte de gênero), dos debates acadêmicos e da luta política do movimento feminista e de mulheres.

Para tanto, essa dissertação foi organizada em cinco seções. A primeira aborda a delimitação do tema e objetivos gerais e específicos.

A segunda seção trata, de forma breve, os aspectos históricos e conceituais do feminismo, sem a pretensão de esgotar o assunto, tendo em vista sua complexidade. Inicialmente, é traçado o percurso histórico dos movimentos feministas na conjuntura internacional e brasileira e, em seguida, as diversas abordagens teóricas utilizadas para explicar as causas originais de subordinação feminina nas análises de gênero.

A terceira seção apresenta, de forma concisa, a origem do Serviço Social no contexto brasileiro, sua transversalidade com as questões de gênero impulsionado pelas políticas sociais e o lugar de gênero na formação profissional.

A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa iniciada com o percurso metodológico. Com vista a assegurar um visão geral da produção é traçado um panorama dos estudos de gênero no Serviço Social a partir dos Congressos da Categoria, Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), e das Revistas *Qualis A1* do Serviço Social, revista Serviço Social e Sociedade e *Katálysis*. Em seguida são analisadas

às discussões realizadas pelos/as autores/as sobre gênero através dos textos das Revistas, dando visibilidade a como os autores incorporam os estudos de gênero em suas pesquisas.

E, por fim, a última seção constituída pelas considerações finais.

2. DO FEMINISMO¹ AO GÊNERO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise são recentes, figuram no final do século XX na Europa e Estados Unidos. Entre os anos de 1930 e 1970 surgiram grupos acadêmicos que problematizaram a produção de conhecimento, a partir de um viés crítico, originando os estudos de mulheres (*women studies*) ou estudos feministas (*feminist studies*) (MATOS, 2008).

Após consolidar arenas consistentes de debate científico, a partir das críticas aos vieses androcêntricos, encontrados em vários campos disciplinares, as mulheres feministas visaram à ampliação de uma nova proposta teórico-conceitual no campo das ciências humanas e sociais: os estudos de gênero.

Até os anos 70, os estudos feministas tinham como objeto central a “mulher” no singular. Nesse período, de acordo com Conceição (2009), a preocupação centrava-se nas causas da opressão feminina e na subordinação da mulher na história do patriarcado. O trabalho científico era difícil, pois a mulher, na condição de objeto ideal, somente existia em termos ideológicos.

A partir de meados da década de 70 houve uma mudança terminológica à análise e discussão da realidade feminina, do enfoque de mulher para mulheres. Ganha destaque a teorização sobre o sistema “sexo/gênero” proposta por Gayle Rubin, em seu artigo *O tráfico de mulheres* (1975). O problema teórico-metodológico apontado era a ausência de um objeto formal que desse conta dos fenômenos observados. É nesse contexto de discussão que o conceito de gênero é elaborado como uma “construção social das identidades sexuais e como objeto dos estudos feminista” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 740).

Segundo Scott (1989), a procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos de 1980 levou as estudiosas a substituir o termo mulheres por gênero. A autora argumenta que a categoria analítica gênero, pelo fato de ter uma conotação mais objetiva e neutra do

¹ Neste texto optou-se por trazer o termo ‘feminismo’, no singular, embora, reconheça-se que ao longo de sua história, tenham sido constituídos diferentes feminismos, mas que em sua essência, todos clamam por mudanças de ordem social, econômica, política e cultural, aspirando a diminuição ou a superação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

que “mulheres”, apresenta maior aceitabilidade política no campo da pesquisa², pois

[...] parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo [...] o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica (SCOTT, 1989, p. 6).

Ainda, segundo Scott (1989, p. 19), gênero é uma tentativa das feministas contemporâneas de “reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar a desigualdades persistentes entre mulheres e homens”. Matos (2008) ressalta que tal reformulação teve o intuito de distinguir e separar o sexo, como uma categoria analítica biologicista, do gênero, dimensão esta que ressalta traços de construção histórica, social e política, que implicaria em uma análise relacional³.

Ao desnaturalizar ou mesmo desbiologizar o que socialmente se estabelece para homens e mulheres, - em termos de papéis, características, habilidades, atividades, qualidades etc. -, a categoria gênero contribui para o questionamento à dominação e à subordinação feminina. Se não é natural, é socialmente determinado. Sendo socialmente determinado, podemos alterar (CISNE, 2012, p. 150).

² Destaca-se, porém, que se por um lado gênero tornava mais inclusiva à discussão, por outro, parte importante do feminismo veio a criticar “o potencial politicamente desmobilizador do conceito, alertando-nos para a possibilidade da fragmentação e desempoderamento feminino que poderia provocar. O risco antevisto seria o de se perder de vista a situação política da opressão vivida pelas mulheres, em prol de uma multiplicação das diferenças de gênero, o que poderia comprometer uma agenda tida como propriamente feminista” (MATOS, 2008, p. 337).

³ “Na década de 1990, os homens foram incluídos como categoria empírica e uma abordagem questionando os modelos de masculinidade hegemônica somou-se aos esforços de desconstrução do essencialismo. Esse campo em constituição alimentou-se também dos estudos sobre sexualidade cuja legitimação foi favorecida pela necessidade de enfrentar a pandemia da Aids.” (AQUINO, 2006, p. 122).

Além disso,

os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas (MATOS, 2009, p. 284).

Contudo, o deslocamento conceitual que originou a adoção da categoria gênero, no âmbito do desenvolvimento dos estudos feministas, requer retomar o processo no qual os movimentos feministas se constituíram. Estes movimentos apresentaram características particulares, qual seja a atuação política nas relações sociais, bem como a sistematização e investigação das realidades femininas apontadas pelas ações políticas, por parte de algumas de suas integrantes. Entender suas histórias e seus processos levam ao reconhecimento de uma dupla característica: a prática política dos Movimentos e o pensamento feminista. Neste capítulo, buscaremos abordar esses dois aspectos de forma breve, sem a pretensão de esgotar o assunto, tendo em vista sua complexidade.

Desta forma, inicialmente, será traçado o percurso histórico dos movimentos feministas na conjuntura internacional e brasileira e, em seguida, as diversas abordagens teóricas utilizadas para explicar as causas originais da subordinação feminina nas análises de gênero, uma vez que, o pensamento feminista não se constituiu em um *corpus* unificado de conhecimento.

2.1 A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA: ORIGENS, POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES.

Ao longo da história sempre houve registros de diversas formas de resistência das mulheres, de fuga à opressão e de luta por liberdade⁴. No

⁴ Arruzza (2010, p. 26), ao referir-se ao período precedente ao século XVIII, chama de “disparatada” algumas tentativas de fuga à opressão adotada pelas mulheres, como: “a adesão a grupos heréticos, e a exaltação religiosa, a clausura em conventos, o misticismo, o exercício da medicina rudimentar e de determinadas funções sociais à margem da comunidade.” Pinto (2010, p.15) traz

entanto, eram tentativas individuais e pontuais, que se diversificavam de acordo com a classe social a que essas mulheres pertenciam.

De acordo com Arruzza (2010), a Revolução Inglesa (1640) e, posteriormente, a Francesa (1789), propiciaram condições para que se começasse a pensar a libertação das mulheres em termos coletivos. As primeiras reivindicações das mulheres de maneira mais sistematizada e organizada são expressões de manifestação das ideias do Iluminismo⁵. No entanto, houve questionamentos aos ideais revolucionários de igualdade e de liberdade, pregados pelas revoluções burguesas, uma vez que estavam restritos à parcela masculina da população.

É que se tratava de um conceito limitado da noção de igualdade: apesar de clamada para todos, na prática vai se instaurar só entre as classes dominantes e – como bem já estabelece no título a “Declaração dos Direitos do Homem” – somente entre homens. (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 86).

Em 1790, Olympe Gouges escreve o manifesto *Déclaration des Droits de l' Femme et de la Citoyenne* (Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã) na qual questiona o suposto universalismo, até então, limitado a pensar os direitos do homem e do cidadão. Reivindica a “cidadania plena das mulheres e o direito de participarem ativamente na vida política e social, enquanto beneficiárias de direitos iguais perante a lei” (ARRUZZA, 2010, p. 27).

como exemplo a Inquisição da Igreja Católica, que foi implacável com as mulheres que desafiaram seus princípios, pregados como dogmas inofensíveis.

⁵ Embora, o Iluminismo proponha a razão, o método científico e a ruptura com a natureza, para os filósofos iluministas os discursos sobre sexo eram pacíficos, pois havia a ideia de que as mulheres não tinham razão ou detinham uma razão inferior. Assim, a inferioridade intelectual e sexual, e o seu papel natural na reprodução e no cuidado com os filhos justificavam sua função como esposa e mãe. Além disso, mesmo com fatos científico contraditórios, o discurso médico acabava por confirmar superstições, além de descrever o “corpo da mulher como uma cópia defeituosa do corpo do homem”, reforçando “a crença de uma natureza frágil sujeita as desordens provenientes dos seus órgãos reprodutivos.” A legitimação desse tipo de discurso científico favoreceu a persistência de uma vertente dualista e biologizante da condição da mulher durante toda a modernidade, que pouco se diferenciava do discurso religioso da pré-modernidade (NOGUEIRA, 2001, p. 3).

Dois anos depois, Mary Wollstonecraft publicou *A Vindication of the Rights of Woman*. Pautado na doutrina liberal dos direitos inalienáveis do homem, denuncia a situação de subordinação das mulheres e reivindica sua independência econômica como forma de emancipação pessoal e de respeito pela igualdade. Wollstonecraft identifica a subordinação da mulher como consequência da falta de acesso e incentivo à educação, e prenuncia uma das primeiras bandeiras de luta do feminismo: o direito à educação⁶.

O feminismo, como um movimento social organizado, é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX. Algumas autoras (Narvaz e Koller, 2006; Pinto 2010; Matos, 2008) identificam três fases, conhecidas também como “ondas” ou “geração”, que retratam as necessidades políticas e o contexto material e social de cada época.

A chamada primeira onda do feminismo, cujo início é geralmente situado a partir das últimas décadas do século XIX, está centrada na reivindicação de direitos sociais e econômicos - acesso à educação, ao mundo do trabalho, à propriedade, à herança, e de direitos políticos - votar e ser eleita⁷.

Ganha projeção o chamado “sufragismo”, que se alastra por vários países ocidentais, principalmente, Inglaterra e Estados Unidos, embora com características próprias e com força e resultados diferentes em cada contexto. Segundo Alves e Pitanguy (1985) foi uma luta longa, que nos Estados Unidos e na Inglaterra se prolongou por sete décadas, e no Brasil durou 40 anos, a contar da Constituinte de 1891, abrangendo mulheres de todas as classes.

Sardenberg e Costa (1994) denominam esse movimento como feminismo sufragista (ou burguês, liberal) e o caracteriza como ligado aos

⁶ Uma luta que, segundo Sardenberg e Costa (1994, p. 87) foi “travada essencialmente por mulheres letradas das classes médias burguesas que utilizaram como principal veículo para as suas reivindicações a palavra escrita, através de livros e publicações em jornais literários voltados para o público feminino”.

⁷ Arruzza (2010) ressalta que tais reivindicações não se relacionavam às reivindicações de justiça social advinda das mulheres da classe operária. Segundo a autora, as mulheres burguesas mostravam uma incapacidade de compreensão da condição particular e das necessidades específicas das mulheres trabalhadoras, cujo desemprego, inflação, miséria e ausência de serviços sociais representavam problemas muito mais prementes. “Apesar de partilharem uma condição comum de opressão, as suas formas variavam significativamente, de acordo com o estrato social a que pertenciam” (p.29).

interesses das mulheres brancas de classe média, que, em sua maioria, tiveram acesso à educação superior. Esse movimento limitou-se a reivindicar uma série de reformas jurídicas baseada na concepção liberal, na qual bastava a igualdade de direitos jurídicos para solucionar os problemas de caráter discriminatório vivenciados pelas mulheres.

Apesar de se ter originado de um movimento contestatório mais amplo, como no caso dos Estados Unidos, por exemplo, em que já se vislumbrava algumas propostas bastante radicais para a época, [...] essa corrente não questionou os papéis tradicionais da mulher “mãe” e “esposa”. Ao contrário, utilizou-se inclusive desses papéis como argumentos para as reivindicações que, a serem atendidas, dariam maiores possibilidades às mulheres para desenvolverem sua “principal” tarefa na sociedade: a de ser mãe. As sufragistas jamais se preocuparam em analisar a contradição entre a incorporação da mulher ao mercado de trabalho e a tarefa principal que tanto defendiam, passando ao largo das consequências que tal incorporação trazia às operárias, como a dupla jornada de trabalho (SARDENBERG E COSTA, 1994, p. 89).

Ao alcançar seus objetivos mais imediatos, ou seja, o direito ao voto, e por não ter uma perspectiva de transformação estrutural da sociedade e do papel da mulher houve uma desmobilização do movimento. Segundo Alves e Pitanguy (1985), nos países em que ocorreu a ascensão do nazi-fascismo, o refluxo do movimento feminista pode ser justificado também pelo forte esquema de repressão que abafava quaisquer formas de contestação social. Trata-se de um período marcado pela preparação e eclosão da Segunda Guerra Mundial, que confluiu para a afirmação da igualdade dos sexos associada às necessidades econômicas do contexto histórico. Naquele momento, mais do que nunca, valorizou-se a participação da mulher no mercado de trabalho, haja vista a necessidade de liberação da mão-de-obra masculina para as frentes de batalha.

Os anos de 1930 e 1940 representaram um momento de refluxo na organização das mulheres, que voltou a ganhar força no final da década de 1960, com a emergência da segunda onda. É referência para esse período de transição o trabalho de Simone de Beauvoir, *O segundo Sexo*,

publicado na França, em 1949. Nele, Beauvoir denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual e contribui com uma análise mais profunda ao tratar de questões relacionadas à biologia, à psicanálise, à história, aos mitos, e ao materialismo histórico, para o desvendamento dessas questões (ALVES; PITNGUY, 1985). Ao afirmar “não se nasce mulher, torna-se mulher” expressa a ideia básica do feminismo, ou seja, a desnaturalização do ser mulher.

Além disso, Beauvoir apontou soluções que visavam à igualdade entre os seres humanos. Estas foram oriundas de reflexões sobre as razões históricas e os mitos que fundaram e sustentaram a sociedade patriarcal, e que trataram a mulher como um “segundo sexo”, silenciando-a e relegando-a a um lugar de subalternidade. Suas idéias ganharam força décadas depois e delinearam os fundamentos da reflexão feminista que influenciou a chamada segunda onda do movimento.

A década de 1960 é marcada pela efervescência social e política que ressoava entre os movimentos estudantis e juvenis⁸, o novo movimento operário, os movimentos anti-segregacionistas, o movimento negro (Black Power)⁹, as lutas de libertação nacional (ARRUZZA, 2010), bem como entre o movimento hippie internacional, que causou uma verdadeira revolução nos costumes (COSTA, 2005).

Estes diferentes grupos representados por estudantes, intelectuais, negros, mulheres, jovens, em diversos países, especialmente na França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, expressavam sua “inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento” (LOURO, 2003, p. 16).

Embora seja parte de um processo maior de um período, o ano de 1968¹⁰ é tido como símbolo de rebeldia e contestação, visto que assinala

⁸ “A contestação juvenil, tinha questionado o modelo social existente, criticando não só as relações de produção, mas também as relações sociais, os clichês e os estereótipos impostos, o conformismo e a cultura do bem-estar, o autoritarismo e as relações de poder vigentes” (ARRUZZA, 2010, p. 54).

⁹ Os movimentos afro-americanos foram considerados uma das maiores fontes de inspiração para o feminismo, que extraiu deles novos elementos conceituais como a “descoberta da diferença como processo de afirmação e de diferenciação da própria identidade” (ARRUZZA, 2010, p. 56).

¹⁰ “Na Europa, aconteceu o ‘Maio de 68’, em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos burocratizados da esquerda comunista. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes tentaram

de forma concreta a manifestação coletiva da insatisfação e do protesto que já vinham se constituindo e “que continuaria se desdobrando em movimentos específicos e em eventuais solidariedades” (LOURO, 2003, p. 16).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o retorno da mão-de-obra masculina, a ideologia que reforça a diferenciação das atribuições por sexo nas relações sociais é fortemente reativada, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico¹¹ (ALVES; PITANGUY, 1985). Outro fator importante que marcou os primeiros anos da década de 1960 foi o lançamento da pílula anticoncepcional, primeiro nos EUA e em seguida na Alemanha.

É nesse contexto que o movimento feminista ressurgiu e encontrou os instrumentos de crítica para agir contra a dominação masculina na cultura, na sociedade, na produção, na política e na família, expressando-se por meio de grupos de conscientização, protestos públicos, marchas, e também através de livros, revistas e jornais. Juntamente com outros movimentos e

problematizando o paternalismo do Estado do bem-estar social e a família burguesa, os feminismos expuseram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista. Politizando “o pessoal”, expandiram as fronteiras de contestação para além da redistribuição sócio-econômica – para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução (FRASER, 2007, p. 295).

O “novo” feminismo¹², proveniente dos Estados Unidos, expande-se pelos países do Ocidente defendendo a emancipação da mulher, mas,

uma aliança com operários, o que teve reflexo em todo o mundo” (PINTO, 2010, p. 16).

¹¹ “O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o *boom* econômico do pós-guerra possibilitava. As guerras e o acirramento dos conflitos raciais no início da década de 1960 começaram a expor a fragilidade de que na sociedade americana havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade” (PINTO, 2003, p. 41).

¹² De acordo com Sardenberg e Costa (1994), o surgimento do ‘novo feminismo’ não pode ser dissociado do processo de evolução e expansão do sistema

sobretudo, sua libertação. Emancipação no sentido de equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. A libertação consistiria em ir além, marcar a diferença, realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero. Constitui-se, assim, o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença¹³. Para Scott (2005), a questão da igualdade e da diferença deve ser concebida em termos de paradoxo, uma vez que não os considera como opostos, mas como conceitos interdependentes em constante tensão.

Nessa fase, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício dos direitos políticos, trabalhistas e civis, o “novo” feminismo passa a questionar padrões, práticas e comportamentos. Mulheres de vários países ganham as ruas gritando palavras de ordem como: *o pessoal é político*¹⁴, e *nosso corpo nos pertence*, unindo a reivindicação da liberdade de dispor do próprio corpo à crítica ao patriarcado e ao sexismo¹⁵. Nas palavras de Pinto (2010, p. 16),

capitalista, principalmente no que concerne à crescente incorporação da força de trabalho feminina ao mercado de trabalho. Segundo as autoras, é uma incorporação “que se processa sem mudanças profundas nos padrões tradicionais – hierárquicos – da divisão sexual/social do trabalho e das relações de gênero, dando margem à intensificação dos fenômenos da dupla jornada de trabalho para a mulher e a sexualidade (hierárquica) de ocupações e, portanto, o acirramento das contradições com base no gênero” (SARDENBERG; COSTA, 1994, p.94).

¹³ Sobre esse assunto ver Scott (1999, 2001, 2005); Araújo (2005).

¹⁴ “Ao afirmar que ‘o pessoal é político’, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como especificidades do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado como o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificando com o pessoal, alheio à política. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo privado, identificada como meramente pessoal” (COSTA, 2005, p.10-11).

¹⁵ Sexismo é uma posição, ou uma postura misógina, de desprezo frente ao sexo oposto. Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres com menor prestígio social (SMIGAY, 2002).

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para as mulheres – no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

Trata-se de um movimento que

questiona o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, luta por transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social e de gênero [...] consiste em um movimento que, a partir do questionamento tanto das relações sociais da produção material, como das relações afetivas e sexuais entre os seres humanos, propõe-se a lutar por mudanças históricas (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 92).

Com vistas a uma transformação, o Movimento passou a problematizar também as raízes culturais das desigualdades, denunciando “a mística de um ‘eterno feminismo’, ou seja, a crença na inferioridade ‘natural’ da mulher calcada em fatores biológicos” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 54-55). Questiona, portanto, a ideia de que, por sua natureza, homens e mulheres estariam pré-determinados a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem o mundo externo, e à mulher o mundo interno, devido sua função procriadora.

Desta forma, o movimento feminista refuta a ideologia que legitima a diferenciação de atribuições, revelando que esta, na realidade, encobre uma relação de poder entre os sexos. Tal diferenciação, de masculino e feminino, baseia-se mais em critérios sociais que biológicos, ou seja, são construções culturais que através do processo de socialização condiciona diferentemente os sexos a cumprirem funções sociais específicas e diversas (ALVES; PITANGUY, 1985).

No processo de sistematização da ação política, militantes feministas levaram para o interior das universidades e escolas as questões que as mobilizavam, associando a luta política ao fazer intelectual - como estudiosas, docentes e pesquisadoras. Ao se debruçarem intelectualmente sobre discussões referentes às desigualdades e diferenças das mulheres e sua relação com o masculino produzem os estudos da mulher (LOURO,

2003). Tal produção orienta as discussões acadêmicas e políticas, sendo, posteriormente, problematizada pelo conceito de gênero, na terceira onda.

As feministas estarão à frente da crítica à organização científica e profissional dominante, suas divisões disciplinares, seus critérios de autoridade científica, hierarquia e deferência acadêmicas e dos fundamentos científicos sobre os quais repousavam as correntes dominantes da sociologia. Denominando-se *feminist* ou *women's studies*, é principalmente na docência, através da criação de novos cursos universitários que as acadêmicas feministas pretendem impulsionar a reflexão sobre a experiência das mulheres e as aspirações feministas (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 2).

Marcam essa nova fase do feminismo o trabalho de Betty Friedan, que se apoiando nos postulados teóricos dos estudos de Beauvoir, publica em 1963, nos Estados Unidos, *A mística feminina* e também o trabalho de Kate Millett *A Política Sexual* (1970).

Nota-se, porém, que há leituras distintas que embasam tanto a produção teórica quanto a pauta política do movimento, dando origem as várias compreensões de feminismo. Exemplo dessa realidade é o feminismo pautado pela perspectiva igualitarista. Robim Morgam, em seu texto *Sisterhood is powerful*, propõe um abraço universal entre as mulheres contra o sexismo e a opressão. De acordo com Costa (2004), como expressão de sua identidade, os feminismos criaram e propagaram a noção de “sororidade” ou de irmandade.

a ideia é força de unificação das mulheres, admitidas como iguais em sua biologia, aglutinadora de energias numa luta comum contra a desigualdade em relação aos homens [...] Na noção de “sororidade”, conforma-se a homogeneização e a ocultação das diferenças e desigualdades entre as mulheres (COSTA, 2004, p. 25).

Essa ideia de irmandade foi fortemente contestada pelas ativistas afro-americanas e da classe trabalhadora, que não se reconheciam no sistema de hierarquias de opressão delineado pelas feministas radicais

brancas, e nem em uma irmandade, que catalogavam como essencialista (ARRUZZA, 2010). Essa perspectiva ganha revisões a partir da década de 1980, com a crescente tomada de consciência das diferenças e desigualdades em relação à posição de classe, às circunstâncias étnico/raciais, entre outras.

Nos anos de 1980, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista, principalmente de Michel Foucault e Jacques Derrida, as feministas francesas passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade. Surge, assim, a terceira onda do feminismo, que se consolida a partir da década de 1990 e passa a questionar com profundidade a temática da igualdade e da diferença, procurando apontar as falhas nas discussões das feministas da segunda onda (NARVAZ; KOLLER, 2006).

As posturas teóricas denominadas de pós-feministas denunciaram o fato de que o próprio discurso feminista estaria impregnado “por um ponto de vista ocidental, branco e heterossexual, que deixaria de lado os interesses e desejos de muitas mulheres, como também de outros grupos subalternos” (RABENHORST, 2010, p.117). Tais leituras apontam à necessidade da integração das discussões de raça, etnia, nacionalidade e classe às discussões de gênero (NEVES, 2005). Esse debate foi proposto, sobretudo, por feministas negras e lésbicas, que não se sentiam inteiramente contempladas pelas propostas anteriores.

Segundo Narvaz e Koller (2006), nesta fase, intensifica-se a intersecção entre a academia e o movimento político de luta das mulheres por meio da criação, nas universidades, de centros de estudo sobre a mulher, estudos de gênero e feminismo. Ressaltam, ainda, que a terceira onda do feminismo tem grande influência sobre os estudos de gênero contemporâneo, e que as questões introduzidas revisaram algumas categorias de análise, articuladas entre si, tais como: o conceito de gênero e de patriarcado, a política identitária das mulheres e as formas de produção do conhecimento.

De acordo com Heilborn e Sorj (1999), no final da década de 1980, a proliferação de estudos sobre sexualidade originou uma distinção entre o que se tratava propriamente de gênero daquilo que designava o plano das escolhas eróticas e da identidade sexual. Particularmente, nos Estados Unidos, disseminaram-se os chamados *Gay and Lesbian Studies* e a *queer theory* que colocam em cheque a relação entre o plano corpóreo e a identidade de gênero.

Judith Butler é uma das principais representantes da teoria *queer*. Em seu livro *Problema de Gênero: Feminismo e a Subversão da*

Identidade, publicado em 1990, Butler atem-se à análise da subordinação e problematiza as identidades masculina e feminina. A autora desvincula as diferenças biológicas dos comportamentos esperados de homens e mulheres, ou seja, propõe uma ruptura do esquema binário homem/mulher, que permanece na discussão de gênero, e a recusa do biologismo e do existencialismo.

Outro importante elemento introduzido por Butler, no seio do debate feminista atual, refere-se ao conceito de performatividade do gênero como alternativa teórica tanto ao essencialismo da diferença como ao construtivismo social.

Cabe destacar que as três fases do feminismo, tanto em seus aspectos políticos como nos teórico-metodológicos, não podem ser entendidas a partir de uma perspectiva histórica linear. As diferentes propostas que caracterizam cada uma das fases não são estaques, uma vez que coexistiram e ainda coexistem na contemporaneidade (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Estas diferentes fases do feminismo europeu e norte-americano influenciaram o feminismo no Brasil. Entretanto, este se desenvolve em um momento histórico e político diferenciado, o que lhe imprimiu características próprias, as quais são apresentadas no item a seguir.

2.2 FEMINISMO NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA PARTICULAR

No Brasil, a história do movimento feminista é usualmente dividida em três grandes momentos ou ondas. Para Pinto (2003), o primeiro momento teria se expressado na luta pelo voto no âmbito do movimento sufragista, ou seja, na luta por direitos políticos, em meados do século XX, embora tenha havido diversas ações pontuais no século anterior. O segundo teria nascido no início dos anos 1970, durante o clima político do regime militar, caracterizando-se como uma resistência ao regime ditatorial e também pela luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer.

O terceiro compreende o momento de intensa participação das mulheres no processo de redemocratização. É também caracterizado pela profissionalização do movimento feminista por meio do surgimento de um número significativo de Organizações Não governamentais (ONGs) voltadas para as questões das mulheres e de sua aproximação junto ao Estado.

Além desses três momentos elencados por Pinto (2003), Matos (2010) propõe uma quarta onda, mais recente, definida como um processo de democratização de gênero no âmbito das instituições, de (re) formulação de políticas públicas, bem como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos. Pensada a partir dos desafios colocados pelo movimento de transnacionalização do feminismo, de globalização das agendas locais das mulheres e de efervescência das estratégias feministas horizontais¹⁶. Esta nova onda leva em consideração também,

a direção rumo a arenas paralelas de atuação, seja no âmbito da sociedade civil ou no das fronteiras existentes entre esta e o Estado, e também é perceptível a partir da afirmação da importância de se considerar as fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (MATOS, 2010, p. 69).

Vale destacar que, em vários países latino-americanos, como Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, assim como no Brasil, as primeiras manifestações feministas aparecem na primeira metade do século XIX, especialmente, através da imprensa feminina, reconhecida, naquele momento, como o principal veículo de divulgação das ideias feministas. No Brasil, a mensagem escrita era a única forma de comunicação de massa, e deu-se por meio da proliferação de jornais, revistas, pasquins e panfletos.

As primeiras publicações da imprensa feminista, ainda no século XIX, ocupavam-se das mulheres, mas não problematizava sua condição, tinham como tema principal a moda e a culinária. Posteriormente, já durante a República, os jornais tornaram-se mais políticos, “advogando a luta pelo voto e dando exemplo da vida pública de mulheres em outros países” (PINTO 2003, p. 32). Mulheres, dentre elas Maria Lacerda Moura, escreviam para jornais e livros, atuando como libertárias e contra o capitalismo industrial.

¹⁶ Matos (2010, p. 68) considera como “fluxo horizontal do feminismo” ou “*feminist sidestreaming*” os circuitos de difusão feministas operados a partir de distintas correntes horizontais de feminismo, como: o acadêmico, negro, lésbico, masculino, etc.

Outro destaque neste período foi Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada a primeira feminista brasileira, que após estudar na Europa e conviver com as feministas retorna ao Brasil e publica, em 1832, a tradução da obra de Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of Woman*. Posteriormente publica os livros *Conselho à Minha Filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1835) e *A Mulher* (1856), nos quais trava uma luta pela educação e profissionalização das mulheres¹⁷. Essas obras “marcam o despertar de uma consciência crítica da condição feminina na nossa sociedade” (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 94) e influenciam algumas mulheres instruídas, de classe média e alta, a acolher as primeiras ideias feministas.

De acordo com Pinto (2003), as manifestações feministas, nesse período, ocorreram de maneira excepcional e estiveram associadas a personalidades.

Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de algumas mulheres que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres (PINTO, 2003, p. 14).

No final do século XIX havia manifestações de algumas mulheres, de maneira individual, que lutaram pelo direito ao voto, solicitando seu alistamento como eleitoras e candidatas (PINTO, 2003). Entretanto, é na primeira metade do século XX que essa luta se deu de maneira organizada, ainda que, mobilizando apenas alguns setores do segmento feminino da população. Merece destaque a criação, em 1910, do Partido Republicano Feminino¹⁸, fundado por Leolinda Daltro e Gilka Machado,

¹⁷ Impregnada pelas ideias de que a igualdade na formação entre homens e mulheres era fundamental para o progresso da sociedade, Nísia já promovia, em 1842, no Rio de Janeiro, conferências sobre a Abolição e a República. A luta pelo fim da escravidão foi vivida por mulheres negras e brancas, que, apesar das limitações impostas a elas nessa época, conseguiram criar organizações em diversos estados brasileiros em prol de si mesmas e dos excluídos (BANDEIRA; MELO, 2010).

¹⁸ De acordo com Pinto (2003), o Partido Republicano Feminino merece atenção pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos e sua atuação teria que ocorrer fora da ordem estabelecida. Ao fundar o Partido, essas mulheres tomam uma “posição clara em relação ao objetivo se sua

que durante os oito anos seguintes realizou manifestações em prol do sufrágio feminino.

Com a criação, em 1919, da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, transformada em 1922 em Federação Brasileira para o Progresso Feminista (FBPF), a luta pelo direito ao voto ganhou força (SARDENBERG; COSTA, 1994). À frente da FBPF estava Bertha Lutz, que acabara de retornar da França e

soube aproveitar com maestria da conjuntura conturbada da década de 1920. Nestes anos fundava-se o Partido Comunista Brasileiro, realizou-se a Semana de Arte Moderna, as revoltas militares, a Coluna Prestes, intensificando-se a presença dos segmentos médios na sociedade. [...] Bertha Lutz fomentou durante toda uma década muitas negociações com políticos e instituições, em busca de apoio a sua luta pelo direito ao voto (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 16).

Outro destaque, deste período, encontra-se no movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, no Rio de Janeiro. Esse movimento manifestava preocupação com a condição da mulher, indicando a hierarquia social entre os sexos como um aspecto organizador estruturante das desigualdades presentes nas relações de trabalho.

O conjunto de manifestações do início do século XX foi significativo, pois praticamente inexistia enfrentamento no discurso das mulheres que lutavam pelo voto na FBPF. Pinto (2003) denomina essas diferentes manifestações de feminismo bem-comportado e feminismo malcomportado.

O primeiro não afrontava os poderes, mas buscava apoio neles. Não pode ser percebido a partir de uma clivagem de classe social, mas certamente a partir da forma como essas mulheres viviam suas posições de elite econômica e intelectual. O segundo era de enfrentamento: o feminismo “malcriado” expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de

luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política” (PINTO, 2003, p. 18).

mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações das feministas de elite (PINTO, 2003, p. 38).

Para Costa (2003, p. 13),

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas.

Neste período, a luta pelo sufrágio ampliou-se em diversos países latino-americanos, sendo o Equador o primeiro país da região a estabelecer o voto feminino (1929), seguido pelo Chile (1931), Brasil¹⁹ e Uruguai (1932), Cuba (1934) e Argentina (1947). No México, Colômbia e Peru, o voto só é conquistado na década de 1950. O Paraguai foi o último país sul-americano a garantir essa conquista, em 1962.

No Brasil, este feminismo inicial, seguindo a tendência da Europa e dos EUA, perdeu forças a partir da década de 1930, ganhando projeção novamente na década de 1960. Todavia, apresenta uma dinâmica distinta em relação ao resto do mundo, ou seja, enquanto na Europa e nos EUA o cenário era de efervescência política, de revolução dos costumes, no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte.

Assim, no Brasil, com o golpe militar de 1964²⁰, e nos anos 1970 em vários outros países latino-americanos, tanto os movimentos de

19 No Brasil, passaram-se 108 anos entre a primeira lei eleitoral, que assegurava o direito de votar e ser votado a alguns homens (art. 92, § 5º da Constituição de 1824) e o Código Eleitoral, de fevereiro de 1932, que assegurou, pela primeira vez na história do país, o mesmo direito às mulheres (MENICUCCI, 2012).

²⁰ Bandeira e Melo (2010) destacam que entre os anos de 1954 e 1964 houve grande arregimentação de mulheres pertencentes à classe média urbana para atuar politicamente em movimentos de direita. Muitos deles expressavam alianças com as facções mais conservadoras da igreja e com os grupos militares anti-governistas, tendo papel importante no apoio ao golpe militar instalado em 1964.

mulheres quanto os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados (COSTA, 2005). Trata-se de um “momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha” (PINTO, 2010, p. 16).

Sarti (2004, p. 36) complementa que

embora influenciado pelas experiências européias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.

Cabe destacar, a presença dos movimentos de mulheres concomitante ao movimento feminista no engajamento da ação política. Os movimentos de mulheres estavam organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, ou seja, não lutavam pela mudança dos papéis atribuídos a elas, pela sociedade, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. Como exemplo dessas organizações estão os movimentos por creche, os clubes de mães, os movimentos contra a carestia e pela anistia, entre outros (PINTO, 2010, p. 43-44).

Para Souza-Lobo (2011, p. 222), o surgimento desses movimentos está ligado à necessidade de superar carências sociais²¹ “agudizadas pela

Como exemplo, podemos citar o Movimento de Mulheres pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, e a Marcha com Deus, pela pátria e pela família, que mobilizou um grande número de mulheres em 1964 e 1968. Observa-se, portanto, que “as mulheres foram, de algum modo, também ‘usadas’ para servirem ao conservadorismo do regime militar-político instalado” (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 24).

²¹ Estes movimentos levaram mulheres de diferentes ideologias e classes sociais a lutarem contra a carestia, no final da década de 1940 e início da década de 1950. “Nesta luta encontravam-se tanto mulheres associadas à Federação de Mulheres no Brasil, fortemente influenciadas pelo Partido Comunista e que, em 1953, levaram a efeito a passeata da Panela Vazia, como mulheres de elite que se organizaram na Associação das Senhoras de Santa Tereza para lutar pela mesma causa. Esse tipo de movimento mantém-se até os anos de 1970, principalmente, nos bairros pobres, onde as mulheres começaram a lutar também por melhorias

intensificação da migração, urbanização selvagem, omissão do Estado”. São movimentos “portadores de necessidades de consumo de bens públicos”, visto que faltavam os serviços públicos básicos, como água, esgoto, postos de saúde, transporte, etc.

Apesar desses movimentos não poderem ser considerados feministas em sua formação e em seus propósitos houve uma aproximação e articulação entre ambos. Para Soares (1998), o movimento feminista brasileiro caracterizou-se como uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo, ou seja, as feministas compuseram uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuavam nos sindicatos compreenderam a outra face²². Entretanto,

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento [movimento de mulheres], traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão (SOARES,1998, p.38).

Contudo, apesar das limitações impostas pelo regime ditatorial, os grupos feministas e os movimentos populares de mulheres se proliferaram durante os anos de 1970 e início de 1980. Nestes estavam presentes os diversos grupos de mulheres²³, com características distintas, sendo a maioria informal e de caráter privado.

nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral” (PINTO, 2003, p. 44).

²² Para Souza-Lobo (2011, p. 222), as feministas são uma subcategoria dos movimentos de mulheres. “No Brasil, cada vez que falamos nos movimentos de mulheres somos obrigados a abrir parênteses e explicar subcategorias: o movimento popular de mulheres, as feministas, os movimentos por creche, os clubes de mães.”

²³ Segundo Soares (1998), uma parcela do movimento de mulheres nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. A participação nesses movimentos levou muitas mulheres a questionar as relações de gênero, suas relações não igualitárias com seus maridos, família e comunidade. A autora

Os grupos feministas eram, segundo Soares (1998), grupos de reflexão e pressão e tinham como compromisso lutar pela igualdade das mulheres e pela anistia e abertura democrática²⁴. Esses grupos ficaram conhecidos pelo pioneirismo e pelo fato de que muitas mulheres que deles participaram se tornaram políticas e acadêmicas de renome nacional (PINTO, 2003). Além disso, foram responsáveis por introduzir diversas questões, fundamentais, sobre a condição da mulher (sua posição na sociedade, seu corpo, seu prazer, etc). Entretanto, foram, muitas vezes, mal interpretados, acusados, pelos seus companheiros/as de esquerda e de movimentos populares de dividir a luta política.

Os primeiros grupos feministas, na sua maioria tentam articular questões de gênero e de classe, se defrontando frequentemente com as objeções da esquerda ortodoxa que identifica as feministas como burguesas, reivindicando mulheres femininas e rejeitando certos temas como violência, o aborto, a contracepção, a sexualidade, porque supostamente não interessam às mulheres das classes populares. Assim será preciso articular às chamadas lutas gerais e às lutas específicas (SOUZA-LOBO, 2011, p. 226).

Pinto (2003) traz o depoimento da antropóloga Maria Luiza Heilborn, uma das fundadoras de um grupo que se formou no Rio de Janeiro, no ano de 1972, composto por estudantes da PUC, a qual retrata a difícil situação que estas mulheres enfrentavam:

Eu militava no Diretório, mas o que me dava realmente identidade era o feminismo, o que era, aliás, super malvisto na época. Era como se eu tivesse abandonado a luta de classes para adotar a luta de sexo. Eu não tinha feito isso, mas dentro do Diretório sentia-me discriminada, como se tivesse passado a ser alguém em luta por uma revolução íntima, pessoal (PINTO, 2003, p.51).

destaca ainda a forte presença da Igreja católica nesses movimentos como um dos poucos espaços que permitiram a articulação da resistência não-armada ao governo militar.

²⁴ No Brasil, a luta pela anistia teve grande participação das mulheres, principalmente, por esposas, mães, irmãs e outras familiares de vítimas da repressão.

Os grupos de autoconsciência e/ou reflexão também aconteciam fora do território nacional, principalmente em Paris, entre as exiladas políticas, que entraram em contato com o feminismo Europeu, apesar da grande oposição dos homens exilados. A maioria de seus companheiros viram no feminismo uma dupla ameaça: “à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais” (PINTO, 2010, p. 53). Em outras palavras, as feministas eram acusadas de serem apolíticas e de não contribuir na luta contra a ditadura no Brasil, talvez, por estarem politizando a vida dentro de casa.

Em 1975, como parte das comemorações ao Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU)²⁵, foram realizados vários eventos de natureza e abrangência diversificadas, que marcam a entrada das mulheres e de suas questões na esfera pública, até então vistas com grande desconfiança. Neste ano, ocorre, também, a I Conferência Internacional sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher, no México.

No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da ONU, um grande evento, com o título de *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*, reuniu mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade. Baseadas nas propostas do ‘novo’ movimento feminista, que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, questionaram a divisão sexual do trabalho e o papel tradicional da mulher na família e na sociedade (SARDENBERG; COSTA, p. 1994). Neste evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, considerado a primeira organização feminista da segunda metade do século XX, que se caracterizou, também, pela aproximação às posições políticas partidárias e sindicais²⁶.

²⁵ O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres*, o *Movimento Feminino pela Anistia*, todos em São Paulo (SARTI, 2004).

²⁶ Segundo Pinto (2003, p. 65-66), não há dúvida de que as questões levantadas pelas feministas influenciaram as organizações operárias e, principalmente, os sindicatos. Os indicativos estão nos encontros que começaram a acontecer a partir de 1977, que segundo a autora, “comprovam que as mulheres estavam

O ano de 1975 é marcado, ainda, pela organização do Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini, que cresceu por todo o país e foi estratégico na campanha pela anistia. Assim, de 1975, tido como marco do movimento feminista no Brasil e no Mundo, até 1979, com a anistia e a reforma partidária, o movimento feminista brasileiro esteve fortemente associado à luta pelo fim da ditadura militar (PINTO, 2003).

Souza-Lobo (2011) afirma que, embora, voltou-se a falar do movimento feminista a partir de 1975, e que temas considerados proibidos – violência sexual, contracepção, aborto – ganharam legitimidade juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho e à cidadania, estes assuntos foram constantemente deixados em segundo plano, sobrepostos por questões mais gerais.

Há uma tentativa de esvaziar o movimento de mulheres da problemática da qual só ele é portador: a dominação sexual característica de uma forma de sociedade de tipo patriarcal que se expressa na desigualdade política e social entre primeiro e segundo sexo e se articula com a exploração de classe. Outra vez as questões principais das mulheres são ‘democraticamente’ esquecidas em nome das reivindicações gerais - isto é, aquelas que remetem à economia e ao poder do Estado. Novamente não se reconhece o direito à expressão das questões ‘menores’ – aquelas que remetem à política social (SOUZA-LOBO, 2011, p. 218).

De modo geral, o feminismo²⁷ da década de 1970 coincidiu com as questões democráticas e foram parte de um amplo e heterogêneo

começando a expor suas especificidades como trabalhadoras em relação aos companheiros homens. Nos anos de 1977 e 1978 aconteceram, respectivamente o I e o II Encontro da Mulher que trabalha, o primeiro no Sindicato dos Aeroviários e o segundo no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Também em 1978 aconteceu o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema²⁷. Ainda sobre a experiência brasileira do surgimento da questão das mulheres no sindicalismo nos anos 1970 e 1980 ver SOUZA-LOBO (2011).

²⁷ Por conta da grande diversidade de posicionamentos, muitas autoras utilizam termo feminismo no plural: *feminismos* (Cf. Costa e Sardenberg, 1994; Alvarez, 1998 e 2000; Castro, 2000; Rodrigues, 2002; Swain, 2003; Rago, 2006; Soihet, 2006, dentre outras).

movimento que articulava as lutas pela redemocratização com as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade brasileira. Com a redemocratização, os partidos políticos se diversificaram e as mulheres começaram a reivindicar legendas nesses partidos.

Nesse momento, o feminismo brasileiro entra numa fase de eferescência na luta pelos direitos das mulheres. Outro fator importante foi à anistia de 1979, que permitiu a volta das exiladas, contribuindo para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres, que estava política e socialmente consolidado no cenário nacional.

As exiladas traziam, em sua bagagem, não apenas a elaboração (algumas, pelo menos) de sua experiência política anterior, como também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto na vida pessoal quanto em sua atuação política. O saldo do exílio, de umas, e a experiência de ter ficado no país nos anos de 1970, das outras, que construíram o feminismo local, fez desse encontro de aliadas um novo panorama (SARTI, 2004, p. 41-42).

Entretanto, os anos 1980 trazem novos dilemas ao movimento feminista. De acordo com Souza-Lobo (2011), é necessário distinguir, neste período, dois momentos. O primeiro de 1980-1982, em que a reorganização partidária começa a descaracterizar as práticas autônomas dos movimentos, desfazendo e dividindo os grupos. Esta divisão fez com que muitas feministas se concentrassem nos partidos e outras permanecessem somente no movimento. Segundo Sarti (2004), ao se atomizarem, esvaziavam-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina, e ganha força uma atuação mais especializada com uma direção mais técnica e profissional.

Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que

respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher [...] entre as quais emergiu o campo dos ‘direitos reprodutivos’ que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino (SARTI, 2004, p. 42).

O segundo momento, pós 1982, caracteriza-se pela criação de novos interlocutores na relação com os movimentos, são eles: Conselhos dos Direitos da Mulher em alguns estados e cidades²⁸, e, mais adiante, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)²⁹, vinculado ao Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira. A partir de então, o feminismo buscou manter duas estratégias de ação: manter-se independente do Estado e atuar nas instâncias governamentais.

A atuação do feminismo em âmbito institucional, ou seja, na relação com o Estado, foi um processo difícil de ser assimilado no interior do movimento, visto que isso representava, para muitas mulheres, “uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista” (COSTA, 2005, p.17). Entretanto, o movimento feminista não pode deixar de reconhecer o Estado como um aliado fundamental na transformação da condição feminina, devido sua responsabilidade e protagonismo, tanto na criação de leis, e de políticas sociais e econômicas, quanto de mecanismos reguladores da cultura e comunicação pública.

Desta forma, o CNDM, por meio da atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, foi o organismo estatal³⁰ responsável por propor políticas especiais para as mulheres.

²⁸ Os primeiros Conselhos Estaduais foram criados em Minas Gerais e São Paulo (1983), possibilitando às feministas elaborarem políticas públicas, principalmente na área da violência (BANDEIRA; MELO, 2010).

²⁹ Para Bandeira e Melo (2010, p.27), “o pioneirismo do Conselho se deve à inexistência, até então, de uma instituição responsável pelas políticas públicas federais específicas para as mulheres que, naquele momento eram rarefeitas, salvo alguns programas na área da saúde como o Plano Integral de Apoio a Saúde para a Mulher (PAISM), criado em 1983”.

³⁰ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado, em 1985, a partir da articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves, resultado de uma mobilização que iniciou com a Campanha das Diretas-Já, em 1983. Este Conselho foi criado junto ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio, sendo composto por 17

42

Contrariando o temor de muitas feministas, destacou-se na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia das mulheres, o que lhe afiançou o reconhecimento de toda a sociedade (SARDENBERG; COSTA, 1994).

No período da Assembleia Nacional Constituinte, o CNDM, juntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília, promoveu uma campanha nacional com o slogan *Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher*, para incluir os direitos das mulheres na carta constitucional (PINTO, 2010).

A atuação do CNDM e da bancada feminina no Congresso Nacional Constituinte, juntamente com os movimentos sociais, assegurou a aprovação de mais de 80% das reivindicações sobre os direitos das mulheres. Conforme Pinto (2003), tal fato resultou em uma constituição que mais garante direitos para as mulheres no mundo.

Apesar de o CNDM ter tido um importante papel organizador no momento da Constituinte, isso não lhe garantiu a consolidação no aparato estatal, tendo sua atuação restrita aos anos de 1985 a 1989. Com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o Conselho é paulatinamente destruído³¹ e perde completamente sua importância. Somente em 2003, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, cria-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de ministério, que recria o Conselho com características próximas do que ele havia sido originalmente.

É importante destacar também, neste percurso, o desenvolvimento da pesquisa sobre mulheres e a explosão do tema no mercado editorial. Há uma gama muito ampla de assuntos sendo discutidos: violência, saúde da mulher, entre outros. Temas tradicionais ganham a cena pública, como os cuidados com a maternidade e a prevenção do câncer, do mesmo modo que aqueles atravessados por controvérsias e preconceitos: planejamento familiar, sexualidade e aborto, direito ao trabalho, direito à terra, igualdade no casamento, luta contra o racismo, opções sexuais.

conselheiras nomeadas pelo Ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e por uma Secretaria Executiva (PINTO, 2003).

³¹ O governo Collor extinguiu a autonomia financeira e administrativa do CNDM, o órgão perdeu seu orçamento, ficando dependente, quase sempre, da boa vontade do Ministério da Justiça. Além disso, “passaram a ser indicadas para a direção e como conselheiras, na maioria das vezes, mulheres com pouca tradição no movimento feminista.” (PINTO, 2003, p. 72).

No âmbito da saúde, as questões relacionadas às mulheres emergem como problema de saúde pública, requerendo atenção especializada. Em 1985, a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM)³² é uma das respostas ao quadro epidemiológico da época e aos pleitos dos movimentos de mulheres e feministas. Somam-se às demandas, o tema da violência contra a mulher, que começa a ser tratada em delegacias próprias.

No início dos anos de 1990 multiplicam-se as modalidades de organização e identidades feministas, conseqüentemente, multiplicam-se os espaços e lugares de atuação e os locais de circulação dos discursos feministas. Para Soares (1998), muitos feminismos são construídos e as fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista ofuscam-se pela diversidade que caracterizam essas mulheres. Há, segundo a autora, um

número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborando de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares.[...]As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas (SOARES, 1998, p. 46).

No Brasil, a década de 1990, é marcada pela presença no cenário público de novas temáticas, como as ações afirmativas e as cotas mínimas de mulheres nas direções dos partidos políticos, dos sindicatos, nas listas de candidaturas aos cargos do legislativo, como forma de superar a quase

³² O PAISM foi uma das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas. O programa abrangia todas as fases da vida da mulher, isto é, da adolescência à velhice levando em consideração não somente aspectos biológicos, mas também sociais, das condições em que a maioria das mulheres viviam. Porém, em longo prazo, o PAISM teve pouco êxito na sua implantação e, na década de 1990, deixa de ser uma política pública abrangente, restringindo-se a experiências pontuais (PINTO, 2003).

ausência das mulheres nesses espaços³³. A luta pelo direito ao aborto ganha projeção nos debates e na imprensa.

De acordo com Pinto (2003), inúmeras demandas dos movimentos sociais, particularmente do feminismo brasileiro, foram incorporadas por larga parcela dos discursos públicos. Ainda que de maneira preliminar, há o reconhecimento dos direitos das mulheres, na condição de direitos humanos, em áreas delicadas como os direitos sexuais.

A autora elenca alguns sinais contundentes que indicam uma nova postura frente a temas antes considerados “normais”, como, por exemplo, a diminuição do espaço de legitimidade para piadas e anedotas racistas e machistas que ridicularizavam as mulheres, *gays* e negros; a inserção do tema da discriminação, cuja reclamação legal passa a fazer sentido para as autoridades policiais e judiciais; o crescente aumento do espaço dedicado às questões pertinentes ao direito das mulheres nas campanhas políticas. Isso identifica uma espécie de feminismo difuso, fruto de anos de militância do movimento.

Esse feminismo difuso não tem militantes nem organização e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Também não se apresenta como um rol articulado de demandas e posturas em relação à vida privada e pública. Por ser fragmentado e não supor uma ‘doutrina’, é um discurso que transita nas mais diferentes arenas e aparece tanto quanto silencia o contador de anedotas sexistas como quando o programa de um candidato à Presidência da República se preocupa com políticas públicas de

³³ Os sistemas de cotas, adotados no Brasil, têm obrigado os partidos políticos a apresentar uma determinada porcentagem de mulheres candidatas. Na Argentina, a ‘lei da paridade’, de 1991, requer que no mínimo 30% dos candidatos congressistas sejam mulheres. Na Bolívia uma reforma do regime eleitoral, em 1997, exige 25% de candidatas no senado. No Chile e na Costa Rica foram tomadas providências para facilitar o acesso da mulher nas posições de liderança nos partidos políticos (MONTECINOS, 2003). No Brasil, uma lei federal de 1995, reservava cota de 20% para mulheres na lista de candidatos nas eleições municipais; essa medida foi estendida, em 1997, para todas as eleições proporcionais e estabeleceram a reserva de no mínimo 30%. Contudo, o cumprimento desse percentual, pela primeira vez desde sua instituição, aconteceu em 2012. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres representaram 31,48% do total das inscrições e 30,74% das candidaturas julgadas aptas nas eleições daquele ano (MENICUCCI, 2012).

proteção aos direitos das mulheres (PINTO, 2003, p.93)

Os movimentos feministas brasileiros tiveram, ainda nesse período, sua agenda de ação ampliada pela participação mais ativa nos fóruns políticos internacionais, a partir do Ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas. O marco inicial teve como cenário o Brasil, em 1992, com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente que ficou conhecida como ECO-92.

No Fórum das Organizações Não Governamentais (ONG), evento paralelo ao ECO-92, os movimentos de mulheres brasileiras ocuparam espaço significativo nos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento, através do *Planeta Fêmea*. Este espaço promoveu o encontro de feministas do mundo inteiro, e a partir de amplas discussões formularam sua própria plataforma: a *Agenda 21 de Ação das Mulheres*. Seguiram-se as Conferências de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993, e a Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População, em 1994, que articularam um grande número de mulheres no trabalho de preparação desses eventos. Entretanto, a participação nesses processos preparatórios ficou restrita a setores especialistas do movimento (SOARES, 1998).

Esse processo de integração internacional da luta das mulheres teve seu auge com a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, realizada em 1995, em Beijing, na China. Os preparativos para esta Conferência, com início em 1994, favoreceram o fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres.

Inúmeros grupos feministas e centenas de grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, de proporções realmente nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outros (SOARES, 1998, p. 47).

Este período preparatório³⁴ possibilitou uma grande mobilização nacional e trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro. Com o intuito de fortalecer e unificar o movimento de mulheres independentes das diferenças políticas e ideológicas foi criada a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Essa Articulação, responsável inicialmente por supervisionar, divulgar, angariar recursos e articular as ações do movimento, visando tornar o processo de Beijing mais democrático, continua atuante no monitoramento de políticas públicas, com vistas a pressionar o governo no cumprimento da Plataforma de Beijing.

A IV Conferência Mundial discutiu os avanços obtidos desde as conferências anteriores (México, 1975; Copenhague, 1980; e Nairobi, 1985). A Declaração e Plataforma de Ação aprovadas nesse encontro são guias abrangentes, que visam orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade de gênero e evitar a discriminação. Nela é possível identificar doze áreas de preocupação prioritárias:

a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA, 1995, p. 148-149).

³⁴ As Revistas Estudos Feministas, vol. 3, n° 1 e n° 2, de 1995, trazem diversos artigos sobre o processo de preparação para a IV Conferência Mundial.

Ademais, a preparação para Beijing, além dos avanços em termos de mobilização e organização, representou para os movimentos feministas brasileiros um aprofundamento da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta. Embora o feminismo latino-americano vivenciasse, desde seu início, uma dinâmica transnacional através de redes formais e informais, especialmente através dos Encontros Latino-Americanos e do Caribe³⁵, esta foi sua primeira participação em uma reunião mundial com uma rede regional, organizada e integrada (COSTA, 2005).

Cypriano (2013, p. 22), citando Alvarez (2000), ressalta cinco situações que os processos de Beijing deflagraram no continente latino americano, quais sejam:

- i) A circulação dos discursos feministas e a multiplicação dos espaços e lugares de atuação; ii) a absorção de elementos das agendas e discursos feministas por algumas instituições culturais dominantes, organizações paralelas da sociedade civil, política e Estado além do *establishment* internacional do desenvolvimento; iii) a ONGuização, especialização e profissionalização de alguns setores do movimento; iv) a articulação e formação de redes; e v) a transnacionalização dos discursos e práticas do movimento feminista.

Em relação à transnacionalização, destaca-se o Fórum Social Mundial (FSM)³⁶, que reúne mulheres de diferentes classes, cores, raças

³⁵ O primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe aconteceu em Bogotá, na Colômbia, em 1981. A partir de então, com frequência inicial a cada dois anos e posteriormente a cada três anos, esses encontros expressam os avanços feministas, os conflitos, os novos dilemas e a perspectiva e trocas de experiência. Em 2011, o Encontro estava na sua 12ª edição.

³⁶ O FSM aconteceu em 2001, 2002, 2003 e 2005, no Brasil, na cidade de Porto Alegre/RS; em 2004, na Índia, em 2006 em Nairobi, e em 2007 no Quênia. A nona edição do Fórum foi novamente no Brasil, em Belém/PA. De acordo com Conway (2007), o “FSM é uma evolução na política dos movimentos sociais transnacionais. Ele é corretamente celebrado por muitas feministas como um espaço autônomo de convergência de um conjunto sem precedentes de ativismos, incluindo uma grande variedade de movimentos de mulheres de todo o mundo. Dessa forma, ele provê oportunidades sem paralelo tanto para o encontro de diversas feministas quanto para promover movimentos não-feministas que

etnias, faixas etárias, orientações sexuais e nacionalidades, confirmando a ampla variedade de articulação, tanto em âmbito local, nacional quanto internacional, como também a prática e execução de reais possibilidades para a formação de redes feministas (CYPRIANO, 2010). Outro exemplo é a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), surgida em 2002, como uma articulação internacional feminista e anticapitalista, reunindo uma rede de seis mil grupos de cento e cinquenta e nove países e territórios num movimento global.

A partir de tal evento é possível estabelecer certos padrões do que hoje é conhecido como feminismo transnacional: um movimento atento às intersecções entre nacionalidades, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica numa escala mundial, em decorrência principalmente da emergência do capitalismo global; um movimento autointitulado “altermundialista”,³⁷ por sua luta de cunho internacional contra o neoliberalismo e pela busca de justiça social (CYPRIANO, 2013, p. 11-12).

A herança do processo de Beijing foi fundamental para a manutenção e ampliação do movimento feminista nos anos seguintes, no Brasil e em outros países latino-americanos. Nestes, as atividades organizativas e políticas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, para o aprimoramento da legislação de proteção à mulher, para a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados internacionalmente pelos governos locais, com constante articulação e interlocução com o Estado (COSTA, 2005).

É a partir das configurações dessa terceira fase do feminismo que Matos (2010, p.81) propõe-se a pensar em uma quarta onda, “indo na direção de consolidação a partir dos anos 2000, reforçando o caráter anti ou pós-neoliberal promovido pelos movimentos”. Segundo a autora, esse período inaugura um movimento de profunda reorganização do Estado, que passa a ter um papel mais efetivo com perspectivas multidimensionais de justiça social, e não apenas no eixo da redistribuição econômica. Traz,

também estão amplamente alinhados na luta contra a globalização neoliberal.” Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=424. Acesso em 25/01/2014.

³⁷ Altermundialista refere-se ao principal lema dos Fóruns Sociais Mundiais: *Um outro mundo é possível*.

ainda, segundo a mesma autora, a “horizontalização dos movimentos feministas³⁸ e da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos”.

Esta quarta fase do feminismo brasileiro e latino-americano poderia ser demonstrada através:

1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da entrada (parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo destes países; 2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas especialmente no âmbito federal (mas também, no Brasil, de amplitude estadual e municipal); 3) da consolidação no processo de institucionalização das ONGs e das redes feministas e, em especial sob a influência e a capacidade de articulação e financiamento do feminismo transnacional e da agenda internacional de instituições globais e regionais [UNIFEM, UNICEF, OIT, PNUD, CLADEM, CEPAL entre outras] referidas aos direitos das mulheres; 4) uma nova moldura teórica (*frame*) para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul (MATOS, 2010, p. 80).

No que concerne à criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas é relevante apontar, nas últimas décadas, o desenvolvimento de diversas ações/iniciativas por parte do governo brasileiro voltadas à promoção da igualdade de gênero, com mudanças na própria estruturação do Estado e de suas políticas. Destaca-se a criação

³⁸ Na atualidade, parte significativa dos países da região latino-americana foi transversalizado – se estendendo verticalmente através de diferentes níveis do governo, atravessando a maior parte do espectro político, e se engajando em uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais; sobretudo, fluiu horizontalmente ao longo de uma larga gama de classes sociais, de movimentos, que se mobilizam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais inesperadas, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos (acadêmico, negro, lésbico, masculino etc.) (MATOS, 2010).

da SPM-PR, em 2003, que inaugurou um novo momento na história do país no que se refere à formulação, coordenação, articulação e ampliação de políticas de promoção à igualdade entre mulheres e homens.

Tal ampliação é retratada em diferentes documentos e leis publicados neste período, quais sejam: as duas edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004 e 2008, respectivamente; a proclamação de 2004³⁹ como o Ano da Mulher no Brasil, iniciativa que impulsionou diversas atividades destinadas à discussão sobre a situação da mulher no país; a realização das três edições da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM), em 2004, 2007 e 2011, que debateram e definiram as diretrizes para os PNPM.

Outra questão central são as ações adotadas contra a violência de que a mulher é vítima como a criação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, reconhecendo que o Estado deve assumir a responsabilidade pelo seu enfrentamento; a criação de serviços especializados, como as Casas-Abrigo; as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Destaca-se ainda, a promulgação da Lei nº 11.340/2006⁴⁰, intitulada Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a

³⁹ Em 2004, duas importantes leis foram aprovadas e sancionadas: a Lei nº 10.714, que possibilitou a criação da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, e a Lei nº 10.788, que instituiu a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços de saúde públicos ou privados. Neste mesmo ano, a Lei nº 10.886 acrescentou ao artigo 129 do Código Penal a tipificação do crime de violência doméstica. Outra modificação importante no Código Penal aconteceu em 2005, com a sanção da Lei nº 11.106, que aboliu a figura da ‘mulher honesta’ – virgens e casadas – e o crime de adultério. Em decorrência, enfraqueceu a tese de ‘legítima defesa da hora’ invocada nos tribunais de júri, durante décadas na defesa de homens que haviam cometido assassinato de mulheres, e modificou também o fim do perdão para os crimes contra os costumes, como o estupro e o assédio sexual (BRASIL, 2006).

⁴⁰ “Até a sanção da lei, os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher eram considerados de menor potencial ofensivo e julgados pelos Juizados Especiais Criminais, junto com brigas de vizinho ou de rua, acidentes de trânsito, dentre outras. A nova lei reconheceu o potencial extremamente ofensivo da violência doméstica e determinou que esses crimes fossem julgados nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criados pelos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal”. Outro avanço da Lei foi a tipificação da violência doméstica e familiar contra a mulher como uma violação dos direitos humanos, além de reconhecer a violência psicológica como forma de violência (BRASIL, 2006, p. 42).

mulher. Destaca-se, ainda, a sanção da Emenda Constitucional nº72, de 2 de abril de 2013, a chamada PEC das Domésticas, que altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Para Bandeira e Melo (2010), o feminismo foi um dos mais importantes movimentos sociais da segunda metade do século XX, cuja atuação modificou a vida de gerações de mulheres, dos mais diversos segmentos sociais e raciais. Nota-se, ainda, que no século XXI o feminismo consolida-se como política de Estado ao mesmo tempo em que são ampliados os mecanismos de consulta e participação social na formulação de políticas públicas. Possui em sua pauta de reivindicações pontos como⁴¹:

- reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres;
- necessidade do reconhecimento do direito universal à educação, saúde e previdenciária;
- defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;
- reconhecimento do direito das mulheres sobre a gestação, com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção;
- descriminalização do aborto como um direito de cidadania e questão de saúde pública.

Vale destacar, também, que a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas, no Brasil, refletem a direção dos estudos de gênero no país. Desde sua origem, o feminismo contou com expressivo grupo de acadêmicas que

por sua maior exposição as ideias que circulavam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados (HEILBORN E SORJ, 1999, p. 185).

Os *Estudos sobre Mulher*, *Estudos de gênero* ou de *Relações de Gênero* são as formas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira. Na

41 Informações disponíveis no site <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>. Acesso em 30/09/2014.

década de 1970⁴², a denominação mais utilizada foi “estudos sobre mulher” e visavam preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas várias esferas da vida, ressaltando e denunciando a posição de exploração, subordinação e opressão a que estavam submetidas na sociedade brasileira.

A partir da década de 1980, houve uma substituição gradativa do termo mulher, considerada uma categoria empírica e descritiva, pelo termo gênero, tido como uma categoria analítica. Para Heilborn e Sorj (1999), esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e do masculino. Tal substituição contribuiu, também, para a aceitação acadêmica desta área de pesquisa, uma vez que despolitizou uma problemática que, tendo se originado nos movimentos feministas, mobilizava preconceitos estabelecidos.

Segundo as autoras (1999), é notável a maior atenção e importância dada pelas ciências sociais às relações de gênero, devido a um amplo espectro de temas pesquisados e apresentados, por exemplo, nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), e na publicação de revistas acadêmicas, tais como: Revista Estudos Feministas (1992) e Cadernos Pagu (1993), na proliferação de teses de mestrado e doutorado.

Logo, a importância dos movimentos feministas se deu em dois planos: no campo da ação política, com a construção das políticas sociais voltadas para as mulheres; no campo acadêmico, com a transição teórica na produção bibliográfica dos estudos de mulheres para os estudos de gênero, com a instituição da discussão de gênero.

⁴² Nesse período o apoio institucional e financeiro de agências internacionais foram relevantes na legitimação desta área de estudo, com destaque para a Fundação Ford. Segundo Heilborn e Sorj (1999) além de disporem de um perfil que correspondia às novas prioridades de investimento da Ford, ou seja, articulação entre trabalho acadêmico especializado e preocupações de intervenção social através de políticas públicas de correção de desigualdades sociais, as acadêmicas feministas atendiam, também, às prioridades temáticas desta agência, especialmente no que diz respeito ao controle populacional.

2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS: DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE FEMINISMO ÀS CONCEPÇÕES DE GÊNERO

As leituras teóricas e a prática política de alguns grupos tem gerado a classificação do feminismo em vertentes, que variam, também, segundo a perspectiva e apreensão de cada autor. Para Scott (1989), as vertentes podem ser resumidas em três posições teóricas: a que busca explicar as origens do patriarcado; a de tradição marxista, que apresenta um compromisso com as críticas feministas; a inspirada nas escolas de psicanálise, dividida entre pós-estruturalismo francês e teorias anglo-americanas, que se propõem explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Calás e Smircich (2007) ampliam a tipificação da teoria feminista e apresentam sete diferentes abordagens: liberal, radical, psicanalítica, marxista, socialista, pós-estruturalista e terceiro-mundista ou pós-colonialista⁴³. Segundo as autoras, o surgimento de uma nova abordagem se dá “para responder às limitações de outra e, embora pareçam independentes e diferenciadas, suas fronteiras não são muito nítidas” (CALÁS e SMIRCICH, 2007, p. 275).

O feminismo liberal tem sua origem na tradição política liberal⁴⁴, e seus pleitos giravam em torno de dois eixos principais: o acesso à educação e à cultura, e o exercício pelas mulheres dos direitos civis e

⁴³ Há ainda outras vertentes, como o Feminismo Ecológico ou Ecofeminismo, e o Feminismo Culturalista ou Relacional. A intenção da primeira vertente é unificar as demandas do movimento das mulheres com aqueles do movimento ecológico, de maneira a alcançar um mundo e uma visão de mundo que não seja baseada em estruturas socioeconômicas e conceituais de dominação. O feminismo culturalista ou relacional possui como ponto de partida a postulação da existência de diferenças fundamentais entre homens e mulheres, os quais apresentam diferentes processos de desenvolvimento moral. Visualizam a libertação feminina através da afirmação de uma contra-cultura centrada na realidade das mulheres. Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/2013/05/01/feminismo-ecologico/>. Acesso em: 27/01/2014.

⁴⁴ O liberalismo surgiu na Europa durante os séculos XVII e XVIII, quando o domínio da igreja e do feudalismo abrem espaço para o surgimento das ideias iluministas (liberdade, igualdade e fraternidade), que levam à superação do sistema monárquico, e do capitalismo. Teóricos liberais como Mary Wollstonecraft (1792), John Stuart Mill (1869) e Harriet Taylor Mill (1851) afirmaram que o verdadeiro potencial das mulheres não se desenvolveu devido sua “exclusão da academia, do fórum e do mercado: elas eram ‘não-pessoas’ no mundo público” (CALÁS e SMIRCICH, 2007, p. 278).

políticos, como o direito à propriedade, à herança, ao divórcio e ao voto (ARRUZZA, 2010). Busca, assim, a superação das desigualdades mediante a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, tendo como objetivo a equidade sexual.

Para algumas feministas liberais o problema está nos estereótipos sexuais inadequados pelos quais as mulheres são julgadas, isso significa que para atingir o objetivo da equidade sexual é necessário eliminar a “estereotipagem de gênero”. Outra corrente liberal propõe a noção do ser andrógino como solução definitiva para o problema da discriminação sexual, haja vista que os estereótipos sobre os papéis sexuais são culturalmente reforçados. Assim, “junto com as sanções e normas sobre como ser um homem ou uma mulher ‘de verdade’, a androgenia poderia libertar homens e mulheres das restrições culturais” (CALÁS; SMIRCICH, 2007, p. 278).

Essa perspectiva foi criticada, principalmente, pelas feministas negras, que não se sentiam representadas pelos valores universais defendidos pelas feministas liberais, uma vez que representavam somente os interesses das mulheres brancas de classe média e heterossexuais.

As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção em torno da subordinação das mulheres. Explicam a dominação da mulher pelo homem em função da reprodução e da própria sexualidade. Em outras palavras, os papéis que os homens e mulheres desempenham na reprodução da espécie são fatores determinantes para a inserção dos mesmos nas relações sociais. Desse fato derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres (PISCITELLI, 2002).

O patriarcado é um conceito-chave para certas discussões do feminismo radical. Segundo Calás e Smircich (2007), desde sua origem, nos anos 60, o feminismo radical desenvolveu uma perspectiva de transformação, não somente das estruturas legais e políticas que sustentam o regime patriarcal, mas também das instituições culturais e sociais, tais como a família, a igreja, a academia e a própria linguagem.

Scott (1989, p.7), citando O’Brien (1981) e Firestone (1970)⁴⁵, aponta que a fonte de libertação das mulheres estaria na compreensão adequada do processo de reprodução, ou seja, “numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) desta”. Outra forma de libertação

⁴⁵ Shulamith Firestone é uma das principais teóricas do feminismo radical, sua obra mais influente foi *A Dialética do Sexo*, publicada em 1970.

estaria nas transformações propiciadas pelas tecnologias de reprodução. Estas poderiam superar a obrigatoriedade do corpo feminino de agente da reprodução da espécie, ou seja, permitiriam às mulheres o controle sobre sua reprodução. Desta forma, as diferenças genitais não teriam mais significado cultural.

Conforme Arruzza (2010, p. 116), “algumas tendências do feminismo radical foram tão longe na crítica ao poder masculino na esfera sexual que acabaram por assumir uma posição de condenação moralista, quando não autenticamente reacionárias”. Saffioth (1992, p. 183-184) chama a atenção para o processo de naturalização da dominação-exploração exercido pelos homens sobre as mulheres. Segundo a autora, apesar de “todas as sociedades, realmente conhecidas revelarem dominância masculina”, essa dominância varia em grau, isso significa que “não existe patriarcado absoluto no qual os homens deteriam, por confisco, todos os poderes”.

Para Scott (1989), essa perspectiva teórica apresenta alguns problemas, primeiramente, ela ancora-se na biologia, assim sendo, suas reflexões assenta-se nas diferenças físicas entre homens e mulheres, apresentando, desta forma, um caráter universal, imutável e, portanto, a-histórico. Outro problema levantado pela autora é que a teoria do patriarcado não mostra como a desigualdade de gênero estrutura as demais desigualdades. Piscitelli (2002) também aponta problemas na utilização do termo ‘patriarcado’, que quando utilizado fora do seu contexto, obscurece a compreensão das relações sociais que organiza diversas formas de discriminação.

O conceito de patriarcado foi estendendo-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem trabalhados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência (PISCITELLI, 2002, p. 7).

Para Castells (2003), a família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, está em crise. O autor busca, através de dados estatísticos, demonstrar o enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade e na dominação exercida pelo homem sobre a família, que podem ser

resumidos em quatro indicadores. O primeiro refere-se à dissolução dos lares, por meio de divórcio ou separação dos casais; o segundo, à sucessão de crises conjugais frequentes e à dificuldade de compatibilizar casamento, trabalho e vida, propiciando o adiamento da formação de casais e o aumento dos relacionamentos sem matrimônio.

O terceiro lugar trata da diluição do modelo de família nuclear, devido, dentre outros motivos, a fatores demográficos. Estes estariam relacionados ao envelhecimento populacional e à redução da taxa de mortalidade entre os sexos, fazendo proliferar os lares de solteiros e os monoparentais. Como último indicador, o autor cita a reprodução biológica assegurada fora da estrutura familiar tradicional. Esta geraria o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, geralmente sustentadas pelas mães, assim como, a diminuição do número de filhos e o adiamento do nascimento do primeiro.

Caracterizadas também como tendências, tais indicadores se reforçam mutuamente, colocando em xeque a estrutura e os valores da família patriarcal. Castells (2003) ressalta, ainda, alguns processos e mudanças que influenciam nos indicadores elencados acima, tais como: a entrada maciça da mulher na força de trabalho remunerada, abalando a legitimidade da dominação do homem enquanto provedor da família; as mudanças tecnológicas no processo de reprodução (anticoncepcionais, reprodução *in vitro* e a manipulação genética), que permitem à mulher maior controle sobre a oportunidade e a frequência das gestações; as lutas das mulheres e um movimento feminista multifacetado contra a opressão, provocando impacto nas instituições da sociedade e na conscientização das mulheres.

Apesar da crise do modelo de família patriarcal e de o patriarcado ser um conceito de fácil propensão a críticas, esse não foi inteiramente abandonado (PISCITELLI, 2002). Contudo, as hipóteses explicativas sobre as origens da opressão foram sendo gradualmente questionadas e desencadearam a busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para sua desnaturalização. É nesse contexto que se desenvolve o conceito de gênero.

No tocante ao feminismo marxista, Haraway (2004) afirma que não é possível encontrar nos escritos de Marx e Engels o conceito feminista moderno de gênero. “Marx e Engels teorizaram a relação econômica de propriedade como a base da opressão das mulheres no casamento” (HARAWAY, 2004, p. 212). Nesse sentido, a subordinação das mulheres pôde ser examinada em termos das relações capitalistas de

classe, mas não em termos de uma política sexual específica entre homens e mulheres.

Contudo, seus escritos e os de outros autores de tradição marxista ofereceram importantes instrumentos⁴⁶, para posteriores teorizações sobre o conceito de gênero. Segundo Calás e Smircich (2007), o pensamento feminista marxista analisa como as identidades são construídas por meio de práticas sociais, como o trabalho, ressaltando que poder e sexualidade estão entrelaçados a esse campo da vida.

Araújo (2000, p. 65) destaca algumas contribuições do marxismo ao feminismo, tais como:

o enfoque histórico e material, que permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta.

Castro (2000) apresenta alguns princípios identitários entre o marxismo e o feminismo, em ambos haveria a preocupação de questionar relações desiguais socialmente construídas (no caso do feminismo, entre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina), assim como de negar propriedades, apropriações e expropriações (no caso do feminismo, tanto do valor produzido pelo trabalho das mulheres como de seu corpo).

Além disso, compartilham também a possibilidade de mudanças postas em ação por sujeitos, pautando-se “por investimento em realizar

⁴⁶ Para Iasi (1991), talvez uma das contribuições mais interessantes da leitura feminista está na tentativa de não se limitar ao conceito de classe inserido nas relações sociais de produção, mas buscar resgatar o conceito de divisão social do trabalho por gênero, utilizado, por exemplo, na *Ideologia Alemã* e nos *Manuscritos de 1844*. Isso porque a divisão social do trabalho teria precedido o surgimento da sociedade de classes, o que permitiria buscar teoricamente os elementos para uma diferenciação entre exploração econômica (de classe) e opressão (de gênero).

uma utopia humanista [...] ainda que nelas se limite o horizonte da utopia a uma agenda de defesa por diferenças, por igualdade de oportunidade e direitos para as mulheres” (CASTRO, 2000, p. 99).

Piscitelli (2002) aponta que algumas vertentes do feminismo socialista possuem uma postura particularmente clara no que se refere às causas da opressão das mulheres. Baseando-se nas argumentações de Engels, no livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado*⁴⁷, guiam-se pela ideia de que a divisão do trabalho, ancorada no sexo, implicou desigualdade ou opressão sexual somente no momento em que surgiram as classes sociais, fundadas na propriedade privada.

Nesta perspectiva, as formas de opressão das mulheres e a exploração de classes poderiam ser superadas por meio da instauração de uma forma de organização mais desenvolvida, numa sociedade sem classe, como, por exemplo, no socialismo. A libertação das mulheres, portanto, seria fruto de um momento posterior à revolução. Pressupõe, ainda, o mais amplo desenvolvimento das forças produtivas, a socialização da produção, a incorporação das mulheres à esfera produtiva, e a conquista das igualdades formais, mediante salário, direitos sindicais e participação política (IASI, 1991).

Outras vertentes do feminismo socialista criticam tais ideias, mostrando que as hierarquias de gênero persistiram nos países onde houve revoluções de caráter socialista, cuja transformação na organização social, supostamente, libertaria as mulheres. Desta forma, os conceitos de exploração e opressão são distintos e a luta contra a opressão sexual não cessaria com a igualdade na produção, logo, com a superação da exploração entre os sujeitos. De acordo com Iasi (1991), essa visão é limitada, e provoca consequências no campo da ação prática do movimento feminista. Além disso, gera implicações políticas, pois requer que as mulheres, primeiramente, se convertam em trabalhadoras

⁴⁷ Segundo Araujo (2000), esta obra de Engels apresenta limites, pois apresenta, originalmente, como suposto um padrão universal de família, bem como certa simplificação no modo de conceber a divisão sexual do trabalho. Entretanto, ela permanece também como “referência para pensar a relação entre as condições materiais, surgimento da propriedade privada, das instituições e a opressão da mulher.” A autora destaca, igualmente, que esta obra foi importante para mostrar que “o lugar social das mulheres não era expressão de uma ‘natureza feminina’ inata, identificando a relação entre homens e mulheres como relação de opressão e situando nos processos socioeconômicos os elementos que conduziram à dominação masculina” (ARAUJO, 2000, p. 66).

assalariadas como os homens, para, em seguida, se unirem a eles na luta revolucionária contra o capitalismo.

Diferentemente de Iasi (1991), para Piscitelli (2002, p. 3) essas correntes mostram que considerar “a produção como força motriz principal da mudança social” e o sexo como “contradição secundária” não são suficientes para promover as mudanças necessárias. A crítica da autora dirige-se às causas originais da opressão feminina, colocadas na associação capitalismo e patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes.

Iasi (1991), por sua vez, considera uma síntese bastante promissora entender o caráter da atual sociedade como “patriarcado capitalista” e afirma:

É neste contexto que devemos compreender a afirmação que nos diz que não haverá libertação dos trabalhadores se não houver a libertação da mulher. Isto significa que além do fato da irrefutável vinculação da luta das mulheres no campo da luta de classes (igualdade de remuneração do trabalho, direitos sindicais, possibilidades iguais de ascensão, etc), sua luta específica atua incisivamente na superação da opressão materializada na forma patriarcal da família, nos valores dominantes na cultura, no senso comum e na ideologia, nas relações de poder (na fábrica, na escola, mas também no sindicato, no partido), superação esta que não se dando, impede a efetiva libertação do ser humano na sua busca de uma transformação radical da sociedade (IASI, 1991, p. 03).

Nesta perspectiva, em que se constitui o capitalismo e o patriarcado como um sistema único, a luta contra a opressão de classe e gênero deve ser unificada. O compromisso com a luta das mulheres é um dos meios para a superação da condição da opressão (IASI, 1991).

Ainda no que diz respeito ao marxismo, em entrevista à Judit Butler, Gayle Rubin relembra o final da década de 1960, em que o marxismo, por meio dos escritos de Marx e Engels, era o fundamento básico das reflexões sobre a opressão das mulheres, compreendida como subproduto da opressão de classe, da invenção da propriedade privada e do imperialismo (RUBIM; BUTLER, 2003).

São produzidos, décadas de 60 e 70, diversos estudos voltados às preocupações centrais do marxismo, tendo como eixo as concepções de classe, trabalho, relações de produção e relações sociais de reprodução. Estes deram visibilidade ao lugar da mulher no mercado de trabalho e no trabalho doméstico, dentre outros. Embora fosse interessante e útil, essa literatura não conseguia alcançar certos temas cruciais ao debate feminista, como as “diferenças de gênero, opressão de gênero e sexualidade” (RUBIM; BUTLER, 2003, p. 160).

De acordo com Araujo (2000, p.70),

[...] um dos desafios do marxismo tem sido o de incorporar a complexidade e as dimensões de conflitos que foram surgindo com a modernidade, gerando diversidade de sujeitos políticos e conformando manifestações variadas de subjetividades e interesses, com dimensões políticas específicas.

Para a autora, pensar em um projeto emancipatório da humanidade requer pensar em prioridades políticas, sem deixar de considerar as diversas clivagens que perpassam as relações sociais, trabalhando-as simultaneamente em suas dimensões próprias e inter-relacionadas.

Aruzza (2011, p. 160) recupera o debate, que permanece aberto, acerca da controversa relação entre feminismo e marxismo. A autora sugere pistas de discussão e de pesquisa que possam levar a uma “união *queer*” entre as duas vertentes: “*queer*, pois, para realizar essa união seria necessário questionar a distinção e a separação de seus respectivos papéis e tarefas”.

Para Aruzza (2011), o debate permanece atual quando se considera as consequências do divórcio entre feminismo e movimentos sociais, quais sejam: a separação da luta pela libertação das mulheres de qualquer conteúdo de classe. As consequências dessa dissociação também compreendem a academização e a

institucionalização do feminismo à apropriação de palavras de ordem feministas pelas forças liberais, até a utilização, nos últimos anos, do pretexto oportunista da defesa das mulheres para justificar intervenções imperialistas (como no Afeganistão) ou políticas de discriminação em face das comunidades de imigrantes (ARUZZA, 2011, p. 160).

Segundo a autora, urge a necessidade de superar os atrasos acumulados pela teoria marxista frente à opressão das mulheres, haja vista que a globalização capitalista tem afetado profundamente suas vidas. Assim, o divórcio entre marxismo e feminismo coloca dificuldades ainda mais graves, dado que o processo de feminização do trabalho se acelerou fortemente com a globalização.

A análise da divisão sexual do trabalho, do papel da reprodução para o capitalismo, da maneira como a ideologia patriarcal se entrelaça com as dinâmicas da acumulação capitalista ainda não se integrou perfeitamente nem na crítica marxista da economia política nem na atividade e nos programas das organizações políticas da esquerda e dos movimentos sociais: isso representa um obstáculo muito grave à capacidade de compreensão e de intervenção na realidade (ARUZZA, 2011, p. 168).

Aruzza (2011) ressalta que sexo e gênero são fatores poderosos de divisão ideológica e política, do qual o capital tira proveito. Por isso, a necessidade de ler as interseções entre gênero, classe e raça, além de decifrar a relação complexa entre os elementos patriarcais arcaicos, que subsistem no mundo capitalista ou que foram integrados, utilizados e transformados pelo capitalismo. Assim, é necessário identificar como gênero e raça influenciam a composição social da força de trabalho das mulheres e sua subjetivação política enquanto classe.

Para tanto, o relevante não é saber se a contradição entre capital e trabalho é mais importante que a opressão das mulheres, mas compreender a maneira como, hoje, ambas as explicações se encontram inteiramente imbricadas nas relações de produção e no conjunto das relações de poder do capitalismo, que dá lugar a uma sociedade complexa. De acordo com Aruzza (2011), torna-se imprescindível criar um paradigma capaz de apreender o conjunto dessa complexidade, ao invés de negá-la.

Outro aspecto importante da diversidade teórica no campo dos estudos feministas e de gênero para a compreensão das diferenças existentes entre masculino e feminino são as abordagens baseadas na teoria psicanalista. De acordo com Scott (1989), a teoria psicanalítica exige uma distinção entre a Escola Anglo-Americana e a Escola Francesa. A primeira trabalha com a nomenclatura das teorias de relações do objeto,

cujos principais representantes são Nancy Chodorow e Carol Giligan. A Escola Francesa, por sua vez, baseia-se nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem de Jacques Lacan. Ademais, os discursos de Foucault e a proposta de desconstrução de Derrida também tiveram ressonância entre os estudiosos do tema da mulher e o movimento feminista (MATOS, 2009).

Ambas as escolas se interessam pelos processos de criação da identidade do sujeito, e centram-se nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança, a fim de buscar indicações sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto ou estruturalistas enfatizam a influência da experiência concreta – a criança vê, ouve e relaciona-se com pessoas que cuidam dela.

As pós-estruturalistas priorizam o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero, além de valorizar o inconsciente como fator decisivo na construção do sujeito, tido também como lugar da emergência da divisão sexual e, por isso, “um lugar de instabilidade para o sujeito sexuado” (SCOTT, 1989, p. 14).

Scott (1989) tece algumas críticas à teoria das relações de objetos, visto que limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, não possibilitando meios de ligar esse conceito com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. A autora situa o gênero como uma categoria de análise a partir do pós-estruturalismo. Para a autora, gênero implica em dois níveis, quais sejam: “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças perceptíveis entre os dois sexos”, e como forma básica de representar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21). A finalidade não é explicar como o gênero determinou ou causou um dado fenômeno, mas como se articulou a outros elementos de diversas variáveis para explicar as relações de poder.

Em entrevista concedida à Grossi, Heilborn e Rial, em 1998, Joan Scott reafirma seu entendimento sobre a categoria gênero, referindo-se ao discurso da diferença dos sexos e acrescenta:

Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa

realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (GROSSI; HEILBORN e RIAL, 1998, s/p).

O conceito de gênero passa a exigir que se pense de modo plural, observando que as representações sobre o feminino e o masculino são diversas, que diferem não somente entre as sociedades ou os momentos históricos, mas também no interior de uma dada sociedade, ao considerar os diversos grupos que a constituem: étnicos, raciais, religiosos, de classe.

Baseada na proposta apresentada por Scott, em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, Conceição (2009, p. 753) apresenta alguns aspectos que caracterizam os estudos de gênero na perspectiva pós-estruturalista, tais como:

Analisam como, em diversas sociedades e momentos, um dado grupo ou indivíduos dá significação ao feminino e ao masculino; Elegem o particular, renunciando à busca por leis causais e gerais para a explicação das diferenças sexuais; [...] Visam mais do que descrever e buscar a causalidade dos fenômenos, analisar e compreender as construções de gênero, que implicam na configuração das instituições, de relações de dominação, normas, papéis sociais, identidades subjetivas e coletivas e práticas legitimando-as.

Ademais, os estudos de gênero rejeitam o determinismo biológico e a naturalização da distinção sexual. Enfatizam que as diferenças anatômicas entre machos e fêmeas são construídas discursivamente de forma inter-relacional, pressupondo, dessa forma, relações hierárquicas de dominação. Matos (2009) sugere que por possuir uma característica basicamente relacional, pois é no âmbito das relações sociais que se constroem e se reproduzem as relações entre os sujeitos, a categoria gênero destaca a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino, que se definem um em função do outro. Aponta, ainda, que os perfis se constituem social, cultural e historicamente num determinado tempo, espaço e cultura.

Para a autora, “as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos”, sendo assim uma “forma primária de relações significantes de poder” (MATOS, 2009, p. 284). Desse modo, as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas “nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação”, e não nas diferenças biológicas (LOURO, 2003, p. 22).

No que tange à proposta de desconstrução, cuja base de algumas argumentações pode ser encontrada em Jacques Derrida, um ponto importante está na ideia de que é preciso desconstruir o caráter dicotômico e polarizado dos gêneros. Louro (2003, p. 31) afirma a necessidade de desconstruir o caráter da oposição binária masculino-feminino, que “concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão”. Supõe que a oposição não é inerente e fixa, mas sim construída, visto que os sujeitos que constituem a dicotomia são homens e mulheres de várias classes, raças, idades, religiões, etc.

Ainda, segundo Louro (2003), uma das principais contribuições da desconstrução dessa oposição binária está na possibilidade de incluir e compreender as diferentes formas de masculinidades e feminilidades que se constituem socialmente.

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia *singular* de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria na visão de muito/as, presente no conceito de “gênero”. [...] a menos que se desconstrua a polarização dos gêneros e se problematize a identidade no interior de cada polo, se deixará de contemplar os interesses, as experiências e os questionamentos de muitas mulheres, como os das mulheres não-brancas e as lésbicas (bem como se deixarão de fora as diferentes formas de masculinidade) (p.34).

Algumas correntes feministas pós-estruturalistas, contrárias aos essencialismos, binarismos e as lógicas identitárias, proibiram a utilização da categoria mulher, resultando no que Costa (1998) chama de

feminismo sem mulheres. Piscitelli (2002), citando Linda Alcoff (1988), afirma que a radical procura pela desessencialização faz com que o conceito/categoria mulher (s), antes tido como ponto de partida fundamental para a teoria e política feminista, perca sua estabilidade. Assim, como as demais, a perspectiva desconstrucionista sofre algumas críticas, sendo acusada de dissolver o sujeito político “mulheres” e também de restabelecer distâncias entre reflexão teórica e o movimento político.

Ademais, problematiza-se o significado de “fazer teoria”, no qual o próprio conceito de gênero é “abandonado” por algumas teóricas, que propõem o resgate da categoria “mulher”, como aquela que efetivamente representa a radicalidade do sujeito do movimento feminista.

Costa (1998) se posiciona pelo retorno à noção de mulher como uma categoria política, em substituição ao conceito de gênero, cujo uso equivocado tem, muitas vezes, transformado em masculinidade. A autora lembra que “mulher” é uma categoria heterogênea, construída historicamente por variados discursos e práticas sobre os quais o movimento feminista repousa. A mesma torna-se uma posição política por estar ligada, invariavelmente, aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, libidinal, entre outros, ocupados pelas mulheres, e influencia a leitura e interpretação que se tem do mundo. Para Conceição (2009), o debate apresentado pelas pós-modernas é o da possibilidade de haver política sem que seja necessária a constituição de uma identidade fixa, ou seja, não necessita de um sujeito a ser representado para que essa política se legitime.

Por outro lado, passadas décadas da incorporação dos estudos feministas e das discussões sobre a categoria gênero, tanto nos debates acadêmicos quanto nas disputas políticas, é possível referir-se ao momento atual das lutas e reivindicações feministas como pós-feminismo (Rago, 2004). A autora entende esse conceito a partir da nova relação que o feminismo contemporâneo estabelece consigo e com a imagem que projeta de si para o mundo. Essa relação caracteriza-se numa atitude de metacrítica

pela reflexão crítica sobre o próprio feminismo e por sua historicização, em um movimento de avaliação e balanço de suas conquistas, seus avanços, limites e impasses, seja no campo das práticas, seja no campo do pensamento (RAGO, 2004, p.31).

Ainda, de acordo com Rago (2004), essa relação diferenciada pode ser vista como resultado das próprias lutas travadas pelas mulheres nas últimas três ou quatro décadas. As conquistas atingiram um determinado patamar caracterizado por aspectos como: a transformação da própria imagem do feminismo, atualmente reconhecido, nacionalmente e internacionalmente como um dos maiores e mais bem sucedidos movimentos do século XX; a desistigmatização da imagem das feministas.

Além disso, a ampla reconfiguração e generalização do feminismo vêm atingindo setores mais jovens da população. Evidencia que hoje elas entram no mercado de trabalho e no mundo público com mais autonomia e em condições de estabelecer relações de gênero menos hierarquizadas se comparadas com aquelas vivenciadas pelas jovens na década de 1960. Do mesmo modo, a juventude pós-feminista mantém, indiscutivelmente, “relações mais libertárias com o corpo, com o sexo, com o outro, com a natureza e com a própria vida” (RAGO, 2004, p. 32).

Apesar dos avanços e das conquistas das questões femininas, as negociações de gênero ainda estão longe de se encerrarem, tendo em vista as inúmeras formas de violência, exploração, desqualificação e humilhação a que as mulheres são submetidas cotidianamente. Entretanto, apesar das dificuldades e limitações, o “feminismo criou um *modo específico de existência*”, mais integrado e humanizado, e tem atuado no sentido de renovar e reatualizar o imaginário político e cultural de nossa época (RAGO, 2004, p. 33).

Nas últimas décadas, outra perspectiva que vem surgindo com intensa convergência de objetivos com a teoria feminista são as teorias pós-coloniais. Segundo Adelman (2004, s/p), a experiência feminista e a pós-colonial compartilham de uma "epistemologia da alteridade", promovendo o resgate ou uma releitura de "experiências invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um Outro da modernidade ocidental".

Cypriano (2013, p. 16), citando Mohanty (1984), identifica três relevantes variações no qual o conceito de colonização tem sido utilizado:

- i) a marxista, que denuncia a exploração econômica; ii) a discussão realizada pelas feministas negras, que denunciam a forma pela qual suas experiências e lutas foram apropriadas pelos movimentos de mulheres branca; e iii) as reivindicações do “Terceiro Mundo”, que buscam caracterizar e questionar o que é evidenciado na produção de um discurso cultural ocidental e

colonialista sobre o chamado “Terceiro Mundo”: principalmente as hierarquias políticas e econômicas.

Assim, juntamente com a teoria feminista, a pós-colonial é um campo de estudos que lança um novo olhar sobre as sociedades modernas, questionando a importação acrítica de teorias e métodos elaborados no norte global, principalmente dos EUA e Europa Ocidental, para compreender e conceituar os problemas do Sul.

Em outras palavras, numa leitura abrangente, essa teoria busca construir e solidificar uma teoria sobre, e escrita por mulheres do "Terceiro Mundo", a partir da realidade social da qual fazem parte. Critica a generalização das questões de gênero apontadas pelas feministas do Primeiro Mundo, que consideram as mulheres do Terceiro Mundo como “outras”, ao enfatizarem sua opressão, pobreza, analfabetismo, subdesenvolvimento.

Elas caracterizam os “povos do Terceiro Mundo”, não apenas as mulheres, como também atrasados, ignorantes e recebedores passivos dos conhecimentos ocidentais, ignorando outras representações que articulam sua ação, suas capacidades seu envolvimento em lutas e estratégias de sobrevivência (CALÁS; SMIRICH, 2007, p. 303).

A partir do exposto, observa-se que existe uma complementação entre o deslocamento do enfoque que buscava as causas da dominação para a dos significados e das condições de construção das relações de gênero. Para Souza-Lobo (2011), esse deslocamento constitui um fio condutor de articulação entre os estudos sobre as relações de gênero com os estudos sobre as condições de permanência e mudanças das relações sociais, e as que tratam das formas de construção de poderes nas sociedades.

Por fim, nota-se que os estudos feministas são extremamente abrangentes, sendo difícil estabelecer definições precisas que deem conta da complexidade da produção teórica e posições políticas. Comunga-se do pensamento de Matos (2009, p. 289) quando coloca que são inúmeros os “obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias

e de ambiguidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos.”

3. SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM OS ESTUDOS DE GÊNERO

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer refletir sobre o processo que deu origem as suas características atuais, isto é, compreender os fatores históricos e endógenos que contribuíram para sua constituição, uma vez que a construção como profissão não ocorreu de forma contínua e linear. Esta seção apresenta um breve resgate das origens do Serviço Social no contexto brasileiro, a presença da transversalidade de gênero na profissão, impulsionada também pelas políticas sociais, e o lugar dos estudos feministas, particularmente das discussões de gênero, na formação profissional.

Antes, porém, são abordadas as inúmeras mudanças pelas quais o Brasil vem passando nos últimos anos, sinalizando um novo padrão de mobilidade social em curso (POCHMANN, 2010), bem como, as alterações nos indicadores de pobreza e de desigualdades social, que não atingem de modo homogêneo homens e mulheres. O acesso à educação, ao emprego e renda, à vida política partidária entre outros não são partilhados de forma equânime nas diferentes regiões do país, segundo o recorte de gênero. Tais dados são determinante para explicar a vulnerabilidade à pobreza, justificando a importância do diálogo do Serviço Social com os estudos feministas, somado à orientação de sua transversalidade às políticas sociais (BANDEIRA, 2005).

3.1 DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO NO BRASIL

O perfil socioeconômico brasileiro vem se transformando, embora a crise econômica mundial tenha acentuado as desigualdades em vários países. De acordo com a pesquisa⁴⁸ realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Brasil, a pobreza caiu 7,9% entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, e as desigualdades continuam a diminuir. A mesma pesquisa aponta ainda que o “Gini do Brasil passa de 0,956 em 2001 para 0,519 em janeiro de 2012, cerca de 3,3% abaixo do seu piso histórico de 1960”.

⁴⁸ Pesquisa realizada em 2012, intitulada “De volta ao país do futuro: projeções, crise européia e a nova classe média”. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/ncm2014/NCM2014_TextoCompleto_Fim_texto.pdf. Acesso em: 3/06/2013.

Segundo Pochmann (2010), o Brasil encontra-se entre os países com as mais altas taxas de mudança social, sendo estas evidenciadas pela participação mais ativa das classes C e D na economia de mercado. Numa mostra de quinze países, o Brasil registra a mais alta taxa de mobilidade social⁴⁹ (63,2%), “chega a ser 50% superior ao grau de mobilidade das nações pertencentes ao grupo intermediário”, como Espanha, França e Estados Unidos. (POCHMANN, 2010, p. 638).

O autor atribui tais mudanças, em curso desde 2004, a três fatores. O primeiro refere-se à política de aumento do salário mínimo, desenvolvida pelo governo Lula, que injetou cerca de R\$ 1 trilhão nos rendimentos dos trabalhadores assalariados. O segundo trata da política de transferência direta de renda aos diversos segmentos vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência, desempregados e pobres), viabilizada pela Previdência e Assistência Social. Recentemente, soma-se a esta a adoção da política de inclusão bancária, que elevou a difusão do crédito, especialmente aos segmentos de baixa renda, tanto para consumo como para produção. E, por último, o investimento significativo no setor da habitação, após 2004, cujo financiamento passou de R\$ 25,7 bilhões para R\$ 305,5 bilhões. (POCHMANN, 2010). Além desses fatores, Silva (2010) destaca também a continuidade da estabilidade monetária e a maior expansão econômica como causas da diminuição da pobreza e desigualdade.

Bonis (2011) afirma que vários fatores têm contribuído para a diminuição da pobreza, embora o Brasil ainda possua 16,2 milhões de brasileiros em extrema pobreza⁵⁰, ou seja, que vivem com renda *per*

⁴⁹ Como padrão de mobilidade social entende-se a alteração de posição de distintos segmentos populacionais no interior da estrutura social. (POCHMANN, 2010).

⁵⁰ Dos 16,2 milhões em extrema pobreza, 4,8 milhões não tem nenhuma renda e 11,4 milhões tem rendimento per capita de R\$ 1 a R\$ 70. Para levantar o número de brasileiros em extrema pobreza, o IBGE levou em consideração, além do rendimento, outras condições, como: se os integrantes da família são analfabetos ou idosos, a existência de banheiros nas casas, acesso à rede de esgoto e água, bem como energia elétrica. Do total de pessoas que vivem na miséria, 70,8% são pardos ou pretos e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade. O mapa revela, ainda, que 46,7% dos extremamente pobres vivem no campo, onde residem apenas 15,6% dos brasileiros. De cada quatro moradores da zona rural, um encontra-se na miséria. As cidades, onde moram 84,4% da população total, concentram 53,3% dos miseráveis. O Nordeste abriga 60% dos extremamente pobres (9,61 milhões de pessoas). Em seguida, vem o Sudeste, com 2,7 milhões. O Norte tem 2,65 milhões de miseráveis, enquanto o Sul registra 715 mil. O

capita inferior a R\$ 70,00 mês. Nesse sentido, ressalta-se que a mudança social não ocorre de forma homogênea, há diferenças significativas entre regiões do país, faixa etária, ocupação, condição de moradia, cor e sexo. Aqui, daremos ênfase à permanência das iniquidades de gênero em meio a mudanças sociais importantes no Brasil, destacando de que forma a feminização da pobreza ainda é determinante para as desigualdades sociais.

Para Sardenberg e Macedo (2011), a categoria gênero, vista como um dos principais elementos articuladores das relações sociais, possibilita compreender como os sujeitos sociais são constituídos cotidianamente por um conjunto de significados. Estes são impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas. O conjunto de significados atribui a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, e essa diferença é “atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante⁵¹”. (SARDENBERG E MACEDO, 2011, p. 39), favorecendo a manutenção da desigualdade social e de gênero.

Nas últimas décadas, além das mudanças de mobilidade social evidenciadas, houve, igualmente, transformações na vida das mulheres brasileiras, tais como: a conquista de novos espaços de atuação, a ampliação do grau de escolaridade e do trabalho fora de casa, e a participação política, entre outras. Entretanto, tais acessos não são ampliados ao conjunto de mulheres, tampouco superam as iniquidades de gênero.

Quando atentamos para as condições de vida e de trabalho da maioria da população e, em particular,

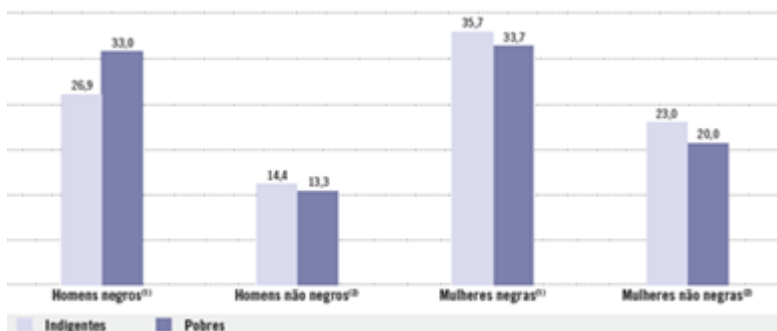
Centro-Oeste contabiliza 557 mil pessoas em situação de extrema pobreza. (PIMENTEL, 2011).

⁵¹ Concordamos com Sardenberg e Macedo (2011, p. 39) ao afirmarem que “discutir relações de gênero requer cuidado, para que não se caia na armadilha das fórmulas simplificadoras que convertem o “masculino” e o “feminino” em campos estanques e homogêneos, como se homens e mulheres não apresentassem convergências nas suas experiências e representações ou como se entre homens e mulheres e mulheres não existissem também divergências (SORJ, 1993), afinal não podemos esquecer das chamadas identidades sobrenomeadas (“mulher negra”, “mulher trabalhadora rural”, etc.). Assim, refletir sobre relações de gênero implica realizar uma releitura de todo o nosso entorno, o que significa, por exemplo, repensar a cultura e a linguagem, os meios de comunicação social, as instituições, como a família, o sistema educacional ou mesmo a religião, e os processos políticos, como os movimentos sociais ou os partidos”.

das mulheres das camadas mais pobres, constatamos que – longe daquela sociedade mais justa, mais igualitária que preconiza a Nova Constituição Federal (CF/88) – as desigualdades sociais e, dentre elas, as desigualdades de gênero, não só se mantêm ainda bem vivas em nosso meio, como permanecem profundamente arraigadas na estrutura socioeconômica hierarquizante, concentradora de renda e de poder vigente no país. (SARDENBERG E MACEDO, 2011, p. 43).

Ao se comparar a distribuição da indigência e pobreza⁵² segundo sexo e cor/raça, o segmento atingido em maior número são as mulheres e dentre elas as mulheres negras (pretos e pardos), conforme expresso no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Distribuição das/os indigentes e pobres brasileiros por sexo e cor/raça, em 2009.



Fonte: DIEESE. Anuário das mulheres brasileiras, 2011.

Outro fator importante a ser analisado é a relação entre a pobreza das mulheres e a chefia familiar. Dados do IPEA (2011) indicam que entre 1995 e 2009 a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para

⁵² Foram consideradas indigentes as pessoas com renda familiar per capita de até ¼ de salário mínimo; pobres, as pessoas com renda familiar até ½ salário mínimo. (DIEESE, 2011).

35,2% no ano de 2009. Os dados indicam situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, principalmente, por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Dados referentes ao rendimento mostram que a renda domiciliar *per capita* média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. (IPEA, 2011).

Além da diferença de remuneração, as condições das mulheres chefes de família se agravam, segundo Carloto (2004), devido à falta de políticas públicas,

A realidade tem mostrado que, se por um lado, cresce o número de domicílios nos quais a mulher tem papel fundamental na manutenção econômica, com ou sem a presença do marido/companheiro, por outro lado, ela ainda é, na maioria das casas, a responsável pela esfera doméstica. Esta situação se agrava entre os mais pobres, pela absoluta falta de acesso a forma de apoio como creches, escolas em período integral, sistema de saúde de qualidade, moradias dignas e demais fatores que poderiam aliviar a sobrecarga de trabalho doméstico. (CARLOTO, 2004, p. 152).

Nessa chave de interpretação, Sardenberg e Macedo (2011) chamam a atenção para a incorporação do trabalho infantil na produção como uma forma de contribuir com a renda familiar, o que “não impede que essas famílias se mantenham, na sua maioria, entre as mais carentes”.

Outro aspecto que ilustra a manutenção das desigualdades está relacionada à taxa de escolarização e remuneração entre homens e mulheres. Dados do DIEESE (2011) apontam que as mulheres apresentam maior taxa de escolaridade do que os homens, a média em anos de estudo é de 8,7 e 7,7 respectivamente. Houve, ainda, aumento da participação das mulheres no trabalho formal de 43,3%, em 2004, para 48,8%, em 2009. (IBGE, 2010). Contudo,

Mesmo com maior escolaridade, as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens. Em 2009, o total de mulheres ocupadas recebia cerca de 70,7% do rendimento médio dos homens ocupados. No mercado formal essa razão chega a 74,6%, enquanto no mercado informal o diferencial

entre o rendimento de homens e mulheres é ainda maior: as mulheres no mercado informal recebem somente 63,2% do rendimento médio dos homens. (IBGE, 2010, 254).

Embora o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho seja uma realidade, a persistência da desigualdade de remuneração e a inserção no trabalho informal dificultam sua autonomia econômica. Segundo Hirata (2001/02), este aumento do emprego remunerado acompanhado pela crescente vulnerabilidade e precarização é um dos paradoxos da globalização⁵³.

Os efeitos da globalização, complexas e contraditórias, afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino nos anos noventa. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, [...] Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis. (HIRATA, 2001/02, p. 143).

Para Hirata (2001/02, p. 148), a evolução do trabalho feminino aponta para a tendência a uma diversificação de tarefas e funções que tende a um quadro de bipolarização: de um lado, “profissionais altamente qualificadas com salários relativamente bons no conjunto da mão-de-obra feminina” (engenheiras, arquitetas, médicas, juízas etc.), e de outro, trabalhadoras com baixos salários, em tarefas sem reconhecimento, nem valorização social.

⁵³ Globalização é “a liberdade para o seu grupo de se implantar onde ele quiser, o tempo que ele quiser, para produzir o que ele quiser, comprando e vendendo onde ele quiser, e tendo que suportar o menor número de obrigações possíveis em matéria de direito do trabalho e de convenções sociais.” (CHESNAIS, 1997 *apud* HIRATA, 2001/02, p. 142).

Esta segunda polarização pode ser evidenciada no elevado percentual de mulheres inseridas em serviços domésticos. De acordo com dados do IBGE (2010), o trabalho doméstico é por excelência um nicho ocupacional feminino, no qual 93,0% dos trabalhadores são mulheres. Em 2009, 55,0% delas tinham de 25 a 44 anos e um contingente expressivo (72,8%) não possuía carteira de trabalho assinada, evidenciando a precariedade das condições de trabalho.

De acordo com dados do DIEESE (2011), no período de 2001 a 2009, o tempo médio semanal utilizado nos afazeres domésticos das mulheres consideradas inativas diminuiu de 32,7 horas semanais para 28,1, sendo que mais de 60% possuem baixo nível de escolaridade, ou seja, 12,6% sem instrução e 50,5% com ensino fundamental incompleto. Entre as mulheres consideradas ocupadas, o tempo médio semanal dedicado aos afazeres domésticos soma 21,6 horas semanais, entre os homens a quantidade diminui para 9,5 (DIEESE, 2011). Isso mostra que não houve grandes mudanças na divisão do trabalho doméstico e que há uma distribuição desigual do trabalho dentro da família e um investimento maior do tempo das mulheres em atividades não remunerada. Tal quadro somado à realidade da dupla jornada vivenciada por grande parte das mulheres aponta para uma sobrecarga que influi, sobremaneira, na qualidade de vida desse público.

O trabalho feminino realizado no âmbito doméstico⁵⁴ – tais como cuidado das crianças e de idosos; preparação de alimentos; limpeza da casa, etc. – aparece desprovido de valor, visto que são atividades que não se vinculam diretamente à produção de mercadoria, não sendo considerado trabalho, mas atividade feminina. (VARGAS e ROTEMBERG, 2012).

O trabalho doméstico nas suas residências, que absorvem muitas delas e uma grande parte do tempo das que exercem trabalho remunerado, é considerado ‘inatividade’, dificultando ainda mais a participação feminina na distribuição dos recursos econômicos, além de não disporem de creches, programas de educação pré-escolar adequados, alternativas de jornada ampliada, asilos, os chamados equipamentos sociais que as

⁵⁴ Para o IBGE, a população envolvida com os afazeres domésticos está incluída como População Economicamente Inativa (PEI). Estão incluídos nessa categoria aposentados, asilados, estudantes e os que cuidam de afazeres domésticos.

libertariam, pelo menos parcialmente, da ocupação com as crianças, idosos, portadores de necessidades especiais e com a estrutura doméstica de uma maneira geral. (BANDEIRA, 2005, p. 16).

Para Pougy (2012), a centralidade do trabalho na vida moderna traz um desdobramento nefasto para as mulheres, que agregam atividades com tímido usufruto do esforço empreendido.

Em relação à vida pública, as mulheres têm, por um lado, ocupado posições de prestígio e poder, como, por exemplo, o mais alto cargo do poder executivo nacional, a presidência da República. Por outro, em termos numéricos, a participação das mulheres brasileiras na vida política ainda é muito baixa. Em 2008, elas não chegaram a representar 10% do total de prefeitas eleitas no país. Quanto ao cargo de vereadoras e deputadas, elas representaram pouco mais de 12%. Apesar de insuficiente para o combate às desigualdades de gênero, a participação feminina nas instâncias de poder tem contribuído na “capacidade das mulheres de influenciarem e/ou produzirem resultados e atuarem na cena política como atores legitimamente capacitados a interferir nas decisões”. (ARAUJO, 2011, p.111).

Outro aspecto relevante é a persistência da violência de gênero, principalmente da violência contra a mulher. De acordo com Waiselfisz (2012), nos últimos 30 anos o número de mulheres vítimas de assassinato triplicou, passou de 1.353, em 1980, para 4.297, em 2010, o que representa um aumento de 217,6%. As armas de fogo são o principal instrumento utilizado nos homicídios (53,9%), seguido por objetos cortantes ou penetrantes (26,9), objetos contundentes (8,3), sufocação, estrangulamento e outros meios (10,9). A residência é apontada como local onde preponderam as situações de violência contra mulheres.

Para Sardenberg e Macedo (2011), a violência contra a mulher possui relação direta com as desigualdades existentes entre homens e mulheres e com as ideologias de gênero. Essas desigualdades se expressam “nos pensamentos e práticas machistas, na educação diferenciada, na construção de uma noção assimétrica em relação ao valor e aos direitos de homens e mulheres, na noção equivocada da mulher enquanto objeto ou propriedade de seu parceiro”. (SARDENBERG E MACEDO, 2011p. 45).

No que diz respeito a este último ponto, as estatísticas apontam que há relação de parentesco entre a vítima e o perpetrador da agressão. De acordo com Waiselfisz (2012), os pais são os principais responsáveis pelos incidentes violentos até os 14 anos de idade das vítimas, sendo que

até os 4 anos destaca-se sensivelmente a mãe. A partir dos 10 anos sobressai a figura paterna, cujo papel vai sendo substituído progressivamente pelo de (ex) cônjuge e/ou (ex) namorado, prevalentes entre os 20 até os 59 anos da mulher. A partir dessa idade, são os filhos que assumem o lugar preponderante de violência contra a mulher. (WASELFSZ, 2012).

Embora seja notável o avanço no campo das políticas para as mulheres, ainda há muito que fazer para garantir os direitos e a proteção deste segmento. Para Sardenberg e Macedo (2011), trabalhar com enfoque de gênero requer reconhecer, desvendar e buscar o desenvolvimento de estratégias para o desmonte das relações desiguais entre os seres humanos.

[...] ao acreditar na equidade de gênero e envidar esforços para a transformação dessas relações se constrói uma das mais importantes vias para a reafirmação de valores e princípios como a dignidade humana, a justiça, a igualdade com respeito à diferença, a solidariedade, a parceria/cooperação e a participação efetiva. Logicamente, “nem tudo é uma questão de gênero”, mas, por outro lado, todas as mudanças nas relações sociais estão, de alguma forma, ligadas a essa dimensão, fazendo com que gênero não seja a mais importante, mas seja uma instância imprescindível para a construção da utopia da sociedade mais justa. (SARDENBERG E MACEDO, 2011, p.46).

Ademais, a intervenção profissional do Serviço Social no fenômeno da violência e nas demais desigualdades de gênero evidenciadas, além de sua incorporação na formação tornam-se imprescindível. Tal intervenção implica em um projeto emanado do campo das políticas sociais, em particular da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da Política Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e demais políticas, como, saúde, educação, moradia, trabalho e renda, entre outras.

3.2 SERVIÇO SOCIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As origens do Serviço Social se encontram na Inglaterra, no processo da revolução industrial ocorrida no século XIX. A profissão surge em função das condições precárias de vida da população, devido ao intenso processo de emigração do campo para a cidade, e do compromisso da Igreja em aliviar a miséria e assegurar certo poder na sociedade. Segundo Netto (2011, p.17),

não há dúvida em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como se revelou no curso do século XIX.

No Brasil, a profissão surge no início da década de 1930 ligada à iniciativa particular de alguns setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu. (MARTINELLI, 1991). Passa a adquirir uma dimensão institucional legítima junto ao Estado, quando este o utiliza como estratégia para diminuir a tensão entre os trabalhadores e no enfrentamento e regulação da questão social.

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão. (YASBEK, 2009, p. 129).

Assim, a questão social é a mola propulsora da fundação do Serviço Social como profissão legítima e inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Em 1932, é criado o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo (CEAS), entidade que desempenhou um papel importante na qualificação de agentes para a realização de práticas sociais, cujo objetivo era difundir

a doutrina e a ação social da Igreja⁵⁵. A partir deste Centro foi realizado o primeiro Curso Intensivo de Formação Social para Moças com vista a prepará-las para o exercício da ação social. Esse curso foi constituído por “jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes do movimento da Igreja, e todas pertencentes a famílias burguesas”. (MARTINELLI, 1991, p. 123).

É, portanto, a relação com a Igreja Católica que vai imprimir no Serviço Social brasileiro o caráter de apostolado, configurando-o como uma profissão a ser exercida por mulheres e reafirmando as atribuições definidas como femininas pela sociedade, como: cuidado, tutela, ajuda, entre outras. (LISBOA, 2010). Nesse período, para ser Assistente Social fazia-se necessário possuir algumas características consideradas essenciais para desenvolver as atividades junto à população “desviada”, como

[...] ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem, corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. Será, portanto, indispensável para o recrutamento dos futuros assistentes critérios bem definidos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 221).

⁵⁵ No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII, de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna, e a “Quadragesimo Anno” de Pio XI, de 1931, que comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja. (YASBEK, 2009)

Nota-se que os interesses de classe estiveram presentes na institucionalização da profissão, assim como o recorte de gênero foi fundamental para a escolha do perfil necessário ao seu exercício. Isso evidencia que as relações de classe e as relações de gênero se articulam historicamente e a compreensão adequada dos fenômenos sociais exige uma análise que leve em conta a apreensão desta articulação, visando uma compreensão mais concreta da realidade social. (VELOSO, 2001a).

A perspectiva do conservadorismo católico, que marca os anos iniciais da profissão no Brasil, começa a se aprimorar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista, a partir dos anos de 1940. Essa reorientação da profissão se dará para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e vai exigir a qualificação e a sistematização de seu espaço sócio ocupacional, “tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social”. (YASBEK; SILVA, 2005, p. 27).

Ao incorporar parte das reivindicações dos trabalhadores por meio de leis sindicais, sociais e trabalhistas, juntamente com as grandes instituições assistenciais, o Estado desponta como o grande empregador do/a assistente social. Isso amplia a área de ação profissional e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas voltadas ao enfrentamento da questão social. Logo, o Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho vinculado ao setor público, especialmente na execução das políticas sociais.

Em tal contexto, o Serviço Social busca suporte teórico-metodológico na matriz positivista para a qualificação técnica e modernização de sua prática. Segundo Yasbek e Silva (2005, p. 27), esta matriz de apreensão “manipuladora, instrumental e imediata do ser social” vai abordar as relações sociais no plano da imediatividade, trabalhando com as relações aparentes dos fatos, e restringindo a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Essa abordagem é absorvida pelo Serviço Social e se configura como uma proposta de trabalho ajustadora, com ênfase no aperfeiçoamento dos instrumentais e técnicas de intervenção, acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais.

Nessa chave de interpretação, as funções desempenhadas pelos assistentes sociais evidenciavam a preocupação com a integração dos indivíduos e a normalização de suas condutas.

Essas funções eram centradas de forma bastante endógena no interior do Serviço Social, nos processos e métodos de intervenção, autonomizados das instâncias institucionais, até meados da década de 1970. Internacionalmente, conectava-se com as questões relativas ao desenvolvimento e ao progresso social como uma trajetória natural a ser seguida pelos países, à época considerados subdesenvolvidos. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 63).

O questionamento ao referencial positivista e a busca de ruptura com o conservadorismo vai desencadear na profissão um processo de renovação amplo e plural, culminando no Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Esse processo teve início em meados da década de 1960, no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam a expansão capitalista mundial. Tal desenho econômico impôs um modelo de desenvolvimento excludente e subordinado à América Latina.

O movimento de Reconceituação apresentou aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as classes subalternas. Teve ainda um importante papel na trajetória da profissão ao tentar romper com as teorias importadas, favorecendo a teorização a partir da realidade e do contexto brasileiro. Este Movimento de autocrítica e questionamentos das bases teórico-metodológicas da profissão emerge, principalmente, em decorrência de sua interlocução com a leitura marxiana. Trata-se, segundo Yasbek e Silva (2005, 28), de um “debate plural, que implica na convivência e no diálogo de diferentes paradigmas, mas que supõe uma direção hegemônica”, ou seja, apesar do confronto em diversos espaços, entre o conjunto de vertentes⁵⁶ teórico-

⁵⁶ Emergem no bojo do Movimento de Reconceituação: a vertente modernizadora, caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora; a vertente inspirada na fenomenologia, que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos, voltada para a reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão; a vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes. No Brasil, em um primeiro momento, vai configurar-se como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx. (YASBEK, 2009a).

metodológicas e posições ideopolíticas prevalece a centralidade da vertente marxista.

O referencial marxista desenvolve-se na profissão nos anos de 1980, a partir das contribuições de Yamamoto (1982), e avança a década seguinte, imprimindo uma direção ao pensamento e à ação do Serviço Social brasileiro.

Vai permear as ações voltadas à formulação de assistentes sociais na sociedade brasileira, destacando-se que expressava um novo projeto profissional em formulação, culminando com o currículo de 1982 e as novas diretrizes curriculares [2001]; os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. (YASBEK; SILVA, 2005, p. 29).

Para Netto (1996), é nos anos de 1980 que o Serviço Social brasileiro assinala sua maioridade no domínio da elaboração teórica, impulsionada pela criação e expansão da pós-graduação *stricto sensu*⁵⁷. Esta expansão vem expressando-se em significativa produção teórica, o que tem gerado uma bibliografia própria publicada em livros, revistas e cadernos, não somente no Brasil como também no exterior. O Serviço Social começou, então, a produzir seus conhecimentos e não apenas aplicar aqueles produzidos por outras áreas, especialmente, pelas Ciências Sociais. Nesse contexto, a produção de conhecimento é fortemente influenciada pela tradição marxista.

⁵⁷ No Brasil, a Pós-Graduação em Serviço Social, com seus cursos de Mestrado e Doutorado, iniciada na década de 1970, consolidou-se no âmbito da construção de um projeto profissional de ruptura com o tradicional e impulsionou o desenvolvimento da pesquisa, da reflexão e da produção científica no interior do exercício acadêmico e profissional. Possibilitou, ainda, um espaço de interlocução e diálogo do Serviço social com as diferentes áreas do saber, assumindo um papel fundamental na superação do viés positivista, contribuindo para “capacitar os profissionais também enquanto cientistas sociais preocupados em mudar a realidade social opressora e produzir conhecimento sobre essa realidade para embasar a prática profissional e contribuir para o avanço científico das Ciências Sociais”. (YASBEK; SILVA, 2005, p. 42).

No curso dos anos oitenta, a tradição marxista se colocou no centro da agenda intelectual da profissão: *todas* as polêmicas relevantes (o debate sobre formação profissional e sobre teoria e metodologia, sobre Estado e movimentos sociais, sobre democracia e cidadania, sobre políticas sociais e assistência) foram *decisivamente* marcadas pelo pensamento marxista. (NETTO, 1996, p. 112-113).

Entretanto, no início dos anos de 1990 registra-se no campo profissional a emergência de crítica formal às correntes marxistas. Uma das críticas⁵⁸ refere-se às lacunas existentes nos trabalhos, “constatando que a elaboração dos anos oitenta não lavrou sobre amplo rol de objetos (questões de gênero, de cultura, de minorias, etc.)”. (NETTO, 1996, p. 114). Segundo Lisboa (2010, p. 67),

ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero.

Faleiros (2011) ressalta que apesar da divisão da sociedade em classes ser fundamental para a análise da realidade, esta deve ser entendida numa concepção mais geral das relações sociais, a partir da ótica das relações de produção, sem ter que reduzir a elas toda dinâmica social.

Reduzir a intervenção social a um único modelo, a uma teoria exclusiva, que tudo possa abarcar, é um procedimento unilateral que não leva em conta a dinâmica da história, a historicidade dos processos,

⁵⁸ A outra crítica, segundo Netto (1996), refere-se à ortodoxia ou dogmatismo dos marxistas brasileiros no Serviço Social. Segundo o autor, a crítica é dirigida no sentido de ampliar, abrir e flexibilizar a perspectiva teórica, incorporando autores como Habermas e Foucault, e as perspectivas pós-modernas.

a especificidade e a dinâmica de cada conjuntura.
(FALEIROS, 2011, p. 69).

Nesta direção, o autor faz uma crítica ao reducionismo metodológico e ao ecletismo, ressaltado a necessidade de “revalorizar a diversidade de visões, a tolerância, sem confundi-las com ecletismo, considerando-se a diversidade e a pluralidade num processo interativo, conflituoso”. (FALEIROS, 2011, p. 87).

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao Projeto Ético-Político Profissional que, desde a década de 1980, vem sendo construído coletivamente pela categoria dos assistentes sociais. Tem como características o comprometimento com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. Vislumbra como horizonte a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (CFESS, 1993).

Nota-se que sua proposta se materializou no Código de Ética Profissional do Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, bem como na nova proposta de Diretrizes para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 1996. Contudo, tal Projeto político profissional está colocado em um terreno profundamente adverso, em função do contexto de alterações no padrão de acumulação do capitalismo globalizado, sob a hegemonia do capital financeiro.

Impulsionadas pela revolução tecnológica de base microeletrônica e pela robótica, verificam-se profundas alterações no âmbito da produção e comercialização, nas formas de gestão da força de trabalho, na estruturação dos serviços comerciais, financeiros, etc. Amplia-se a competitividade intercapitalista nos mercados mundiais e nacionais, modificando as relações entre Estado e a sociedade civil, conforme os parâmetros estabelecidos pelos organismos internacionais, a partir do “Consenso de Washington”, em 1989, que recomendam uma ampla *Reforma do Estado*, segundo diretrizes políticas de raiz neoliberal. (IAMAMOTO, 2009, p. 112, grifos da autora).

O ideário neoliberal reitera e amplia as desigualdades sociais por meio da construção de formas filantropizadas e despolitizadas de

abordagem da questão social. Na área social, isso se apresenta na forma de programas seletivos e focalizados de combate à pobreza e no apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil, colocando novas questões para o Serviço social, tanto do ponto de vista de sua intervenção quanto da construção de seu conhecimento. (YASBEK; SILVA, 2005). Tais processos introduzem novas mediações históricas na gênese⁵⁹ e expressões da questão social.

Neste contexto, o Serviço Social, da década de 1990 e início do século XXI, é chamado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social⁶⁰, que se expressam pela precarização do trabalho e pela penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea. (YASBEK; SILVA, 2005). Além dessas questões, as autoras (2005) destacam alguns eixos articuladores do debate profissional, diante dos quais o Serviço Social tem se colocado, devido aos desdobramentos tanto na sua ação quanto na produção teórica:

- a emergência de processos e dinâmicas que trazem para a profissão novas temáticas, novos sujeitos sociais e questões como o desemprego, o trabalho infantil, os sem-terra, os sem-teto, a violência doméstica, as drogas, a discriminação por gênero e etnia, a AIDS, as crianças e adolescentes, os moradores de rua, os velhos e outras tantas questões e temáticas da exclusão;
- o avanço de alternativas privatistas e refilantropizadas para a pobreza e a exclusão social, com o crescimento do terceiro setor, do trabalho voluntário e das iniciativas privadas face à questão social;

⁵⁹ De acordo com Iamamoto (2009), “a gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental no qual a produção, cada vez mais social se contrapõe a apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos, assumindo roupagens distintas em cada época.”

⁶⁰ Nesta direção, destaca-se a campanha lançada em 2006 com o tema *O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito*, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social pela Livre Orientação e Expressão Sexual. Um dos resultados desta campanha foi a aprovação da Resolução CFESS nº 489/2006, que “estabeleceu normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do/a Assistente Social, regulamentando princípios inscritos no Código de Ética Profissional”.

- as novas características das políticas sociais com prevalência dos Programas de Transferência de Renda;
- a Assistência Social, qualificada como política pública [...] constitui-se em tema de estudo, pesquisas e campo de interlocução do Serviço Social com amplos movimentos da sociedade civil [...]. (YASBEK; SILVA, 2005, p. 32).

Nesta direção, Iamamoto (2009, p. 114) ressalta que “dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais - de classe - em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc.”. Ademais, constitui-se em um requisito fundamental para avançar na direção indicada pelo projeto político do Serviço Social, uma vez que as questões de gênero tem se configurado como uma das expressões marcantes de injustiça e desigualdade presentes no país, ou seja, como uma das expressões da questão social.

3.3 SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: CARACTERÍSTICAS E CAMPO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

A breve contextualização histórica do Serviço Social explicita a importância dos estudos de gênero para problematizarmos as particularidades profissionais. Tal relevância reside em dois pontos: o primeiro refere-se à análise da profissão propriamente dita, uma vez que esta é composta predominantemente por mulheres, salientando-se a forte presença do gênero na constituição da identidade profissional. Além disso, observa-se que a intervenção profissional também incide majoritariamente sobre as mulheres - seja como usuárias dos serviços sociais, ou como cuidadoras dos usuários destes serviços (mães, filhas, esposas, avós), caracterizando-se como “uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres”. (IAMAMOTO, 2009, p.104).

A marca do perfil feminino acompanhou a constituição da profissão em seu percurso histórico, das protoformas aos dias atuais. Desde o início de sua institucionalização, o Serviço Social teve seu quadro profissional preenchido majoritariamente por mulheres. Seu ingresso no mercado de trabalho era feito predominantemente em profissões que lhes permitissem desempenhar seus papéis tradicionais - mães e donas de casa, baseados no cuidado, na ajuda e na tutela. Segundo Veloso (2001a, p. 5), “essas qualidades, consideradas ‘naturais’ das

mulheres e construídas no seu processo de socialização e aprendizagem social, foram tomadas como características necessárias à/o assistente social”, conjugando o perfil profissional com as representações de gênero vigentes. Desta forma,

as mulheres preencheram o Serviço Social e trouxeram consigo valores, formas de se relacionar com o mundo, atributos e qualidades, demandados pelos grupos dominantes que necessitavam dos serviços desta profissão que ora se iniciava. Este conjunto de fatores conferiu à profissão de Serviço Social uma imagem bem próxima à imagem que se tinha da ‘Mulher’. (VELOSO, p.6, 2001a).

Para Iamamoto (2009, p. 104), o perfil feminino do/a assistente social “absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho”, como, por exemplo, a subalternidade profissional frente a outras profissões e os baixos salários. Tal fato evidencia, em certa medida, a realidade de mulheres que estão inseridas em uma profissão feminina.

O Serviço Social não é visto, portanto, como uma profissão que toma decisões, que participa “produtivamente” na divisão do trabalho, que participa na definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho com autonomia para definir os recursos a empregar, os benefícios da sua ação, que possui um conhecimento teórico-universal sobre o social (apesar de que diversos Assistentes Sociais sim atuem nestes níveis). Pelo contrário, o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”) que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc.). (MONTAÑO, 2007, p.101).

Na contemporaneidade, ainda pode-se notar a prevalência das mulheres na profissão. A pesquisa publicada pelo CFESS, em 2005, captou dados e informações sobre o perfil profissional em todo o Brasil.

Essa pesquisa confirmou a tendência histórica de o Serviço Social ser uma profissão predominantemente feminina, uma vez que 97% dos Assistentes Sociais pesquisados eram do sexo feminino, enquanto apenas 3% eram do sexo masculino.

Outro dado relevante a ser considerado é o grande número de matrículas do sexo feminino nos cursos de Serviço Social. Segundo o Censo da Educação Superior (MEC/ INEP, 2013), dentre as dez áreas com percentual mais expressivo de matrículas femininas no Brasil, em 2011, o curso de “Serviço Social e Orientação” está em quarto lugar, com 91%. Fica atrás somente das áreas de “Serviços de Beleza”, “Ciências da Educação” e “Secretariado e Trabalhos de Escritório”, respectivamente com 97,2%, 92,3% e 91,2%, de matrículas femininas. Isso reforça a tendência de a categoria se manter uma profissão feminina⁶¹.

De acordo com Iamamoto (2009), ainda que a imagem social predominante da profissão seja indissociável a certos estereótipos socialmente construídos sobre as mulheres na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, não se pode perder de vista que o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira. Isso está expresso no Código de Ética, de 1993, como um de seus princípios, qual seja: exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1993).

Destacamos, novamente, que a intervenção profissional incide majoritariamente sobre as mulheres e conseqüentemente as relações de gênero se fazem presentes no cotidiano profissional da/o assistente social. Estas relações são evidenciadas nas demandas e situações trazidas pelos sujeitos, tais como: situação de violência contra mulheres e crianças; gravidez na adolescência; direitos reprodutivos; mulheres chefes de família; discriminação no mundo do trabalho, entre outras. Ademais, são elas as principais demandantes dos serviços e programas da assistência social, da saúde e da educação, o que nos aponta para a necessidade de compreender as questões de gênero como categoria analítica.

⁶¹ Apesar de ser uma profissão composta por mulheres, isso não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais com representação nitidamente minoritária no conjunto da categoria profissional no Brasil, embora a ênfase dos estudos privilegiem a compreensão do feminino. A este respeito ver: Gruendemann, Etcheverry e Tôndolo (2012) e Simões e Zucco (2010).

O segundo ponto está relacionado ao fato de a/o assistente social ter como campo prioritário a gestão e a operacionalização de programas e projetos sociais. Logo, a atuação da/o assistente social se faz por meio da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da questão social. Segundo Lara (2011, p.25), “uma das mais destacadas [singularidades de seu fazer profissional] é a execução de políticas públicas no enfrentamento das expressões da ‘questão social’”.

Soma-se a isso, o reconhecimento por parte do Estado da incorporação da transversalidade de gênero nas políticas sociais (BANDEIRA, 2005). De acordo com Sposati (2011), as lutas de gênero são transversais às políticas sociais, daí a necessidade de aprofundamento do debate teórico sobre essa questão⁶².

No Brasil, a partir do retorno ao Estado democrático e principalmente, com a Constituição de 1988, o Serviço Social passa a incorporar o ideário dos direitos sociais.

o debate instaurado em torno da profissão, e sobre a relação visceral entre Serviço Social e política social, floresceu e aprofundou-se significativamente ao longo das duas últimas décadas do século 20 e consolida-se no início do século 21. Isso pode ser explicado pela alteração nos sistemas de proteção social brasileiros, após o retorno do país ao Estado de Direito, em 1985. Período de intensa mobilização de segmentos da sociedade civil, no sentido de ampliar e garantir direitos em setores de ponta, ou seja, o núcleo duro da política social – saúde, previdência e assistência

⁶² Em relação às políticas sociais e políticas públicas, Pereira (2011, p. 174), traz a seguinte definição: política pública é “a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos”. Segundo a autora, a política social se afigura uma política pública. Entretanto, não é fácil conceituar e definir política social uma vez que ela se apresenta como um “conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade” (PEREIRA, 2011 p. 166). Ademais, tal política não pode ser compreendida como um processo linear “ela [política social] tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contraditórios de acordo com a correlação de forças prevalecente” e é isso que a torna dialeticamente contraditória. (PEREIRA, 2009, p. 166). Sobre essa discussão ver também Sposati (2011), Iamamoto (2009).

–, e de forte investimento nos marcos profissionais, para expandir os saberes sobre a relação entre questão social e política social. (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p. 62).

No início dos anos 1990, os dispositivos legais que foram sendo criados para a implementação do projeto da Seguridade Social, quais sejam: Lei Orgânica da Saúde e Lei Orgânica da Assistência Social, propiciaram uma confluência com o movimento da categoria profissional em torno de seu Projeto Ético-Político Profissional.

É também a partir da década de 1990 que parte do movimento feminista se mobilizou para discutir a necessidade de o Estado contemplar o enfoque de gênero no âmbito das políticas públicas⁶³. De acordo com Goldani (2002), a incorporação de uma perspectiva de gênero na formulação de políticas sociais respondeu tanto a pressões internacionais, quanto às conquistas dos movimentos de mulheres na luta pelos seus direitos e pela igualdade de gênero.

A definição de transversalidade de gênero ou *mainstreaming gender*, formulada no âmbito da IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing⁶⁴, em 1995, e adotada pelo Conselho Econômico e Social da ONU, foi relevante neste contexto⁶⁵.

⁶³ Segundo Farah (2004), as primeiras políticas públicas com recorte de gênero foram implantadas na década de 1980, como a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição da Mulher, em 1983, e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambas em São Paulo. Essas instituições, posteriormente, se disseminaram por todo o país. Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A autora destaca, igualmente, a instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1985.

⁶⁴ A Plataforma de Ação adotada em Beijing chamou a atenção dos governos nacionais para que integrassem perspectivas de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos, “considerando, antes de se adotarem decisões em matéria de política governamental, uma análise de suas repercussões nas mulheres e nos homens. [...] A Plataforma afirmou e consolidou o conceito de transversalidade de gênero como uma estratégia básica de promoção da equidade, considerando ainda que todas as estratégias anteriormente [à Plataforma] adotadas não haviam sido bem sucedidas. Neste sentido, todos os Estados membros (entre eles, o Brasil) se comprometeram em se empenhar para a implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas”. (BANDEIRA, 2005, p. 11-12).

⁶⁵ Vale destacar, também, a elaboração de uma série de mecanismos, protocolos e acordos multilaterais no campo do enfrentamento à violência: “A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher 92

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres. (BANDEIRA, 2005, p. 5).

Para Sardenberg e Macedo (2011), a adoção de um recorte transversal em torno das relações de gênero funciona como uma lente que permite a visualização de inúmeros aspectos que a sociedade tem naturalizado e que tem assegurado à perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres.

A partir dos ‘filtros de gênero’, torna-se perceptível que a mulheres não dispõem das mesmas condições

(CEDAW), de 1979 [...], foi um importante momento para o feminismo mundial, embora não tenha explicitado a questão da violência doméstica e sexual contra as mulheres, questão que foi contemplada no Protocolo Opcional à Convenção, na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, 1993, e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994”. (BANDEIRA, 2005, p.14). Ainda, segundo Bandeira (2005, p. 16), outros instrumentos internacionais reforçaram a necessidade de garantir os direitos das mulheres no mundo: “Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena/1993) que reafirmou os direitos humanos da mulher e da menina como inalienáveis, integrais, universais e indivisíveis, a IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo/1994), inserindo a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos. A Cúpula de Desenvolvimento Social (Copenhague/1995) pela sua constatação que as mulheres são as mais atingidas pelos efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental, da violência, da guerra e que o desenvolvimento social e econômico não pode ser alcançado sem a inclusão das mulheres. E, por fim, a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, (Durban/2001) que chamou a atenção para mulheres e jovens afrodescendentes e indígenas, afetadas duplamente pelo preconceito sexual e pelo preconceito racial”.

que os homens para enfrentar os problemas da vida cotidiana, especialmente aquelas pertencentes ao contingente das classes trabalhadoras. [...] Daí porque é extremamente relevante e estratégico reconhecer a necessidade da construção e implementação de programas de ação que, partindo de uma perspectiva de gênero, logo, do reconhecimento da especificidade da condição feminina, se voltem para a promoção social e econômica da mulher, na busca da equidade – o que, nesse caso, pode ser considerado como uma “discriminação positiva” já que, ao tratar de forma “desigual” os diferentes, cria condições para a superação progressiva das assimetrias. (SARDENBERG E MACEDO. 2011, p. 38-39).

No Brasil, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a realização regular de Conferências de Políticas para as Mulheres, em âmbito local, estadual e nacional, a política de enfrentamento a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha são algumas das iniciativas que tem contribuído para garantia de direitos das mulheres. Entretanto, Sposati (2011) afirma que um dos grandes desafios do século XXI é a incorporação nas políticas sociais tradicionais, como saúde e educação, das demandas de direitos humanos e de direitos sociais voltadas para gênero, ciclo de vida, pessoas com deficiência, por ascendência étnica, culturais, para necessidades especiais, entre outras.

Nesse sentido, embora se reconheçam os inúmeros avanços, é necessário destacar que nos países pobres as políticas sociais, orientadas pelas normativas de organismos internacionais, passaram a ter como critérios orientadores a focalização, a privatização e a transferência da execução das ações e serviços ao mercado e à sociedade civil, principalmente, às Organizações Não Governamentais (ONGs) e à família. (BEHRING, 2009; MIOTO, 2009; RODRIGUES, 2013). Em relação a esta última, a responsabilidade recai, particularmente, sobre a mulher. Dessa forma, “dilui-se a responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem-estar”. (MIOTO, 2009, p. 139). Mediante essa orientação, os programas e políticas sociais tendem a reforçar atribuições tradicionalmente associadas às mulheres. (RODRIGUES, 2013).

Os Programas de Transferência de Renda⁶⁶ são um exemplo da centralidade das mulheres como beneficiárias majoritárias. No Brasil, das 13,8 milhões de famílias que recebiam o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), em 2013, 92,37% dos titulares eram mulheres⁶⁷. Entretanto, as mulheres não recebem o benefício a título pessoal, mas em função de suas relações de parentesco com os verdadeiros titulares do direito: seus filhos. Nessa estrutura, reforça-se o papel das mulheres como cuidadoras da família e responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades vinculadas à educação e à saúde impostas pelo Programa. “Desse modo, as mulheres não são beneficiárias finais, mas beneficiárias operacionais da transferência enquanto mães que podem e devem operar a transformação desse benefício em um melhor investimento no capital humano de seus filhos”. (OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE, 2012, p.60).

Nota-se que a retórica das políticas sociais, de reconhecimento e de valorização das mulheres, acaba por reafirmar suas funções voltadas à maternidade e ao cuidado, bem como sobrerresponsabilizando e reforçando os estereótipos socialmente construídos. Ademais, há diferenças significativas nas abordagens relativas às políticas sociais com foco na mulher, conforme constatado por Farah (2004). Segundo a autora, de um lado há “ênfase em direitos, na constituição da mulher como sujeito”. De outro, “uma ênfase na eficiência e uma certa ‘funcionalização’ da mulher, vista como um ‘instrumento’ do desenvolvimento, como potencializadora de políticas públicas, pelo papel que desempenha na família”. (FARAH, 2004, p. 56).

A partir do exposto, evidencia-se que as questões de gênero estão intimamente ligadas ao Serviço Social. Refletir sobre esta temática remete-nos aos fundamentos da profissão, uma vez que no contexto da divisão sócio técnica e sexual do trabalho esta se constituiu e ainda se constitui como de mulheres. Ademais, a categoria gênero remete também, dado seu caráter transversal, a outros eixos, como questão social e política

⁶⁶ Os programas de transferências condicionadas de renda (PTC) implementados na América Latina – como, por exemplo, o Oportunidades do México, Asignación Universal por Hijo (AUH) da Argentina, e o Programa Bolsa Família, no Brasil - apresentam diferenças na ordem de magnitude, cobertura, modo de gestão, forma de implementação dos benefícios e controles, mas compartilham características e uma lógica comum. Uma delas é a vinculação das mulheres como beneficiárias majoritárias e, em alguns países, únicas dos PTC.

⁶⁷ Disponível em: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/19>. Acesso em: 09/03/2014.

social. O primeiro eixo como objeto de intervenção e o segundo como campo privilegiado da atuação profissional. Desta forma, a questão de gênero tem se mostrado de grande importância para a reflexão e decodificação do social (SPOSATI, 2011), o que evidencia a necessidade de ampliação do debate e da apropriação dessa temática pela categoria.

3.4 O LUGAR DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A categoria gênero tem sido difundida no âmbito acadêmico a partir da década de 1980. Além de oferecer um novo olhar sobre as distinções entre as características consideradas femininas e masculinas. Ademais, as relações estabelecidas entre homens e mulheres são elementos constitutivos das relações sociais, baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. (SCOTT, 1989).

Conforme apresentado anteriormente, as relações de gênero estão presentes no cotidiano profissional da/o assistente social, embora nem sempre sejam percebidas. Segundo Faury (2003, p. 110), “estudar as questões de gênero em Serviço Social significa constatar o quanto a categoria de assistentes sociais negligenciou o estudo do tema que está presente, na academia, no Brasil, desde o final da década de 70 e início da década de 80”.

Lisboa (2010), ao trabalhar sobre este assunto, problematiza a construção do conhecimento produzido pela profissão. Para a autora, ao longo da história houve mais desencontros do que encontros entre o Serviço Social e as questões de gênero. O Serviço Social andou em “descompasso com os estudos feministas e/ou de gênero, e que esse desencontro contribuiu para consolidar um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina”. (LISBOA, 2010, p.67).

Nesta direção, Heckert (1991, p. 64) ao buscar responder a pergunta “por que nasce uma profissão que, apesar de feminina, parece opor-se ao feminismo?” sugere algumas reflexões. Uma delas é o distanciamento entre o estudo dos movimentos de mulheres e os movimentos no seio dos quais se originou a profissão de Serviço Social. O feminismo, representado pelo Movimento Sufragista, embora tivesse uma identidade de classe com as primeiras assistentes sociais, mulheres

burguesas dos grandes centros do país, distancia-se da profissão, em função de leituras ideológicas distintas.

Segundo Heckert (1991), esses movimentos caminharam num mesmo momento histórico, mas permaneceram distantes, uma vez que o feminismo, nesse período, possuía uma orientação liberal, enquanto o Serviço Social surge no seio da Igreja Católica e tinha “soluções ortodoxamente antiliberais para a realidade brasileira”. (HECKERT, 1991, p. 65). Soma-se às matrizes ideológicas diferentes, o fato de o pensamento feminista não conseguir se expandir suficientemente de maneira a influenciar a profissão.

o desenvolvimento desses movimentos feministas em nosso país não teve repercussão considerável entre a maioria da população, o mesmo ocorrendo entre as assistentes sociais, o que pode, inclusive, explicar sua posição antifeminista, consolidada ainda mais por estarem sintonizadas à doutrina social da Igreja. [Assim] A identidade da mulher assistente social se constrói distante dos movimentos feministas e mais próximos das concepções religiosas, em nossa sociedade. (HECKERT, 1991, p. 66).

Esse distanciamento influenciou também a produção do conhecimento do Serviço Social sobre as questões de gênero. Segundo Faury (2003), durante a década de 1980, até início dos anos 1990, os trabalhos que versavam sobre temas como: mulher, gênero e feminismo, nos congressos de Serviço Social, eram alocados num grupo denominado de temas emergentes em Serviço Social. Após esse período, “o tema adquire status próprio para consolidar-se como área de estudo e atuação de Assistentes Sociais”. (FAURY, 2003, p.111).

Em uma pesquisa realizada no período de 1994-1995 com Assistentes Sociais supervisores de campo de estágio da Faculdade de Serviço Social (FSS) da PUC-Campinas, Faury (1997 apud FAURY, 2003, p. 111) apurou a seguinte visão em relação à temática de gênero,

A visibilidade de algumas conquistas do movimento de mulheres está presente no cotidiano profissional das Assistentes Sociais - a extensão dos direitos sociais à mulher, trabalho, sexualidade, etc. No entanto, parece existir certo estereótipo - beneficia-se das conquistas, mas, o movimento que

levou a elas (no caso o feminista) não é admitido. Não importa esta lembrança, pois o resultado do contraponto, trabalho profissional em Serviço Social basicamente exercido no meio de mulheres por mulheres e a grande maioria da clientela sendo composta por pessoas do sexo feminino - tem sido da temática mulher/gênero estar presente, mesmo que muitas vezes de forma camuflada/envergonhada.

Para Lima (2012), as discussões de gênero no Serviço Social brasileiro começaram a tomar forma somente no final da década de 1990, a partir da aprovação das novas diretrizes curriculares.

A discussão de Gênero adquire certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, sendo considerada uma discussão que deve perpassar a formação profissional. (LIMA, 2012, p.2).

A proposta das diretrizes curriculares foi resultado de uma construção coletiva das unidades de ensino sob a liderança da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABSS), hoje ABEPSS. Elas estabelecem uma base comum para os cursos de graduação em Serviço Social filiados, visando formar profissionais com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estas dimensões articuladas informam a atuação nas múltiplas expressões da questão social em sintonia com o projeto ético-político profissional e estão estruturadas em três núcleos básicos⁶⁸, são eles:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social - é responsável pelo tratamento do ser social como totalidade

⁶⁸ Vale lembrar que as diretrizes curriculares foram aprovadas em 2001, pelo Ministério da Educação (MEC), e sofreram cortes que comprometeram o projeto original. “A proposta original sofreu uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizadas e consideradas essenciais ao desempenho do assistente social”. (IAMAMOTO, 2011, p. 445).

histórica e de análise dos componentes fundamentais da vida social;

- núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira - remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, considerando as diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional - considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. (ABEPSS, 1996).

Para Lima (2012, p. 7), é no núcleo de fundamentos do trabalho profissional que “as discussões mais aprofundadas sobre as relações sociais de gênero” devem se dar, apesar de não estarem ausentes nos demais. Em sua pesquisa abrangendo 32 universidades públicas e privadas das cinco regiões do país⁶⁹, a autora constatou que há em torno de três (3) a quatro (4) pesquisadores e um grupo de pesquisa por universidade sobre a temática de gênero.

As disciplinas que se dedicam a estudar as relações sociais de gênero são eletivas, exceto na região Sudeste, onde é obrigatória e ofertada no terceiro período. Na região Centro-Oeste e Sul, a disciplina é ofertada no 7ª período, o que para Lima (2012) é um fator preocupante. Os/as discentes estão no final do estágio e no último ano do curso, “dificultando, portanto, a percepção por parte destes [estudantes] de questões ligadas às relações sociais durante o estágio”. (LIMA, 2012, p. 13).

A partir do seu estudo, a autora conclui que a temática de gênero tem conquistado espaço e crescido na profissão, ainda que haja necessidade de avançar mais no processo de formação dos discentes, pois as discussões tem se dado em disciplinas eletivas e, por vezes, no final do curso. Além disso, evidencia a necessidade de incorporar aos estudos de

⁶⁹ As unidades de ensino pesquisadas foram: Região Norte: UFAM e UFT; Nordeste: UFPE, UFAL, UFRN, UFMA, FAMETRO (CE), UFPB, IFCE, UECE, UERN, UEPB, UFRB; Centro-oeste: UNB, UFMT, UFG, PUC-GO, UNIVAG-MT; Sudeste: UFJF, UERJ, UFRJ, UFES, UFF, PUC-RIO, Unilago São João do Rio Preto (SP), UNINOVE (SP), Centro Universitário Ítalo Brasileiro (SP); Sul: PUC-RS, UFSC, UNISINOS-RS, UNIPAMPAS (RS) e Universidade Caxias do Sul (RS). (LIMA, 2012).

gênero as discussões de etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas. Para tanto, sugere as seguintes propostas para os cursos de graduação em Serviço Social:

- A temática de gênero deve se dar em forma de disciplina obrigatória e no momento de ingresso dos discentes no estágio obrigatório;
- A temática de gênero deve incorporar mais efetivamente discussões relacionadas à etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas;
- A temática de gênero deve se dar também transversalmente, nas diversas disciplinas do curso, relacionando tal temática com as demais. (LIMA, 2012, p. 14).

Destacamos que as discussões sobre gênero no Serviço Social também são evidenciadas nas publicações em revistas, anais de congressos e em teses e dissertações. Silva (2009), em seu estudo abrangendo 99 números da *Revista Serviço Social e Sociedade*, publicados no período de 1979 a 2009, demonstrou que o volume de trabalhos que versam sobre os temas movimento de mulheres, feminismo, mulher e gênero, é bastante reduzido. Na primeira década (1979 a 1989), de um total de 285 artigos, o tema Movimento de Mulheres/Feminismo teve somente três (3) trabalhos, representando 1,05% do total. Na década seguinte (1990-1999), de um total de 321 artigos, o mesmo tema representou 2,18%, com sete (7) trabalhos publicados. Entre 2000 e 2009, o tema passa a ser abordado como gênero e de um total de 523 trabalhos, somente sete (7) versaram sobre essa temática, representando 1,34%.

Outro estudo realizado por Silva *et al.* (2005), entre os anos de 1998 e 2002 sobre o perfil da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, indicou que o eixo temático etnia, gênero e orientação sexual, com 35 trabalhos, representou 4,60% das produções do corpo discente em teses e dissertações. A pesquisa mostrou ainda que esse eixo ocupa a quinta posição em termos de recorrência nos projetos de pesquisa analisados, com 55 projetos desenvolvidos, o que representou 7,64% do total.

Dos 28 eixos temáticos abordados no conjunto da produção bibliográfica dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social (livros e coletâneas; capítulos de livros; artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais) entre os anos de 2001-2003, o eixo gênero e violência aparece entre os dez de maior incidência, representando 6,79% (181) do total de 2.666 ocorrências. Segundo as

autoras, a ocorrência de temas emergentes que passaram a merecer grande destaque no campo das Ciências Sociais a partir dos últimos anos, dentre eles gênero e violência, “demonstra a sintonia do Serviço Social com as questões de nosso tempo” (SILVA, *et al.*, 2005, p. 131).

4. A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO: CARACTERÍSTICAS E SENTIDOS DA PRODUÇÃO

A apresentação dos resultados compreende dois momentos. No primeiro, é traçado um panorama geral dos estudos de gênero no Serviço Social, a partir das informações obtidas nos anais dos CBAS e ENPESS. No segundo, são discutidos os dados coletados através dos textos das revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis, com vistas a dar visibilidade à discussão realizada pelos/as autores/as sobre gênero. Os resultados foram organizados por temas, segundo a técnica da análise temática, sendo identificados seus núcleos de sentido, o que possibilitou compreender como os/as autores/as se apropriaram do debate, e os sentidos empregados ao trabalhar com o conceito de gênero, bem como conhecer as tendências de pesquisa da profissão nesta área.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo consistiu no estado da arte do Serviço Social brasileiro sobre gênero. Segundo Romanowski e Ens (2006, p. 39), as pesquisas são denominadas de estado da arte “quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções”. Para Ferreira (2002), as pesquisas denominadas de “estado da arte” ou “estado do conhecimento” trazem em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica, buscando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares. Essas pesquisas são definidas como de caráter bibliográfico e apresentam como característica metodológica um

caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

A fim de empreender o mapeamento do estado da arte sobre gênero no Serviço Social foram utilizadas como fonte de coleta de dados os anais dos principais eventos político-científicos da profissão e os artigos de revistas da área. O projeto inicial incluía, ainda, os resumos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Serviço Social

disponibilizados no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), por se tratarem de estudos convalidados. Entretanto, no momento da construção dos dados, nos deparamos com o processo de atualização do Banco de Teses da CAPES, justificado como necessário para garantir a consistência das informações⁷⁰. Devido a isso, apenas os trabalhos defendidos em 2011 e 2012 estavam disponíveis para consulta e os demais, defendidos em anos anteriores, serão disponibilizados ao poucos, o que inviabilizou a incorporação dessa fonte no estudo.

Desta forma, definiu-se como corpus da pesquisa:

- os textos do eixo temático ou subeixo ‘gênero’ dos Anais dos CBAS e dos ENPESS publicados⁷¹. São eventos de âmbito nacional e espaços fundamentais de apresentação e socialização das produções científicas decorrentes de pesquisas e de sistematizações da prática de profissionais, docentes e discentes de graduação e pós-graduação;
- os artigos que tratam da temática de gênero, publicados nas revistas *Serviço Social e Sociedade* e *Katálysis*. A escolha das revistas deve-se ao fato de ambas serem direcionadas para a categoria dos assistentes sociais e para profissionais de áreas afins, além de serem classificadas como periódicos de circulação nacional, categoria Qualis A1⁷² na área de Serviço Social pela CAPES.

⁷⁰ Para maiores informações ver <http://capedw.capes.gov.br/noticia/view/id/1>. Acesso em 13/05/2014.

⁷¹ Os trabalhos que não estão publicados nos CDs não fizeram parte do *corpus*. No CBAS de 2004 foram desconsiderados 13 trabalhos, que devido a questões técnicas não foram incorporados no CD.

⁷² Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. O Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, dos periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>. Acesso em: 9/12/2012.

O período delineado para compor a pesquisa foi de 2001 a 2013. A escolha deve-se ao fato de que a partir do século XXI o Brasil desenvolve diversas ações para promoção da igualdade de gênero. Tal iniciativa consolida como prioridade e responsabilidade do governo, incorporando a transversalidade de gênero às demais políticas públicas (BANDEIRA, 2005).

Dentre as ações brasileiras, destacamos a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em 2003. Criada com *status* de Ministério inaugurou um novo momento na história do país no que se refere à formulação, coordenação, articulação e ampliação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens. Esta ampliação é retratada em diferentes documentos e leis publicados neste período, quais sejam: as duas edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004 e 2008, respectivamente; a Lei Maria da Penha, em 2006; o Pacto e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007 e 2011; a proclamação de 2004 como o Ano da Mulher no Brasil; a realização de três edições da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), em 2004, 2007 e 2011. Tais conferências debateram e definiram diretrizes para os PNPM.

Para o levantamento da produção do conhecimento foi percorrido um trajeto diferenciado segundo a fonte de dados. No período de 2001 a 2013 foram realizados cinco CBAS, nos anos de 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013, e seis ENPESS, nos anos 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012. O mapeamento dos anais deu-se a partir da identificação dos temas, eixos temáticos ou subeixos que versavam sobre gênero. Cabe destacar que podem ter trabalhos em outros eixos, devido à transversalidade do conceito, embora não tenham integrado o *corpus* desta pesquisa.

O recorte de gênero começou a ser tratado como subeixo específico a partir do XIII CBAS, realizado em 2010, e do XI ENPESS, ocorrido em 2008. Anteriormente, a temática aparecia vinculada à raça, etnia, sexualidade ou orientação sexual, o que sugere um processo endógeno de construção e de visibilidade da discussão. O gênero, assim como este conjunto de temas, ao compreender um volume de trabalhos inscritos nos diferentes eventos, teve o seu reconhecimento e a criação de subeixos específicos para agrupar cada um deles.

Contudo, nos Congressos e Encontros em que o eixo de gênero esteve associado a outras temáticas, a identificação dos trabalhos para composição do corpus se deu a partir dos títulos, palavras chaves e resumo. Na inexistência das palavras chaves e resumos, foi realizada uma

leitura fluante do texto para identificar o objetivo dos mesmos, sendo incorporados aqueles trabalhos afins aos critérios de inclusão. O quadro abaixo demonstra os eixos e subeixos identificados nos Congressos e Encontros analisados.

Quadro 1: Descrição dos eixos e subeixos com a temática de gênero por evento no período de 2001 a 2013.

Ano	Congresso	Descrição eixo gênero/Subeixo
2013	XIV CBAS	Eixo: Raça, Etnia, Gênero e Sexualidades Subeixo: Ênfase em Gênero
2010	XIII CBAS	Eixo: Raça, Etnia, Gênero e Orientação Sexual Subeixo: Gênero
2007	XII CBAS	Eixo: Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade
2004	XI CBAS	Eixo: Questões de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade
2001	X CBAS	Eixo: Etnia, Gênero e Orientação Sexual
Ano	Encontro	Descrição eixo gênero/Subeixo
2012	XIII ENPESS	Eixo: Serviço Social, Relação de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades Subeixo: Ênfase em Gênero
2010	XII ENPESS	Eixo: Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração e Diversidade sexual Subeixo: Ênfase em Relações de Gênero
2008	XI ENPESS	Eixo: Questão Social e Trabalho Subeixo: Questão de Gênero
2006	X ENPESS	Eixo: Questão Social e Trabalho Subeixo: Questões Étnico-Raciais, de Gênero e de Geração
2004	IX ENPESS	Eixo: Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade Subeixo: Política Social – Criança e Adolescente, Pessoas Portadoras de Deficiência, Idoso, Etnia e Gênero
2002	VIII ENPESS	Eixo: Questões de Gênero e Opção Sexual

Fonte: Elaboração própria.

No levantamento realizado nas revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis, buscou-se identificar as produções que versavam sobre gênero, a partir do título, das palavras-chaves e do resumo⁷³.

⁷³ Ressalta-se que não foram consideradas: publicação de estudos, resenhas, depoimento, homenagens, entrevista, comunicação de pesquisas, relatos de experiências, resenhas de livros, informes, temas livres e artigos no idioma espanhol.

Quando estas não possuíam palavras chaves e resumo⁷⁴, procedeu-se uma leitura fluante para identificar os objetivos dos artigos. Tomaram-se como critério de inclusão os artigos no idioma português, escrito por assistentes sociais e os seguintes descritores: gênero, relações de gênero, feminino, masculino, homem, mulher, feminismo e movimento feminista.

Diferentemente da análise realizada no material oriundo dos Encontros e Congressos, a análise das Revistas compreendeu os sentidos da produção dos textos que compuseram o corpus. Para tanto, foi utilizada a análise temática proposta por Bardin (1979, p.105), que “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. A análise foi empregada visando explicitar a aproximação da temática pelos autores e dar visibilidade aos sentidos empregados com seu uso. Dessa forma, além dos procedimentos elencados acima, foi realizada leitura em profundidade dos documentos para a identificação dos temas⁷⁵ e dos núcleos de sentido e, por fim, interpretado os resultados segundo as categorias de análise que informaram a pesquisa.

O *corpus* da pesquisa totalizou 520 produções, distribuídas conforme quadro abaixo.

⁷⁴ Os artigos da revista Serviço Social e Sociedade passaram a ter resumo e palavras-chave, em português e inglês, a partir do ano de 2003, para obter sua indexação em catálogos internacionais.

Quadro 2: Demonstrativo da produção bibliográfica sobre gênero no Serviço Social por tipo de produção, no período de 2001 a 2013.

Tipo de Produção		Ano													Total
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Anais de eventos	ENPESS	-	22	-	23	-	22	-	42	-	80	-	74	-	263
	CBAS	34	-	-	42	-	-	45	-	-	42	-	-	69	232
Artigos Revistas	Serv. Social e Socied.	2	3	-	-	-	1	-	1	-	3	1	1	-	12
	Katálysis	-	1	-	-	2	-	-	-	-	8	-	-	2	13
Total de produções		36	26	0	65	2	23	45	43	0	133	1	75	71	520

Fonte: Elaboração própria

Após o levantamento, as informações contidas nos anais e artigos foram, respectivamente, organizadas em planilhas de Excel, contendo as seguintes informações: ano, autor, título, sexo, instituição, palavras chaves, resumo e produção individual ou coletiva. Em seguida, procedeu-se a categorização do material⁷⁶ levando em conta a ideia central contida nas palavras chaves, título e resumo, primeiramente dos anais e depois dos artigos das Revistas. No processo de categorização houve um exercício em identificar a ideia preponderante, classificando os estudos como tal, uma vez que as discussões de gênero são transversais a outros temas, que também se projetam. Bardin (1979) chama a atenção para a importância de um mesmo trabalho não figurar em vários grupos temáticos. Ressalta-se que em relação ao sexo do/a(s) autores/a(s), em alguns momentos, recorreu-se ao currículo lattes para a identificação.

Na sequência, apresentamos um panorama quantitativo sobre a produção dos ENPESS e CBAS, fornecendo uma visão geral dos estudos de gênero no Serviço Social, no período de 2001 a 2013.

⁷⁶ Para facilitar o processo de categorização e análise dos dados, as informações organizadas na planilha foram impressas e coladas em papel pardo separadas por evento, ano e tema.

4.2 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO: CBAS E ENPESS

Os assistentes sociais, na condição de categoria profissional e assim como outros técnicos, organizam-se em diferentes espaços, inclusive em eventos científicos, como CBAS e ENPESS, para discussões referentes à formação, atuação e regulamentação de espaços profissionais. Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), o I CBAS data do ano de 1947, organizado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Sua trajetória aponta para a ausência de articulação com as demandas da categoria, uma vez que referendava o sistema político vigente, e reduzida participação de estudantes, limitada a dois alunos por unidade de ensino. Além disso, priorizava discussões separadas por grupos de congressistas sobre as várias políticas sociais setoriais, o que não satisfazia os anseios de discussão.

O III CBAS, realizado em 1979, em São Paulo, teve um significado importante para superação da posição conservadora na condução do evento, criticada pela maioria dos congressistas, que propuseram uma mudança radical⁷⁷ em sua organização. Conhecido como ‘Congresso da Virada’, tornou-se um marco ao questionar de forma crítica e propositiva um novo horizonte profissional, articulando teoria à prática, representando amadurecimento e adensamento crítico da realidade social e dos debates endógenos à profissão.

São estabelecidos, a partir de então, alianças e compromissos explícitos do Serviço Social com aqueles que vivem do trabalho, ou seja, com as classes subalternizadas da sociedade brasileira, inaugurando-se um novo fazer profissional no campo acadêmico, de intervenção profissional e de organização dos assistentes sociais brasileiros (SILVA, 2009, p. 03).

Na década de 1980 foram organizados três CBAS’s, em 1982, no Rio de Janeiro, em 1985, em São Paulo e, em 1989, em Natal, representando, respectivamente, o IV, V e VI congresso. A partir da década de 1990, os eventos passaram a ocorrer trienalmente: o VII

⁷⁷ Sobre esse assunto ver Revista Serviço Social e Sociedade n. 100 – o congresso da virada e os 30 anos da revista. São Paulo: Cortez, 2009.

congresso foi realizado no ano de 1992, em São Paulo; o VIII, em Salvador, no ano de 1995; o IX em Goiânia, no ano de 1998.

A partir de 2001 até 2013, período delimitado para esta pesquisa, foram realizados cinco CBAS's em diferentes cidades do país. Ao todo foram 3.989 trabalhos aceitos na modalidade de comunicação oral, demonstrando a importância do evento como um espaço de socialização de conhecimento e produção científica. Evidencia-se, conforme quadro abaixo, que o número de trabalhos aceito aumentou consideravelmente em treze anos. Neste conjunto, destaca-se o último CBAS, realizado em 2013, cujo número de trabalhos na modalidade de comunicação oral representou mais de 24% do total de trabalhos apresentados no período pesquisado. O crescimento de comunicações deu-se de maneira gradativa, exceto no XII congresso, realizado em 2007, em Foz do Iguaçu/PR, que apresentou um decréscimo substantivo em relação ao congresso anterior e ao seguinte.

A quantidade de eixo também variou de um congresso para outro. Ao longo dos cinco congressos foram apresentados 70 eixos temáticos, por meio dos quais os trabalhos foram organizados. A partir de 2010, estes foram subdivididos em diversos subeixos, pormenorizando a identificação das temáticas.

Quadro 3: Distribuição dos trabalhos na modalidade Comunicação Oral dos CBAS, por ano, local de realização e temática central do evento, 2001-2013.

Ano	Local realização	Tema Central	Qtd eixos temáticos	Total geral trabalhos	%	Qtd trabalhos gênero	%
XIV CBAS – 2013	Águas de Lindóia/ SP	Impacto da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social	11	959	24,04	69	7,19
XIII CBAS – 2010	Brasília/ DF	Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político	14	914	22,91	42	4,60
XII CBAS – 2007	Foz do Iguaçu/PR	A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social	13	689	17,27	45	6,53
XI CBAS – 2004	Fortaleza /CE	O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos	17	842	21,11	42	4,99
X CBAS – 2001	Rio de Janeiro/ RJ	Trabalho, direito e democracia: assistentes sociais contra a desigualdade	15	585	14,67	34	5,81
SUBTOTAL CBAS			70	3989	100,0	232	5,82

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à temática de gênero, a produção é de 232 artigos, representando apenas 5,82% do total. No quadro acima, é possível observar, ainda, que a produção de trabalhos nos últimos treze anos não possui uma tendência de aumento regular, sendo intercalada com

discretas elevações, para, posteriormente, haver uma redução. No CBAS de 2001, 34 artigos, ou seja, 5,81% do total das comunicações foram sobre a temática de gênero. Em 2004, embora o número de artigos tenha aumentado para 42, a representação da temática no Congresso foi de 4,99%, ocorrendo uma diminuição quando comparada aos 5,81%. Essa oscilação foi observada também nos Congressos seguintes.

Acerca da autoria, do total de artigos sobre a temática de gênero, 50,86% (118) foram escritos individualmente e 49,14% (114) em coautoria. O XII e XIV CBAS, realizados em 2007 e 2013, tiveram um percentual maior de trabalho com autoria coletiva, com 57,78% (26) e 53,62% (37), respectivamente. Nos outros CBAS, o percentual de trabalhos em grupo foi inferior a 48%, sendo: 32,35% (11) em 2001 e 47,62% (20) em 2004 e 2010.

Do total dos artigos envolvendo a discussão de gênero, a maioria dos trabalhos, 86,64% (202), foi realizada por mulheres, 8,62% (20) por grupos com a participação de ambos os sexos e somente 2,59% (6) foram publicados apenas por homens. Os outros 2,16% (5) não foram passíveis de identificação, pelo fato dos nomes estarem abreviados ou por não possuírem currículo Lattes.

A partir dos artigos que versam sobre gênero, nos cinco últimos CBAS's, foi possível categorizar 11 temas centrais. A maior concentração está no tema *Violência*, com 24,14% do total de artigos identificados, seguido por *Saúde*, com 16,38%, *Trabalho*, com 13,36%, *Papéis atribuídos/participação*, com 10,78% e *Serviço Social* com 9,91%. Os demais temas: *Sexualidade, orientação/diversidade sexual, Previdência/Assistência Social, Políticas públicas voltadas às mulheres, Educação, Movimento Feminista/Feminismo* e *Outros*, tiveram percentual inferior a 7%.

Quadro 4: Distribuição dos temas levantados nos anais dos CBAS que versam sobre gênero no período de 2001 a 2013.

CBAS	Categorias /Ano	2013	2010	2007	2004	2001	Total	%
	Violência	16	13	13	7	7	56	24,14
	Saúde	9	7	6	10	6	38	16,38
	Trabalho	12	6	3	6	4	31	13,36
	Papéis atribuídos/ participação	7	6	6	3	3	25	10,78
	Serviço Social	6	2	4	6	5	23	9,91
	Sexualidade, orientação/diversidade sexual	3	1	3	5	3	15	6,47
	Previdência/Assistência Social	6	3	2	0	1	12	5,17
	Outros	6	0	3	2	1	12	5,17
	Políticas públicas voltadas às mulheres	3	3	1	2	2	11	4,74
	Movimento Feminista/ Feminismo	1	1	2	1	0	5	2,16
	Educação	0	0	2	0	2	4	1,72
	Total	69	42	45	42	34	232	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Outro espaço importante para a categoria são os ENPESS's. Criado em 1988 pela antiga Associação Brasileira de Ensino Superior em Serviço Social (ABESS), hoje ABEPSS, tem edição bienal e é considerado um espaço de debate e aprimoramento acadêmico, objetivando o fomento de pesquisas e a produção do conhecimento na área do Serviço Social.

No período entre 2001 e 2013 foram realizados seis encontros, totalizando 3.734 trabalhos aceitos na modalidade de comunicação oral. Sua trajetória revela o esforço, principalmente, de docentes e de discentes de pós graduações em firmarem a pesquisa no contexto do Serviço Social, uma vez que são eventos representativos e de abrangência nacional. Os trabalhos apresentados estão distribuídos em 34 eixos temáticos, conforme quadro abaixo, sendo que a partir do X ENPESS, realizado em 2004, foram alocados em diversos subeixos.

O XII Encontro realizado em 2010, no Rio de Janeiro, destaca-se por apresentar o maior volume de trabalhos na modalidade comunicação oral, com 913 artigos, o que representa mais de 24% do total de trabalhos apresentados no período estudado, seguido pelo XIII ENPESS, realizado em 2012, em Juiz de Fora, com 798 trabalhos, ou seja, 21,37% do total.

Quadro 5: Distribuição dos trabalhos da modalidade Comunicação Oral dos CBAS, por ano, local de realização e temática central do evento, 2001-2013.

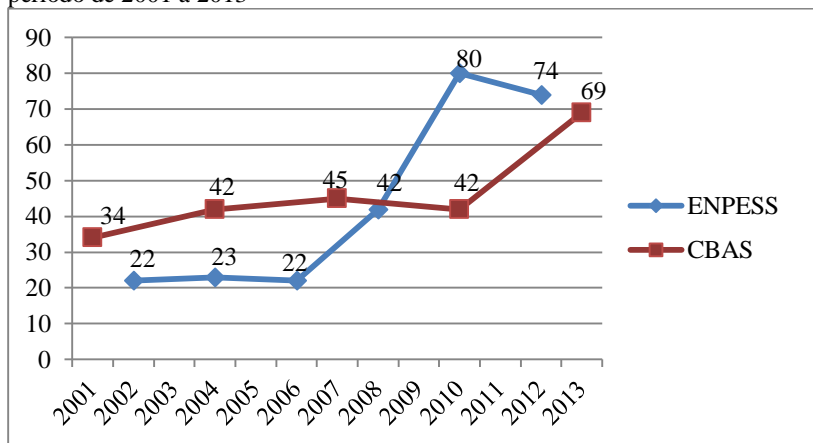
Ano	Local realização	Tema	Qtd eixos temáticos	Total artigos	%	Qtd artigos gênero	%
XIII ENPESS -2012	Juiz de Fora/ MG	Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão.	7	798	21,37	74	9,27
XII ENPESS - 2010	Rio de Janeiro /RJ	Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?	7	913	24,45	80	8,76
XI ENPESS - 2008	São Luiz/ MA	Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios.	4	636	17,03	42	6,6
X ENPESS - 2006	Recife/ PE	Crise Contemporânea, Emancipação Humana: Emancipação Política e desafios do Serviço Social na sociedade brasileira.	4	468	12,53	22	4,7
IX ENPESS - 2004	Porto Alegre /RS	Os desafios da produção do conhecimento em Serviço Social.	3	545	14,6	23	4,22
VIII ENPESS 2002	Juiz de Fora/ MG	Não apresenta tema central.	9	374	10,02	22	5,88
SUBTOTAL ENPESS			34	3734	100	263	7,04

Fonte: Elaboração própria

Nos seis Encontros estudados, foram publicados 263 trabalhos relacionados à discussão de gênero, representando 7,04% do total de trabalhos aceitos nos ENPESS. Expressaram proporcionalmente a este volume, 5,88% (22), em 2002, com uma redução de trabalhos para 4,22%

(23) e 4,70% (22), nos dois encontros seguintes, 2004 e 2006, e uma ampliação de trabalhos relacionados à temática de gênero para 6,60% (17,03), 8,76% (80) e 9,27% (74), em 2008, 2010 e 2012, respectivamente. De maneira particular e distinta do CBAS, que de modo geral apresenta um aumento gradativo dos trabalhos sobre a temática de gênero, nos ENPESS, o número de trabalhos aceitos oscila entre aumento e diminuição de seu quantitativo, conforme evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Distribuição da produção sobre gênero nos CBAS e ENPESS no período de 2001 a 2013



Fonte: Elaboração própria

Em relação à autoria, 54,55% (144) dos trabalhos foram escritos individualmente e 45,45% (120) em grupo ou em coautoria. Destaca-se o VII, X e XIII ENPESS, uma vez que tiveram, respectivamente, um percentual maior de trabalhos escritos individualmente sobre gênero: 86,36% (19), 68,18% (15) e 59,46% (44).

Assim como nos CBAS, verificou-se que os trabalhos sobre gênero nos ENPESS são produzidos majoritariamente por mulheres. Dos 263 trabalhos aceitos, 239, ou seja, 90,53% foram realizadas por mulheres e 4,55% (12) somente por homens. Os demais, 4,56% (12), foram redigidos por ambos os sexos. Tais dados evidenciam que a produção sobre a temática de gênero segue a mesma tendência do perfil da profissão, ou seja, é eminentemente feminina (Simões, Zucco, 2010; CFESS, 2005; Faury, 2003).

Foi possível categorizar 12 temas principais no universo das discussões de gênero, cuja maior concentração está na categoria *Violência*, com 26,62%, seguido de *Papéis atribuídos/participação* com 13,31%, *Trabalho* com 12,93%, *Serviço Social* com 8,37% e *Políticas Públicas voltadas às mulheres e Outros*, ambos com 7,98%. Nos demais - *Saúde*, *Família*, *Previdência/Assistência Social*, *Movimento Feminista/Feminismo*, *Sexualidade/orientação/diversidade sexual* e *Educação*, o percentual ficou entre 6,84% e 1,52%, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Quadro 6: Distribuição dos temas levantados nos anais dos ENPESS que versam sobre gênero no período de 2001 a 2013.

ENPESS	Categories /Ano	2012	2010	2008	2006	2004	2002	Total	%
	Violência	17	29	11	5	8	3	73	27,76
	Papéis atribuídos/ participação	10	9	4	4	4	4	35	13,31
	Trabalho	13	5	10	2	1	3	34	12,93
	Serviço Social	4	7	2	5	1	3	22	8,37
	Políticas públicas voltadas às mulheres	10	5	4	1	1		21	7,98
	Outros	2	6	4	3	2	4	21	7,98
	Saúde	4	7	2		4	1	18	6,84
	Família	3	6	3	0	0	0	12	4,56
	Previdência/Assistê ncia Social	6	3	1	0	0	0	10	3,80
	Movimento Feminista/ Feminismo	3	1	1	2	0	0	7	2,66
	Sexualidade/orienta ção/ diversidade sexual	0	2	0	0	1	3	6	2,28
Educação	2				1	1	4	1,52	
Total	74	80	42	22	23	22	263	100	

Fonte: Elaboração própria.

Cabe registrar algumas análises obtidas decorrentes do processo de categorização dos trabalhos. Tanto no CBAS como no ENPESS, o tema da *Violência* prevaleceu, a ênfase centrou-se, principalmente, na violência

doméstica e intrafamiliar, a partir de diversos enfoques, tais como: perfil das mulheres; concepção de violência; políticas, serviços e programas, tanto públicos quanto oriundos do terceiro setor. Ademais, a criação da Lei Maria da Penha, em 2006, impulsionou, significativamente, as discussões sobre a temática nos três últimos eventos científicos: 42 trabalhos no CBAS (2007; 2010; 2013) e 57 trabalhos no ENPESS (2008; 2010; 2012).

Quadro 7: Distribuição e percentual dos temas levantados nos anais dos CBAS e ENPESS que versam sobre gênero no período de 2001 a 2013.

Categorias /Ano	Total CBAS	Total ENPESS	Total Geral	%
Violência	56	73	129	26,06
Trabalho	31	34	65	13,13
Papéis atribuídos/ participação	25	35	60	12,12
Saúde	38	18	56	11,31
Serviço Social	23	22	45	9,09
Outros	12	21	33	6,67
Política/serviços p/ mulheres	11	22	33	6,67
Previdência/Assistência Social	12	10	22	4,44
Sexualidade/orientação/ diversidade sexual	15	6	21	4,24
Movimento Feminista/ Feminismo	5	7	12	2,42
Família	0	12	12	2,42
Educação	4	3	7	1,41
Total	232	263	495	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que o tema *Trabalho* foi objeto de estudo de 13,13% dos textos apresentados nos Congressos e Encontros. O fato de ser o segundo tema mais abordado, talvez se justifique ao considerar que o referencial teórico-metodológico marxista é tido como hegemônico no interior do Serviço Social. Segundo Cardoso *et al.* (1997, p. 43) o documento “Proposta básica para o projeto de formação profissional” formulado em

1996 reafirma a direção social marxista no interior da profissão. Consequentemente, essa perspectiva orienta os currículos mínimos das instituições de ensino superior de Serviço Social e se expressa com “força vital” nos diversos fóruns de deliberação, nas entidades da categoria, (CARDOSO *et al.*, 1997) no Código de Ética (1993) e na Lei de Regulamentação Profissional (1993).

Além disso, o conjunto dos textos sobre *Trabalho* indica tal tendência ao versarem sobre: a divisão sexual do trabalho e sua precarização; a dupla jornada e a sobrecarga do trabalho feminino; a feminização da pobreza; o desemprego; a relação entre a nova ordem mundial e a reestruturação produtiva com o trabalho feminino; dentre outros. Outro viés apresentado refere-se às discussões relacionando o trabalho com as particularidades do feminino, como, por exemplo, a maternidade.

Os *Papéis atribuídos/participação* estão pautados em dois vieses. Um voltado para a participação das mulheres, ressaltando seu protagonismo e poder em diferentes esferas, tais como: nos espaços públicos, no controle social, nos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), dentre outros. Outro, diz respeito, principalmente, as funções tradicionalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado. Além disso, destacam-se as discussões sobre a chefia feminina, e a inserção das mulheres na criminalidade, evidenciando que houve um deslocamento nas funções de mãe, dona de casa para outras atribuições, que antes tinham pouca visibilidade ou que não eram consideradas como da condição feminina.

De modo geral, quando os textos discutem *Serviço Social* e sua relação com os estudos de gênero, por um lado, são destacadas as lacunas e a relevância no processo de formação profissional. Somam-se a elas, a feminização da profissão, bem como a relação entre o projeto feminista e o projeto ético-político. Por outro lado, o enfoque recai sobre os desafios e experiências da atuação profissional. Embora seja uma profissão eminentemente feminina e que atue majoritariamente com mulheres, tais questões, em termos quantitativos, nas discussões endógenas ao Serviço Social se apresentaram de maneira incipiente ao longo dos treze anos estudados.

O debate identificado e suas consequências para o processo de formação profissional pode ter como justificativa a tímida incorporação da temática como disciplina obrigatória nos cursos de Serviço Social. Um

breve levantamento⁷⁸ nas matrizes curriculares dos cursos de graduação de 31 Instituições de Ensino Superior (IES) apontou que apenas seis (6) IES possuem a disciplina de gênero na grade curricular obrigatória, e apenas uma se atém somente à temática (UFRJ/RJ), a saber: Gênero e Etnia I e II (UFMT/MT); Gênero, Raça/Etnia e Política Social (UnB/DF); Relações de gênero e Serviço Social (EMESCAM/ES); Relações de Gênero e Questão Social (UFF/RJ); A Questão de gênero no Brasil (UFRJ/RJ); Gênero, Raça e Etnia: Identidades, Desigualdades e Resistências (PUC/RS).

Em outras 10 IES (FUFSE/SE, UFAL/AL, UFMA/MA, UFPE/PE, UFRN/RN, UFAM/AM, UFPA/PA, UFES/ES, UERJ/RJ e UFSC/SC), os estudos de gênero aparecem como disciplina eletiva, abordada juntamente com outros conteúdos - Serviço Social, Etnia, Família, Políticas Públicas, Saúde, Gestão Ambiental, Identidades e Diferenças/Raça, Gênero e Classes. Nota-se que do conjunto de Instituições pesquisadas, uma Instituição (UFV/MG) não possui curso de graduação em Serviço Social e as demais universidades (PUC/GO, FUFPI/PI, UCSAL/BA, UEPB/PB, UFJ/MG, PUC/RJ, PUC/SP, UNESP/SP, UNICSUL/SP, UEL/PR, UNIOESTE/PR, UCPEL/RS, UECE/CE, UFPB/PB) não se identificou nos currículos tal disciplina.

Em relação aos temas identificados nos Congressos e Encontros relativos à *Previdência/Assistência Social*, cabe destacar o aumento de trabalhos. Este fato deve-se à incorporação das discussões de gênero pela Política de Assistência Social, ao ter como diretriz a centralidade na família, e pelos seus programas de transferência de renda, ao ter como foco a mulher. Acredita-se que o aumento não foi maior, devido à possibilidade de o tema se apresentar em outros eixos temáticos dos Eventos.

De modo geral, as discussões apresentadas nos textos sobre gênero evidenciam, ainda, uma compreensão relacional do conceito, isto é, não estão restritas ao feminino. O masculino se apresentou vinculado,

78 Levantamento realizado pela autora, em 2013, a partir dos sites das Instituições de Ensino Superior (IES). Para a escolha das instituições, levou-se em consideração àquelas que além da graduação em serviço social possuem também os programas e cursos de pós-graduação que obtiveram nota igual ou superior a "3" na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que são reconhecidas pelo Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE). A pesquisa foi realizada nos currículos identificados nos sítios das universidades e quando não localizados, solicitou-se por e-mail.

principalmente, ao tema da saúde, com discussões em torno do planejamento familiar e saúde reprodutiva, como: paternidade, controle da natalidade, além da participação e da resistência masculina nos cuidados de saúde, dentre outros. Apresentou-se, igualmente, nos artigos sobre violência, a partir de pesquisas realizadas junto a homens. Entretanto, não foi possível perceber a tendência teórica dos estudos feministas presentes no período investigado.

Nota-se, que no processo de categorização dos temas vinculados às discussões de gênero, uma fragilidade dos resumos em termos de construção e de inconsistência acadêmica na sua elaboração. Principalmente, nos primeiros Eventos (2001; 2002; 2004), alguns resumos não asseguram ao leitor identificar o objetivo principal e a proposta de estudo, o que sugere uma ausência de orientação para confecção dos trabalhos, bem como de critérios de avaliação por parte da organização. Além disso, muitos trabalhos carecem de encadeamento entre título, palavras-chaves e resumo.

4.3 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO NAS REVISTAS SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE E KATÁLYSIS

Nessa seção, apresentamos as características da produção do Serviço Social sobre gênero, obtidos por meio de dados coletados nas revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis, bem com suas tendências.

A revista Serviço Social e Sociedade, criada em setembro de 1979, é considerada a primeira revista de circulação nacional na área do Serviço Social. Mantém desde sua criação fluxo regular de publicação com periodicidade trimestral. Este periódico está vinculado à Editora Cortez de São Paulo e tem como público professores, pesquisadores, estudantes, e profissionais. Seu objetivo é dar visibilidade à produção acadêmica e profissional do Serviço Social, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americana⁷⁹.

No período delimitado para a coleta de dados da pesquisa, 2001 a 2013, foram publicados 52 números da revista Serviço Social e Sociedade, totalizando 437 artigos. Todas as edições da Revista foram

⁷⁹ <http://www.scielo.br/revistas/sssoc/paboutj.htm>

orientadas por um eixo temático específico, sendo que *Famílias* e *Temas Sócio-Jurídicos* foram os que mais mobilizaram as discussões em torno das questões de gênero (ver quadro abaixo). Do conjunto, 12 textos apresentaram esta discussão, representando uma amostra de 2,75%. Nos 13 anos pesquisados não houve nenhum eixo temático específico relacionado aos estudos de gênero.

Quadro 8: Eixos temáticos da Revista Serviço Social e Sociedade que mobilizaram as discussões sobre gênero no período de 2001 a 2013.

Ano	Tema	Título	Identificação dos artigos
2001	Temas Sócio-Jurídicos	Contravenção, Crime e Relações de Gênero	SS nº 01, 2001
2001	Temas Sócio-Jurídicos	Poder judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da justiça	SS nº 2, 2001
2002	Famílias	Famílias monoparentais: indagações	SS nº 3, 2002
2002	Famílias	O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida	SS nº 4, 2002
2002	Famílias	Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari	SS nº 5, 2002
2006	Espaço Público e Direitos Sociais	Gênero, políticas públicas e centralidade na família	SS nº 6, 2006
2008	Memória do Serviço Social. Políticas Públicas	Programas de combate à pobreza: o poder das mulheres às avessa	SS nº 7, 2008
2010	Fundamentos críticos para o exercício profissional	Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE	SS nº 8, 2010
2010	Serviço Social e Saúde: múltiplas dimensões	Morte materna: uma expressão da questão social	SS nº 9, 2010
2010	Formação e Exercício Profissional	Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres	SS nº 10, 2010
2011	Direitos Sociais e Políticas Públicas	Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho	SS nº 11, 2011

2012	Questão Agrária: pobreza	A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada	SS nº 12, 2012
------	-----------------------------	---	----------------

Fonte: Elaboração própria.

Os trabalhos foram produzidos, majoritariamente, por mulheres, corroborando com a afirmação de Simões (2012, p. 159) de que o Serviço Social é a “profissão de nível superior mais feminina do Brasil”. O masculino figura, somente, em um texto, como coautor.

Em relação à autoria, 75% (nove) foram escritos individualmente por assistentes sociais docentes. Os demais artigos, 25% (três), foram escritos em coautoria: um escrito por assistente social docente e outra assistente social aluna de pós-graduação; um escrito por três profissionais, assistente social docente, assistente social e médico, servidores de um hospital público; outro artigo escrito por uma assistente social docente juntamente com uma escritora da Delegacia de Polícia, graduada em Educação Física. Registra-se que todos os artigos tiveram a participação de docentes e dois (2), em coautoria, tiveram a característica multidisciplinar (educação física e medicina). Nota-se que uma mesma autora publicou mais de uma vez no Periódico (2006 e 2011), sendo um de seus textos de autoria individual e outro publicado juntamente com uma aluna de pós-graduação.

No que se refere à formação dos autores docentes, nove (9) são doutoras: seis (6) em Serviço Social, uma (1) em Sociologia Política, uma (1) em Ciências Sociais e uma (1) em Política Social; três (3) são mestres: uma (1) em Serviço Social, uma (1) em Ciências Sociais e uma (1) em Políticas Públicas. Os dados apontam para duas tendências relacionadas à produção sobre temas envolvendo os estudos de gênero na Revista Serviço Social e Sociedade: a primeira refere-se à titulação dos autores e a segunda ao seu exercício profissional, ou seja, publica na Revista e aborda esta temática quem é doutor e está na docência.

Dentre as assistentes sociais (13), apenas uma encontrava-se na execução de políticas públicas e uma, além de professora, atuava como terapeuta familiar psicossociodramatista. Este quadro aponta para as seguintes problematizações: a pouca sistematização da prática profissional por parte dos assistentes sociais que estão na execução dos serviços; a dificuldade de os profissionais publicarem em revistas com um nível de avaliação elevado; o reduzido interesse dos docentes em

relação à temática de gênero, uma vez que são eles que publicam na Revista.

Verificou-se que os trabalhos estão vinculados a instituições de ensino, sendo que três (3) estão ligados à PUC/SP, dois (2) à UFF/RJ, e um (1) em cada uma das seguintes instituições: UNISUAM/RJ, UFSC/SC, UEL/PR, PUC/RS, UFMA/MA, UFPB/PB e UCSAL/BA, demonstrando que os autores estão tanto em instituições de ensino públicas quanto privadas (lucrativas e não lucrativas).

A predominância da região de autoria dos trabalhos foi a sudeste, com seis (6) artigos, seguida das regiões sul e nordeste com três (3) artigos cada. Esta tendência aponta para o processo histórico de construção dos Programas de Pós-graduação, com maior concentração geográfica naquela região (YASBEK e SILVA, 2005).

A publicação sobre os estudos de gênero na revista *Serviço Social e Sociedade* é, em grande medida, resultado de pesquisas empíricas realizadas pelos autores. Os artigos produzidos socializam os resultados, ou parte deles, de teses, dissertação, participação em grupo de estudo ou, ainda, de investigações que estavam em desenvolvimento ou concluídas. É importante destacar que do conjunto dos textos, o que se projetou foram as técnicas de coleta de dados - oficinas, material documental, história oral e depoimentos -, sendo que os demais elementos de pesquisa não foram informados - tipo de estudo, natureza da abordagem de pesquisa e técnicas de análise dos dados.

A revista *Katálysis*, produzida pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e curso de Graduação em Serviço Social, tem seu primeiro número publicado em junho de 1997. É um periódico científico semestral, que objetiva promover e disseminar produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito do Serviço Social e das suas relações com os demais campos do saber. Voltada para professores, pesquisadores e para segmentos da sociedade civil e política⁸⁰, é direcionada para a categoria dos assistentes sociais e para profissionais de áreas afins.

Nos treze anos pesquisados foram publicadas 27 edições da Revista, totalizando 272 artigos. Do conjunto, 13 abordaram a discussão de gênero⁸¹, o que representa uma amostra de 4,78%. Diferentemente da

⁸⁰ Conforme site: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Katálysis/article/view/31349/25665>, acesso em 30/06/2014.

⁸¹ A revista *Katálysis* apresentou um número significativo de artigos sobre gênero publicado em espanhol, que não compuseram o *corpus* desta pesquisa. Estes trabalhos são oriundos de diversas instituições, tais como: Universidad Pablo de

Revista Serviço Social e Sociedade, em 2010, a Revista Katálysis abordou a discussão de gênero em um eixo temático específico, intitulado *Desigualdades e Gênero*. Desta forma, nove (9) dos 13 artigos que apresentam a discussão (61,5%) estão contidos neste fascículo.

Os outros eixos temáticos que mobilizaram a discussão de gênero foram: *Exclusão social, violência e cidadania; Cidadania, direito e acesso à justiça; Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional*, e *Lutas Sociais no Novo Milênio e Serviço Social*, como pode ser observado no quadro abaixo.

Olavide, Sevilla-España; Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM e Instituto Nacional de Perinatología- INPER, México/DF; Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), Argentina; Universidad de Buenos Aires (UBA); Universidad de la Salle, Bogotá e Centro Argentino de Etnología Americana (Conicet), Universidad Nacional de La Matanza (UNLaM), Argentina.

Quadro 9: Eixos temáticos da Revista Katálysis que mobilizaram discussões de gênero por ano de publicação no período de 2001 a 2013.

Ano	Tema	Título dos artigos	Identificação dos artigos
2002	Exclusão social, violência e cidadania	Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de "empoderamento"	K nº 1, 2002
2005	Cidadania, direito e acesso à justiça	Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos	K nº 2, 2005
2005	Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional	A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher	K nº 3, 2005
2010	Desigualdades e Gênero	Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços	K nº 4, 2010
2010	Desigualdades e Gênero	Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social.	K nº 5, 2010
2010	Desigualdades e Gênero	Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise	K nº 6, 2010
2010	Desigualdades e Gênero	Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão	K nº 7, 2010
2010	Desigualdades e Gênero	Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha	K nº 8, 2010
2010	Desigualdades e Gênero	A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.	K nº 9, 2010
2010	Desigualdades e Gênero	Judicialização do privado e violência contra a mulher	K nº 10, 2010
2010	Desigualdades e Gênero	Violência das armas, violência no gênero: campo fértil das desigualdades	K nº 11, 2010
2013	Lutas Sociais no Novo Milênio e Serviço Social	Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local	K nº 12, 2013
2013	Lutas Sociais no Novo Milênio e Serviço Social	Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas.	K nº 13, 2013

Fonte: Elaboração própria

Seguindo a tendência identificada no conjunto do *corpus* (Eventos Científicos e Periódicos), a publicação dos trabalhos sobre os estudos de gêneros na Revista *Katálysis* é uma atividade majoritariamente feminina, sendo 11 (84,62%) redigidos somente por mulheres, um (1) por ambos os sexos e um (1) somente por homem. No que se refere à autoria, oito (8) foram escritos em coautoria: cinco (5) escritos por docentes juntamente com alunos/as de mestrado ou bolsista, dois (2) escritos somente por docentes e outro por docente juntamente com uma mestra. Os demais (5) foram escritos individualmente, sendo quatro (4) por docentes e um (1) por mestrando.

Diferentemente da Revista *Serviço Social e Sociedade*, nota-se um número maior de artigos redigidos por mestrando/as e por assistentes sociais docentes, todas com graduação em Serviço Social, exceto uma formada em Direito, mas que atua como professora tanto da graduação como da pós-graduação em Serviço Social. Este fato aponta para três aspectos: primeiro, para a relação entre produção científica e natureza do periódico, uma vez que a Revista *Katálysis* está vinculada a uma instituição de formação de profissionais, oportunizando a publicação conjunta entre docente e alunos⁸².

Segundo, sugere a relação entre necessidade de produção e natureza do trabalho do docente. Nesse sentido, o Periódico é um dos espaços em que o professor pode responder às demandas referentes a sua carreira acadêmica estabelecidas pelos órgãos de fomento e pela universidade pública federal. Ao publicar, incrementa seu currículo, agrega capital científico ao conjunto de conhecimentos e assegura a produção necessária para seus processos de avaliação. Soma-se a isso, a possibilidade de dar visibilidade a sua construção de conhecimentos.

Como último aspecto tem-se a relação natureza do trabalho e formação, uma vez que todas as autoras docentes são doutoras, com destaque para a área das Ciências Sociais, seguida do Serviço Social, Sociologia e Geografia. Destaca-se que não foram identificados trabalhos escritos por profissionais vinculados à execução de políticas públicas e de serviços sociais. Nota-se que uma autora teve quatro publicações no Periódico, sendo dois de seus textos de autoria individual e dois coletiva, um com uma aluna bolsista e outro com uma mestre em Serviço Social.

⁸² A concessão de recursos a discentes do PPGSS, como apoio para participação em eventos acadêmicos, é realizada preferencialmente àqueles cuja obra é de autoria conjunta com professores do PPGSS, conforme determinado pela Portaria nº 41/PPGSS/2012.

Os 13 artigos que abordam a discussão em torno dos estudos de gênero estão situados nas regiões sul, sudeste e nordeste, sendo:

- sete (7) na região sul, deste seis (6) ligados à UFSC, sendo um (1) em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), e um (1) à PUC/RS;
- três (3) na região sudeste, um (1) filiado à UFRJ, um (1) à PUC/SP e um (1) à Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM/ES);
- dois (2) na região nordeste, ambos filiados à UFRN;
- um (1) artigo produzido em articulação sudeste e nordeste proveniente de parcerias entre autores da PUC/SP e UFPI.

4.4 SENTIDOS DA PRODUÇÃO TEÓRICA

A partir dos textos dos Periódicos que apresentam a discussão sobre gênero, são destacados os principais temas e os sentidos empregados, a fim de compreender como os/as autores/as se apropriaram do debate, e os discursos que estão sendo produzidos pelo Serviço Social sobre os estudos de gênero.

4.4.1 Serviço Social e Sociedade

Na Revista Serviço Social e Sociedade foram identificados como principais temas: o **entendimento de gênero**, o **feminino como objeto de estudo**, o **masculino e sua condição secundária**, e a **relação Estado e políticas públicas**. No que se refere ao **gênero**, destacam-se dois (2) sentidos: os trabalhos que tiveram uma preocupação direta em propor uma **definição conceitual** e os que **não conceituaram**, embora tenham empregado algum sentido a esta categoria.

Àqueles que apresentam uma conceituação, ainda que de forma implícita, referem-se ao gênero como um produto socialmente construído, recorrendo a autores para fundamentar a compreensão utilizada, como se vê nas citações que seguem:

[...] por meio do processo de socialização, crianças se transformam em homens e mulheres. Cada um é o resultado social e político de sua construção num determinado contexto histórico-cultural. (SS, 2001,

n°01). “(...) o equipamento biológico e sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações (Sorj1992)”. (SS n°01, 2001, p. 94).

[...] Nas últimas décadas, o paradigma biológico relativo às diferenças entre os sexos foi rompido e, para analisar o tema “mulher”, um novo conceito emergiu – o de gênero. Segundo esse conceito, as diferenças que se observam nas relações entre homens e mulheres não são de origem biológica, mas de caráter social e cultural. Tal enfoque conduz a uma nova abordagem das relações sociais assimétricas existentes entre mulheres e homens, atribuídas à distribuição desigual do poder entre ambos os sexos (SS n° 7, 2008, p. 51).

A dominação masculina está presente no interior do mundo doméstico e, baseada na diferença biológica entre os sexos, manifesta-se por meio das relações de gênero, aqui entendidas como relação de poder construídas historicamente, por meio de uma hierarquia/antagonismo de gênero, caracterizada por uma assimetria no que se refere a posições e espaços ocupados por homens e mulheres, tanto na esfera pública como privada (SS n°8, 2010, p. 123).

[...] interessa pensar como as mulheres pobres vivem e constroem suas identidades, assentadas na perspectiva de gênero. “Gênero como categoria transversal, que se encontra na interface das inúmeras afiliações sociais de homens e mulheres. Não possui um contexto organizacional específico, e como tal é parte integrante da construção social quotidiana nas diversas práticas que os indivíduos levam a efeito (Goldani, 1999, p. 6)” (SS n° 10, 2010, p. 581).

A violência contra a mulher decorre de um processo histórico relacionado ao gênero [...] Conforme Saffioti (2001, p. 129): “O termo gênero

indica rejeição ao determinismo biológico suposto no uso de palavras como sexo e evidencia que os papéis desempenhados por homens e mulheres são uma construção social”. [...] o gênero vai além do componente biológico, uma vez que a relação de homem e mulher precisa ser desvelada para além da diferença anatômica e fisiológica, mas fundamentalmente, como desigualdade, a qual é produzida e reproduzida de diferentes formas, garantindo o poder do homem sobre a mulher (SS nº 12, 2012, p. 372).

A violência é componente do processo de normatização das condutas masculinas e femininas como mecanismo regulador das relações sociais, no sentido de conservar as relações de gênero e não colocar em risco a ordem social hegemônica (SS nº 02, 2001, p.112/113).

Nos textos há uma preocupação em distinguir sexo de gênero ao abordar as diferenças observadas no comportamento e nas relações entre homens e mulheres sem, no entanto, anunciar a partir de que leitura teórica é construída. É importante destacar que o corpo de discussão dos estudos de gênero é distinto, uma vez que há diferentes paradigmas que sustentam a produção, assim como bibliografias europeias, americanas e brasileiras que apontam tendências particulares e situam contextos distintos.

Ademais, ressaltam traços de construção histórica, social e cultural que determinam posições e espaços distintos ocupados por mulheres e homens e que explicam as desigualdades persistentes entre eles. Remetem, com frequência, às discussões oriundas da segunda onda do feminismo.

Os artigos em que não foi possível identificar uma compreensão acerca do tema apresentam como objeto de estudos situações que explicitam as atribuições femininas e suas hierarquias de gênero, articulando-as à pobreza, ao trabalho, à raça e etnia, entre outros. Implicitamente revelam a transversalidade de gênero junto às políticas sociais e sua intrínseca relação com os demais conceitos ao explicar determinadas situações. Contudo, tais reflexões não são exploradas, embora anunciadas. Problematicam as disparidades existentes entre homens e mulheres, evidenciadas na média salarial, no nível educacional,

na ocupação de cargos menos privilegiados, na sobrecarga de trabalho, nas implicações decorrentes da maternidade, nas questões vinculadas à monoparentalidade e chefia feminina.

Outro tema identificado nos 12 trabalhos analisados refere-se à **centralidade dos estudos na figura da mulher**. Os textos destacam tanto de modo explícito quanto implícito a sua relação com a **essencialização do cuidado** e sua **responsabilização no processo de mobilidade social**, demonstrando que tais sentidos atravessam as discussões. Nota-se que estes ora se apresentam nos textos de forma isolada ora congregados, o que sugere que uma característica (atribuições do feminino, essencialização do cuidado ou responsabilização no processo de mobilidade social) está articulada a outra e a sustenta.

Tal centralidade é desenvolvida a partir de enfoques distintos, tendo quase todos como referência a inserção do feminino na família: judiciário, trabalhista, composição/ estruturação familiar, pobreza, violência, saúde, políticas sociais e públicas – política de combate à pobreza, de geração de renda. Os autores problematizam as decorrências de sua naturalização na família, conforme evidenciado a seguir.

A defesa da instituição familiar aparece como argumento justificador do silêncio, da omissão e do conformismo diante da violência doméstica. [...] Reduz ao plano das relações interpessoais, ditas de natureza privada, a violência perpetrada contra a mulher, o que, conseqüentemente, particulariza e isola a luta para reprimi-la, obscurece sua dimensão política e dificulta o enfrentamento do problema enquanto crime passível de penalização (SS nº 02, 2001, p. 114/115).

Outrossim, alguns textos demonstram que o tema da violência nas relações sociais potencializa a essencialização do feminino em prol da defesa da família, ou seja, a violência contra a mulher é naturalizada. Essa perspectiva ancora-se na biologia e nas diferenças físicas entre homens e mulheres, apresentando, desta forma, um caráter universal, imutável e, portanto, a-histórico das relações sociais entre os sujeitos.

Os sentidos da essencialização do cuidado e dos papéis socialmente atribuídos a elas também é evidenciado nos textos que problematizam a composição/estruturação familiar. Destacam a noção de família monoparental associada ao gênero e à pobreza, uma vez que a mulher passa a assumir o cuidado da casa e dos filhos, juntamente com

seu sustento material. Essas responsabilidades a torna mais vulnerável, uma vez que, uma “mãe isolada” pode ter maior dificuldade para responder pelas necessidades e cuidados dos membros que compõem a família (SS nº 01, 2002). O texto SS nº 06 (2006) reafirma tal discussão e complementa situando que outros indicadores, como nível de escolaridade baixo e analfabetismo, trabalho informal, falta de qualificação para as exigências do mercado de trabalho, baixos salários, e ausência de uma rede de proteção social, acentuam a vulnerabilidade anunciada por SS nº01 (2002).

Diante dessa situação e pela inexistência ou dificuldade de acesso a serviços e políticas sociais, a construção de alternativas dessas mulheres, geralmente, envolve outras mulheres.

Quando essas mulheres são as únicas responsáveis pelo provimento de sua família, a condição de vulnerabilidade se acentua, aumentando os riscos sociais. Em busca de apoio, tendem a tecer redes de solidariedade em geral com outras mulheres, sejam parentes ou vizinhas (SS nº 10, 2010, p.588).

A responsabilidade pelo cuidado dos filhos é apontada também como um dos fatores de interferência em relação à participação feminina no trabalho e reforçam os papéis tradicionalmente associados à esfera doméstica.

Maiores responsáveis pela guarda, pelos cuidados e pela educação destes e vivendo a situação de insuficiência de equipamentos coletivos, como creches, as mulheres enfrentam limitações no trabalho, principalmente se os ganhos financeiros não conseguem cobrir os custos com os cuidados das crianças (SS nº 4, 2002, p. 70).

Paralelamente ao crescimento das taxas de atividade feminina, não houve mudanças significativas na divisão sexual do trabalho doméstico, nem investimento suficiente nas políticas sociais de suporte às famílias, as quais aliviariam a exclusividade feminina nas responsabilidades domésticas.

Ainda no que se refere à essencialização do cuidado, “não se pode desprezar o papel fundamental da maternidade na construção da identidade feminina” (SS nº 5, 2002, p. 81). Algumas autoras problematizam o mito do amor materno, ou seja, a “maternidade como

uma condição absolutamente essencial e, por implicação, natural das mulheres” (SS nº 5, 2002, p. 88). Isso é evidenciado (SS nº 5, 2002) ao abordar a busca de mulheres por justiça diante da violência cometida contra seus filhos. O fato de serem “mães que lutam” deu a elas legitimidade, perante a mídia (escrita e falada), para ocuparem as ruas e outros espaços públicos. “Em nome dos filhos, elas permaneceram em casa, e para esta casa retornaram (mesmo quando eram vítimas da violência doméstica). Mas foi também em nome dos filhos que se aventuraram a sair às ruas” (SS nº 5, 2002, p. 99).

O artigo SS nº8, 2010 traz relatos que reafirmam o essencialismo que cerca a maternidade, no qual para as mulheres pesquisadas “ser mãe é vocação natural, e o amor materno sentimento imanente, do qual provém seu devotamento aos filhos”. Outrossim, a “construção imagética da *boa mãe* obscurece a mulher, cuja preocupação consigo mesma se configura como abandono da família.” (SS nº8, 2010, p. 137).

O sentido da mobilidade social presente em alguns textos evidencia a relação entre políticas públicas e de combate à pobreza e responsabilidade feminina. Tais políticas veem a família como locus privilegiado de superação da pobreza e das sequelas da questão social, cujo foco centra-se na mulher e não nas relações entre os cônjuges, sejam eles homem- mulher, mulher-mulher ou homem-homem.

No caso dos PTRC “são as mães de família as titulares dos programas e são elas que recebem as transferências monetárias correspondentes”, recaindo sobre elas a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades impostas pelos programas⁸³ (SS nº 7, 2008, p. 59). A ênfase dada pelas políticas públicas à família, principalmente, pela Política de Assistência Social, e as condicionalidades dos PTRC acabam por reforçar a naturalização da relação mulher-cuidado.

⁸³ A preferência da mulher como público para recebimento de benefícios foi sancionada pela Lei n. 13.014 de 21 de julho de 2014 que determina que benefícios de assistência social e de atividades rurais sejam pagos, preferencialmente, às mulheres. Com a mudança, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993) ganha um novo artigo, o 40 – A, que especifica que os benefícios monetários decorrentes serão pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. A nova legislação também altera a redação de dois artigos da lei 12.512/2011, que institui os programas de conservação ambiental e de fomento às atividades produtivas no meio rural. No novo texto é reforçado que o pagamento deve ser realizado preferencialmente para a mulher responsável pela unidade familiar.

No processo de gestão, na operacionalização dos serviços, programas e projetos, a mulher-mãe ainda continua sendo interpelada para participar das chamadas atividades socioeducativas, ainda é responsabilizada pelos filhos e pelo cumprimento de critérios de permanência no programa (SS nº 6, 2006, p.153).

É inegável que estes programas trazem resultados imediatos de alívio à situação de pobreza⁸⁴, no entanto, carecem de efetivação, uma vez que “se voltam mais para a sobrevivência de mulheres em situação de pobreza e seus filhos, não apresentando, definitivamente, políticas de gênero que conduzam a um maior e real empoderamento de mulheres pobres” (SS nº 7, 2008, p. 60).

O terceiro tema referente ao **lugar secundário do masculino** nos textos traz como sentidos: sua **condição de agressor e algoz**; a **comparação com a mulher ao tratar das disparidades sociais entre os sexos**; as **atribuições a ele impingida como natural pela sociedade**, podendo justificar ações de naturalização da violência; sua **contribuição para a superação das desigualdades de gênero e sociais**.

A **condição de agressor/algoz** apresenta-se subjacente às discussões de alguns textos que abordam a violência doméstica e de gênero, a opressão sofrida pelas mulheres e a Lei Maria da Penha. Esta se apresenta, geralmente, na figura do pai, do (ex) marido ou (ex) companheiro, conforme explicitado nos principais fragmentos do *corpus*:

A começar da infância, percebemos que a maioria já sofreu os mais variados maus-tratos, tais como: abuso sexual, estupro, abandono pela família, espancamento pelo padrasto, além de serem forçadas a ir para as ruas pedir esmola (SS nº1, 2001, p. 104).

[...] as mulheres ainda tem que conviver com a violência doméstica cometida pelo companheiro/marido (SS nº6, 2006, p. 147).

⁸⁴ Existem inúmeros debates e impasses em torno da efetividade dos PTRC, no entanto isso não é objeto de estudo deste trabalho. Para tanto, ver Sposatti, (2011); Silva e Silva, Yasbek, Di Giovanni (2004).

Somente duas entrevistadas conviveram com o pai, e falar sobre este se torna doloroso para elas, uma vez que revivem a ausência de diálogo, a rudeza de olhares e gestos, acompanhada por xingamentos e agressões físicas (SS, nº 8, 2010, p. 128).

Em 20% das mortes analisadas houve o abandono do homem após a constatação da gravidez [...] 40% das mulheres vítimas de morte materna passaram por violência, tanto intergênero, perpetrado pelo atual ou ex-companheiro ou namorado, quanto nas ruas (SS nº 9, 2010, p. 262).

O sentido da **comparação entre homens e mulheres** aparece em diversos textos e pauta-se, especialmente, no determinismo biológico para explicar as desigualdades existentes entre eles no mundo do trabalho, na escolarização e nos espaços sociais. No mundo do trabalho as transformações significaram uma sobrecarga maior para as mulheres do que para os homens, embora o tenham vivido, por associarem as atividades dos espaços doméstico e reprodutivo às atividades públicas. Estas se caracterizaram como extensões do âmbito privado e compreendidas como natural, gerando uma desqualificação das mulheres frente ao novo padrão de acumulação, como aponta o artigo SS nº 11 (2011).

As disparidades sociais na escolaridade de homens e mulheres são evidenciadas na comparação com os ganhos salariais. Alguns textos destacam, como apresentado em SS nº 4 (2002, p. 65), que “mesmo apresentando maior grau de instrução do que os homens, as mulheres permanecem ganhando menos e estão em situação de vulnerabilidade maior”.

Além disso, outros artigos chamam a atenção para as diferenças em relação às atribuições vinculadas a esfera doméstica e ao cuidado, o que gera aumento da carga de trabalho entre as mulheres e resulta “em uma qualidade de vida muitas vezes pior que a dos homens” (SS nº 4, 2002, p. 72), evidenciado também nos trechos abaixo:

[Em famílias cuja chefia é feminina] o homem está ausente, seja de forma temporária (migração) ou permanente (separação, morte, abandono). [...] A presença do homem, por outro lado, não diminui a responsabilidade no trabalho doméstico, no cuidado com os filhos, nem facilita o acesso a

oportunidades para melhoria da situação ocupacional e de escolaridade. [...] no caso dos homens doentes, aumenta a sobrecarga e a dificuldade de se ausentar da casa, pois as mulheres têm que cuidar deles (SS nº6, 2006, p. 146).

[...] em se tratando dos cuidados com os filhos, o que se pode dizer é que o caminho que vem sendo construído pelos homens situa-se hoje mais no campo da ajuda do que propriamente da partilha de responsabilidades (SS nº 4, 2002, p. 77).

No terceiro sentido, referente às **atribuições consideradas masculinas**, os estudos do *corpus* apontam que o discurso pautado no determinismo biológico e na naturalização da distinção sexual tem sido utilizado para justificar decisões conservadoras e ações de naturalização da violência. Nota-se que tais discursos favorecem a manutenção das desigualdades pautadas na perspectiva de gênero.

[...] a cultura jurídica, ao se caracterizar historicamente pelo conservadorismo, autoritarismo e patriarcalismo, possui dificuldade em incorporar a defesa da cidadania das mulheres. [...] Os (as) operadores (as) jurídicos (as) se utilizam da explicitação de uma série de atributos aos homens e às mulheres para demonstrar seu enquadramento ou não (conforme interesses que defendem) aos modelos de masculino e feminino vigente. [...] reafirmaram a vinculação do modelo feminino ao espaço doméstico, tornando-se um comportamento inadequado para a mulher extrapolar essa dimensão e frequentar locais públicos ou comportar-se segundo atributos qualificados como masculinos [...] Mesmo quando é acusada no processo, sua defesa irá reforçar a imagem de mãe de família, devota ao lar. [...] A imagem do homem se baseará, principalmente, em sua condição de trabalhador, participante do espaço público (SS nº 2, 2001, p. 119/120).

As mulheres investigadas, quando exercem trabalho formal, são persuadidas pelos maridos a abandoná-lo, o que não é difícil, pois são papéis fortemente internalizados: as mulheres cuidam,

ajudam, enquanto os homens sustentam a casa e a família (SS nº 8, 2010, p. 133).

Esse mesmo discurso, de modo geral, é mobilizado para atribuir às mulheres certas responsabilidades como, por exemplo, os PTCR. Estes têm como regra a entrega do dinheiro às mulheres e não aos homens, cabendo a elas a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades, bem como “conjugam os tempos femininos: mulher, mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora ou desempregada com a garantia da reprodução social” (SS nº 7, 2008, p. 58).

Alguns textos apresentam a necessidade de envolver o **masculino na superação das desigualdades sociais**, corroborando com a leitura relacional na compreensão de gênero, como se vê nos trechos a seguir:

Pensar que os responsáveis por este grupo [família] não são apenas as mulheres, mas também os homens, que precisam ser educados para assumirem novas funções (SS nº 4, 2002, p. 77).

O planejamento e a operacionalização de ações devem focar homens e mulheres, de forma a também produzir transformações pessoais no universo masculino, sem o que o relacionamento entre os pares continuará condicionado aos modelos tradicionais, trazendo mais sofrimento que libertação às mulheres, permanecendo os danos físicos, emocionais e sociais que pontuam sua trajetória de vida (SS nº 8, 2010, p. 142).

Há ainda a necessidade de revisão das legislações brasileiras no sentido de garantir a proteção da mulher no período de gestação, responsabilizando também o homem, seja ele o companheiro ou apenas aquele que contribuiu na concepção, na garantia de recursos necessários à proteção da mulher durante o período gravídico-puerperal (SS nº 9, 2010, p. 265).

Ademais, dois trabalhos indicam a importância de projetar o masculino também como objeto central de discussão dos estudos de gênero:

[...] as famílias monoparentais masculinas têm tido pouca visibilidade [...] Ao não se discutir a monoparentalidade masculina, parece se cristalizar a ideia de que os homens são incapazes como cuidadores da família. [...] Os pais ou as figuras masculinas “substitutas” não têm emergido como personagens-chaves nos estudos destas famílias (SS nº 3, 2002, p. 59).

Uma pergunta, contudo, ficou sem ser respondida e pode se desdobrar em pesquisas futuras: qual o papel do pai em um espaço tão feminizado? [...] O lugar, o papel do pai, é normalmente posto em segundo plano. [...] Entendo que investigar a paternidade hoje, suas relações com a violência e as possíveis ausências é um tema atual, no momento em que também os homens começam a se questionar acerca de seu próprio papel (SS nº 5, 2002, p. 90/91).

Como último tema tem-se a **relação Estado e políticas públicas** apresentando como principais sentidos: a **ausência ou despreparo técnico do Estado; violência indireta; enfoque familista; Estado como promotor de políticas sociais públicas.**

A **ausência do Estado ou falta de preparo dos órgãos e das instituições públicas** aparece explicitado na escassez ou inexistência de atendimento sociojurídico especializado e de programas ou projetos sociais que atendam as vítimas de violência e os agressores (SS nº 8, 2010), e de juizados especiais, casas-abrigos, centros de atendimento integral e multidisciplinar, delegacias e centros de saúde especializados para atender mulheres vítimas, assim como centros de educação e reabilitação para os agressores (SS nº 12, 2012).

Tal sentido explicita-se também na insuficiência de equipamentos e superlotação nas instituições de saúde (SS nº 9, 2010), na falta de acesso a equipamentos sociais de qualidade, como creches, escola em tempo integral, serviços de saúde, dentre outros (SS nº 10, 2010). Em relação às políticas públicas e programas existentes, os artigos apresentam críticas voltadas à fragilidade e limitação de seus alcances.

[...] as políticas oficiais, voltadas para a família, quando existem, tem se mostrado inadequadas, pelo pouco investimento nas necessidades e

demandas deste grupo, não oferecendo suporte básico para que possa cumprir de forma adequada suas funções (SS nº 4, 2002, p. 76).

Da ausência do Estado decorrem desdobramentos e institui outro sentido, o da **violência indireta** gerada pelos órgãos públicos, sendo denominada desse modo apenas por um texto,

causada pelos esgotos a céu aberto, o lixo onde proliferam ratos, baratas e que concorrem para o adocimento dos moradores pobres da periferia [...] Outra forma de violência do Estado está na cobrança de excessivo número de impostos penalizando os trabalhadores (SS nº 1, 2001, p. 95).

Para superação da violência indireta implicitamente estaria colocado à necessidade de ampliar a cobertura das políticas sociais, alinhando-as com a garantia de acesso a condições básicas de infraestrutura, como energia elétrica, água, e coleta de lixo e de esgoto, transporte.

Há também certa preocupação, principalmente, de dois textos (SS nº 6, 2006; SS nº 7, 2008), com o **enfoque familista** de algumas políticas públicas, como é o caso do SUAS, e seus programas de combate à pobreza. A centralidade se daria não apenas na família, mas particularmente na **mulher-mãe**. Apesar da retórica das políticas sociais enfatizarem a valorização e o reconhecimento das mulheres, esse enfoque significa, com frequência, sua responsabilização e seu enquadramento moral. Preveem que atendam ao estereótipo de feminino associado à maternidade, ao cuidado com pessoas com deficiência, crianças e idosos, e ao trabalho comunitário.

Segundo os artigos citados, as condicionalidades dos PTCR reforçam tal sentido e indicam “a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares” (SS nº 6, 2006, p. 145), principalmente no que se refere à garantia de inserção das famílias nos serviços de saúde e educação (SS nº 7, 2008).

As políticas pautadas na geração de renda também reforçam o enfoque familista com recorte na mulher-mãe apontado por SS nº 11 (2011, p. 142), na medida em que “remetem à tradicional divisão sexual do trabalho e na sua maioria mantêm as mulheres presas aos domicílios de forma a compatibilizar o trabalho gerador de renda com o trabalho doméstico”.

Paralelamente, o **Estado é demandado a atender as necessidades sociais**, por meio da implantação e efetivação de políticas mais amplas e universais, como destaca o último sentido do tema **Estado e políticas públicas**. Os textos apontam para a necessidade de reposicionar o lugar das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sem transformá-las ações focalizadas, gerando uma atenção paliativa.

O Estado deve ocupar o papel principal na regulamentação das condições de vida, construindo possibilidades de padrões de bem-estar, não com programas pontuais, mas direcionados às famílias, no desenvolvimento de ações voltadas para o interesse geral da sociedade, respeitando as representações e significados contidos em cada grupo, com atenção integral as suas necessidades (SS nº 4, 2002, p. 77).

Propor políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero exige garantir um sentido emancipatório às mudanças que pretendemos; [...] garantir que o Estado desenvolva políticas sociais que contemplem as dimensões distributivas e de reconhecimento/*status* que incidam efetivamente sobre o conjunto de desigualdades de classe, gênero e raça/etnia (SS nº 6, 2006, p.149)

O que se defende são políticas universalistas, que procurem reduzir a pobreza de todos, e não somente de grupos específicos de pobres, mesmo que sejam de mulheres. Tal concepção implica romper com a lógica atualmente existente e superar a identificação de um sistema de proteção com um conjunto restrito de políticas sociais (SS nº 7, 2008, p. 62).

É preciso também buscar maior responsabilidade tanto da sociedade, do patronato, quanto do Estado, no processo de garantia de condições necessárias ao atendimento das necessidades da mulher no período de gravidez e puerpério (SS nº 9, 2010, p. 266).

[...] foco central de toda essa problemática em torno do aumento das denúncias de violência doméstica e os mecanismos necessários para o seu tratamento seja a promoção de políticas públicas efetivas para o atendimento integral da mulher vitimada. Para tanto, também são necessárias a capacitação e a inclusão de profissionais que atuem no fortalecimento da rede de assistência de forma multidisciplinar (SS nº 12, 2012, p. 395).

Nota-se que os artigos tratam que a função de um Estado democrático é, dentre outras, elaborar políticas públicas que reconheçam as desigualdades de poder entre homens e mulheres. Contudo, alguns textos reafirmam o recorte das políticas sociais voltadas ao feminino, embora não se desconsidere a necessidade de políticas públicas universalista, inclusive com atenção para a pobreza, as relações de raça e etnia, e outras formas de masculinidade, visando projetar a interseccionalidade nas ações sociais e favorecer a democratização das relações interpessoais.

4.4.2 Katálysis

Na Revista Katálysis foram identificados como principais temas: as **políticas sociais públicas, a interseccionalidade, o protagonismo das mulheres**, e de forma residual, porém significativa, o debate **endógeno ao Serviço Social**.

Em relação ao tema políticas sociais públicas dois sentidos perpassam a discussão: a necessidade de reconhecer as **especificidades da condição feminina** e o **desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das desigualdades de gênero**.

Alguns textos reproduzem um quadro desfavorável em relação às políticas sociais e sua relação com a população feminina. As críticas voltam-se para a forma como as políticas sociais são constituídas, a ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços públicos e o vínculo trabalhista das mulheres ao acessarem o mercado. Esse conjunto de fatores reproduz as desigualdades existentes entre as identidades de gênero e apontam para a necessidade de reconhecer as especificidades da condição feminina na sociedade, conforme evidenciado nos trechos abaixo:

O contexto das políticas públicas é marcado nomeadamente pela ausência de estruturas e medidas pensadas em função da mulher. [...] As políticas sociais têm promovido a marginalização das mulheres, contribuindo para a reprodução da sua subalternidade, a não igualdade de oportunidades nos diferentes espaços domésticos, da produção e da cidadania. [...] Os principais problemas enfrentados atualmente pelas mulheres pobres no Brasil referem-se ao acesso ao mercado de trabalho, à moradia – habitação, saneamento básico, educação, saúde e segurança – e à luta contra a discriminação salarial. Também carecem de acesso a equipamentos sociais: creches, apoio a pessoas idosas, centros de esporte e lazer para crianças e adolescentes, apoio e suporte para estudos e atividades individuais e coletivas para conhecimentos informáticos e uso de computador (K n° 2, 2005, p. 74/75).

As desigualdades criadas entre os gêneros são reproduzidas pelas políticas sociais adotadas na América Latina, em conexão com as condições oferecidas pelo mercado de trabalho e com a estrutura familiar predominante. [...] De maneira sutil, ou evidente, o modelo nuclear conjugal, como ideal de família, ainda preside desenho de muitos programas sociais públicos e privados, dentro da orientação geral da política social brasileira, e fundamenta grande parte das orientações profissionais (K n° 5, 2010, p. 26).

As características da atual conjuntura de reestruturação do capital, como flexibilidade, desemprego, precarização das condições de trabalho, marcam a situação de muitos brasileiros e servem para esclarecer como estão ocupadas as trabalhadoras nesse país e sob quais relações estão inseridas. Demonstrem, ainda, ao relacionarmos o acesso ao trabalho aos direitos sociais, o nível da desproteção social da classe trabalhadora, que, além de perpassa-la, faz uma diferenciação perversa sobre as mulheres, a partir da ótica da divisão sexual do trabalho (K n°6, 2010, p. 46).

Por outro lado, alguns textos reconhecem a necessidade de construção e implementação de programas e ações como **estratégias para o enfrentamento das desigualdades**. Tais estratégias apontam para a necessidade da discussão de gênero em três aspectos. Primeiro, para sua transversalidade nos projetos e ações ou para a criação de políticas específicas de gênero. Segundo, ampliando as políticas existentes a partir das especificidades tanto do masculino como do feminino. E, por último, para a necessidade de criar quadro de profissionais capacitados e habilitados com vistas a aumentar a capacidade técnica para tratar com as questões de gênero e influir na formulação e execução de políticas.

Tanto nas políticas de gênero, quanto nas específicas, dirigidas a famílias chefiadas por mulheres, são necessárias ações em três eixos. O primeiro, diz respeito à sensibilização dos profissionais e técnicos que atuam junto às políticas públicas quanto à questão de gênero. [...] O segundo eixo está relacionado à transversalidade da questão de gênero nas diversas políticas públicas. [...] além de critérios de participação nos programas e projetos, a dimensão de gênero precisa ter sentido nas demais políticas públicas e órgãos públicos, através da distribuição de poder, posições de decisão e valorização do trabalho [...] O terceiro eixo refere-se a políticas específicas de gênero. [...] supõe a implementação de projetos específicos voltados às mulheres, que respondam à singularidade da sua situação e a necessidade de implementar medidas de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham (K, nº 2, p. 74/75).

Melhor consciência de um novo tempo poderá insistir, por exemplo, na distribuição mais equitativa da responsabilidade pelo trabalho doméstico. Isto vem sendo feito em grande escala em países de desenvolvimento social avançado. É o caso, por exemplo, da ampliação da licença paternidade, possivelmente repartida com a mãe. Podemos investir no acesso à educação para as mulheres, na sua proteção nas cidades, medidas

trabalhistas, entre muitas outras (K nº 5, 2010, p. 26).

Consideramos que muitos avanços ainda são necessários para cobertura e regulamentação mais eficazes dos direitos da mulher na previdência. [...]. Para tanto, a legislação, bem como as devidas regulamentações para definir o acesso às várias vantagens trabalhistas e estendê-las a todas as categorias, precisa ser revista para que haja melhorias que realmente beneficiem àqueles em situação de trabalho precário (K nº 6, 2010, p. 46).

A incorporação de uma perspectiva de gênero na formulação de políticas sociais é uma demanda/conquista dos movimentos feminista e de mulheres na luta pelos seus direitos e pela igualdade de gênero. A transversalidade de gênero exige uma consciência por parte dos formuladores e gestores de políticas públicas, de que os problemas afetam de maneira diferente a homens e mulheres e que, portanto, essas diferenças devem ser abordadas de forma a trabalhar o desequilíbrio entre os sexos. Sendo assim, torna-se fundamental a existência de mecanismos de articulação dentro e entre as instituições do Estado e dos municípios, visando ações integradas e intersetoriais na implementação, na execução e na avaliação de políticas públicas de gênero.

Outra perspectiva registrada em alguns textos e presente no debate sobre gênero refere-se ao tema da **interseccionalidade**⁸⁵. Este traz subjacente o sentido de **articular as discussões de gênero a outros eixos da desigualdade social** como classe, raça, etnia, geração, sexualidade, dentre outros. Evidencia que o gênero não é uma dimensão isolada, mas que a busca pela igualdade vai além da equidade entre homens e mulheres. Implica, a não segmentação desses eixos e sim sua inter-relação buscando demonstrar as várias formas de dominação e exploração que caracterizam a sociedade.

Os estudos feministas têm destacado, também, que a história e o significado da categoria mulher devem ser entendidos à luz das histórias e dos

⁸⁵ Para **Piscitelli** (2008, interseccionalidades e/ou categorias de articulação surgiram em um contexto de crítica às primeiras formulações do conceito de gênero, no bojo da segunda onda do feminismo, e aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social.

significados de outras categorias: classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, etc., e revelado como o sexismo, o classismo e o racismo são formas de opressão e violência que permeiam as relações sociais, definindo padrões assimétricos entre homens e mulheres (K nº 01, 2002, p. 37).

A perspectiva de gênero exige uma nova postura frente à concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, colocando em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre os gêneros são produto da ordem social dominante e que as múltiplas opressões de classe, raça, etnia, geração, que se exercem sobre a mulher configuram uma superposição de domínio (K nº 2, 2005, p. 71).

[...] gênero pode ser considerado como uma categoria de análise que tem sua “origem” nas relações sociais, interligada com outras categorias como classe, raça, etnia, etc. (K nº 3, 2005, p. 202).

Se considerarmos a construção social dos gêneros como imbricada num processo mais complexo que compreende as várias dimensões de como a sociedade está estruturada e de como em cada conjuntura se alteram a composição e a dinâmica da luta de classes, é possível articulá-la, também, a outras dimensões como a de raça e de orientação sexual, uma vez que as situações de opressão se acentuam na medida em que essas dimensões se entrelaçam (K nº4, 2010, p. 13).

Assim, embora os Conselhos venham se constituindo como novas oportunidades de atuação política para as mulheres há que se compreender e analisar quem são estas mulheres, o que desafia uma abordagem que, seguindo avaliação de Allwood e Wadia (2004), considere as íntimas conexões com outras dimensões, aqui mais especificamente classe, religião, etnia e geração (K nº 9, 2010, p.92).

Outro ponto importante, e que também merece maior atenção nos estudos sobre gênero e trabalho, diz respeito ao acirramento da precarização do trabalho feminino, quando, além de considerarmos as mulheres na sociedade capitalista, inseridas em uma divisão de classe, consideramos também a discussão de raça/etnia (K nº 6, 2010, p. 42).

Tais dimensões, principalmente de classe, raça e etnia, quando entrelaçadas acentuam as desigualdades sociais e podem ser evidenciadas nas produções voltadas ao mundo do trabalho, em que as mulheres negras, geralmente, são as mais pobres as mais excluídas dos empregos formais, dos lugares de decisão e da proteção social. Somam-se a essas, aquelas que priorizam a discussão sobre a violência de gênero, que necessita ser compreendida como uma das expressões das desigualdades sociais perpassada por tais eixos.

A dimensão da diversidade (gênero, raça, orientação sexual, dentre outras) permite-nos verificar que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas, coloca-as em situações de subordinação e opressão, advindas seja por se apropriarem historicamente de menos poder do que os homens; seja por seu pertencimento a uma classe dominada, alheia à riqueza socialmente produzida ou, seja, ainda, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida. Acrescente-se, ainda, a orientação sexual que implica outro recorte na caracterização das formas de opressão e de violação de direitos. No universo do trabalho também prevalecem relações de desigualdade entre homens e mulheres (K nº 4, 2010 p. 13).

No que se refere ao tema **protagonismo feminino**, destaca-se o sentido da **participação/ocupação** dos espaços públicos pelas mulheres. Os trabalhos em que esse sentido está presente ancoram-se em diferentes contextos, nacional e internacional, e possuem a mulher como objeto central das discussões.

Nesses estudos são destacadas, de um lado, conjunturas desfavoráveis, como: migração motivada por causas socioeconômicas, políticas ou fuga de uma estrutura social patriarcal; exclusão ou restrição

da participação feminina em partidos políticos decorrentes dos processos históricos e culturais; degradação ambiental que impactam a vida das mulheres e a sobrevivência de suas famílias; situações de violência mediante contexto de guerra civil; ausência de reconhecimento da participação das mulheres em ações de guerra civil, por parte dos homens e do Estado, não proporcionando sua reinserção igualitária tanto econômica quanto social e política, o que gerou iniquidades sociais distintas entre soldados femininos e masculinos.

Por outro lado, mesmo inseridas nesses contextos desfavoráveis, o protagonismo das mulheres é evidenciado, ressaltando o processo de participação/ocupação dos espaços públicos, como se vê nas citações que seguem:

A entrada das mulheres na vida pública representou, na vida das famílias caboclas, uma redefinição de papéis. Os homens tiveram que aceitar responsabilidades na gestão doméstica, uma vez que as mulheres estavam assumindo parte da responsabilidade de manutenção da casa. Essa participação das mulheres fez com que sua posição nas redes de poder no interior da comunidade transformasse as relações de gênero [...] Estas mulheres não estavam acostumadas a intervir no cenário “público” ou “político” (K nº1, 2002, p. 44).

Ainda,

Através do processo de conscientização, no qual as mulheres caboclas não apenas se conheceram e conviveram, como também identificaram umas com as outras interesses comuns, ocorreu o “empoderamento”, ou seja, as esferas da vida privada politizaram-se e a política entrou em seus lares. [...] Estas mulheres, passaram a fazer novas reivindicações nas suas comunidades. Não se contentavam mais apenas em fazer tricô, crochê ou costura nos encontros de seus grupos; assuntos relacionados ao corpo, à sexualidade, aos direitos reprodutivos, violência conjugal passaram a ser cada vez mais frequentes nas discussões, provocando o questionamento de sua condição de vida e de mulher (K nº1, 2002, p. 44).

[...] não é possível desvincular a instituição dos Conselhos da área social do legado das lutas dos movimentos sociais, dentre as quais as feministas ocuparam lugar importante, reclamando mediações e critérios públicos de tratamento para determinados temas e relações antes restritamente dependentes de deliberações privadas, e que sobrecarregavam as mulheres com os cuidados domésticos, dificultando sua saída para o mundo público. [...] A significativa presença das mulheres nos Conselhos Gestores indica também o papel particular que elas vêm desempenhando na efetivação de direitos sociais, cuja ausência responde pelas dificuldades das mulheres saírem do mundo privado (K n° 9, 2010, p. 92).

os impactos dos projetos de desenvolvimento têm levado mulheres do mundo inteiro a protagonizar lutas dos mais variados tipos, buscando defender a preservação dos seus ecossistemas, a integridade física de suas famílias e o respeito às suas culturas. Também têm atuado em redes na tentativa de se fortalecer politicamente. Ao mesmo tempo, têm desenvolvido experiências concretas de recuperação ambiental, na tentativa de conquistar autonomia e condições de subsistência dignas para si, sua família e comunidade. [...] Os novos espaços são arenas para a sua ação política de busca por transformações sociais e justiça (K n° 12, 2013, p. 220).

Neste contexto histórico [guerra civil, (1975-2002)], a mulher angolana teve um papel fundamental em diferentes momentos e situações; seja político, econômico, social ou cultural onde se fez prevalecer a sua garra, coragem e ousadia, através de processos de negociação política, enfileiramento junto às tropas em defesa da pátria, e manutenção das necessidades básicas de sua família e agregados, seja através do trabalho formal ou informal, como mãe, como guerrilheira, como militar ou apenas como mulher. [...] Apesar de as mulheres serem o alvo mais atingido pela violência e pela solidificação das desigualdades elas conseguiram, ainda assim, exercer um grande papel

em parceria com os homens nas lutas pela independência e pela democratização do país (K nº11, 2010, p. 120/121).

No tocante às **discussões que envolvem o Serviço Social**, destacam-se o sentido da **intervenção profissional** e o **lugar de gênero na formação profissional**. O primeiro sentido é destacado em um artigo que reflete sobre a intervenção profissional do assistente social nas situações de violência contra a mulher e sua relação com as políticas públicas. A natureza interventiva da profissão requer dos profissionais a utilização de instrumentos e técnicas articuladas à dimensão teórica, ética e política.

Na relação intervenção profissional e políticas públicas, as autoras priorizam o debate dos instrumentos ou meios de trabalho do profissional, que integram os processos de trabalho. “São eles que potencializam a ação do trabalhador sobre seu objeto de trabalho ou matéria-prima” (K nº 3, 2005, p. 2005). A discussão avança para a apresentação de propostas de intervenção aos profissionais que viabilizam as políticas de saúde, assistência social, habitação, infraestrutura, trabalho e comunicação, com vistas à promoção das mulheres que estão em situação de violência. Isso posto, demonstra a necessidade de envolver diversas políticas públicas na capilarização da atenção a essas usuárias, uma vez que está subjacente o desafio da intersetorialidade e interdisciplinariedade no atendimento, enfrentamento e superação da questão da violência contra a mulher.

O texto (K nº 3, 2005, p. 209) aponta, ainda, o caráter pedagógico da profissão na sua relação com suas usuárias ao acessar as políticas públicas: “a profissão também tem uma dimensão pedagógica, na medida em que se trabalha numa perspectiva de transformação da consciência dos sujeitos, com vistas à sua emancipação” (K nº 3, 2005, p. 209).

No que se refere ao segundo sentido, os dois textos apontam que houve certo distanciamento entre o Serviço Social e os estudos de gênero, conforme se observa nos seguintes fragmento: “A história mostra que o Serviço Social, enquanto profissão, caminhou paralelo às conquistas do movimento feminista e apenas recentemente integrou na sua agenda a discussão relativa à problemática da violência contra a mulher” (K nº 3, 2005, p. 204) e “Constatamos que ao longo da história houve mais desencontros do que encontros entre o Serviço Social e as questões de gênero” (K nº 7, 2010, p. 71).

Para tanto, propõe que

[...] as mulheres que constituem a maioria das profissionais de Serviço Social, e também os colegas homens, aproximem-se das contribuições dos estudos de gênero, e que no cotidiano das práticas possam incorporar reflexões teóricas que iluminem as demandas que surgem no exercício profissional (SS nº 7, 2010, p. 73).

E ainda que o

[...] Serviço Social deve aproximar-se dos estudos feministas para realizar uma crítica a partir de seu submetimento, a uma verdade, a uma linguagem, a um discurso, a uma história colonizada. É necessário inventar, reinventar uma nova forma de produzir conhecimento em Serviço Social a partir da afirmação da nossa identidade e a partir das demandas que surgem no cotidiano de nossas práticas que configuram a transversalidade de gênero! (SS nº 7, 2010, p. 74).

Os textos indicam a necessidade e a importância da incorporação dos estudos de gênero pela categoria profissional. Segundo as autoras, a interlocução do Serviço Social com os estudos feministas e de gênero poderiam dar suporte teórico e técnico à intervenção profissional, seja junto às demandas trazidas aos usuários, seja na formulação, implementação de políticas sociais. Em outras palavras, “os estudos de gênero nos convidam a olhar e a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais” (K nº7, 2010, p. 68). Ademais, a discussão do texto K nº 7 (2010) sinaliza um paradoxo “invisibilizado” pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Serviço Social (ABEPSS, 1996), na medida em que não aponta a temática como obrigatória para a discussão da formação profissional, mesmo sendo majoritariamente feminina na condição de profissionais e usuárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada é possível afirmar a relevância dos estudos de gênero para a produção de conhecimento no Serviço Social e para sua construção contemporânea como profissão interventiva. Destacamos três (3) aspectos identificados e reafirmados na análise dos resultados da pesquisa e que colocam questionamentos teóricos e metodológicos à categoria.

O primeiro diz respeito a fatores que trazem à tona as relações de gênero no cotidiano profissional e que empregam características e dinâmicas a ele relacionadas. Referem-se tanto à identidade do perfil profissional, que intervém e que produz conhecimentos, quanto ao público demandatário de suas ações sócio assistenciais. Os resultados apontam que as produções das Revistas sobre gênero é uma atividade eminentemente feminina e em sua maioria realizada por docentes inseridos em unidades de ensino situadas, principalmente, nas regiões sul e sudeste. Há, assim, a instituição de relações entre mulheres, uma vez que predomina o feminino nas dimensões de produção, formação, execução e de acesso às políticas sociais.

Soma-se a esse aspecto, o campo privilegiado de atuação profissional. Historicamente, os profissionais de Serviço Social foram considerados executores terminais de políticas sociais. Embora a literatura (IAMAMOTO, 2011; NETTO, 2009) aponte que a atuação compreenda o planejamento, gestão, formulação e avaliação das mesmas, as produções analisadas do Serviço Social relacionadas ao gênero limitaram-se, quando identificadas, a apresentar e discutir experiências de execução.

O terceiro aspecto projeta os desencontros e fragilidades nas discussões de gênero que envolvem o processo de formação profissional, quais sejam: grande parte dos cursos não oferecem disciplinas que abordam essa temática, e quando oferecidas, geralmente, são eletivas ou ofertadas no final do curso. A secundarização do tema, presente igualmente na produção de conhecimento dos Eventos e Periódicos que compuseram o corpus, sugere uma lacuna teórica e metodológica das Diretrizes Curriculares da Profissão (1996). Ademais, esta tendência presente na formação pode dificultar a compreensão dos discentes da realidade social presente nos campos de estágio, bem como das políticas sociais que viabilizam à população usuária dos serviços.

Nota-se, no entanto, que esse conjunto de aspectos retrata um processo de constituição interna e de implicações externas que

impossibilitam invisibilizar os estudos de gênero no processo de formação dos profissionais e de sua intervenção social.

Tal projeção pode ser percebida na produção de conhecimento do corpus. No que se refere aos Eventos, há um aumento do número de artigos publicados, figurando a temática de gênero como subeixo específico a partir do XIII CBAS, realizado em 2010, e do XI ENPESS, ocorrido em 2008. Entretanto, é nota de destaque que sua presença é diminuta se comparada a outros eixos. Nos Periódicos, apresentou-se como edição temática com centralidade a partir do recorte da “Desigualdades e gênero”, igualmente de forma residual.

É importante destacar que um número reduzido de autores problematizam as dificuldades de interlocução das tendências teórico metodológicas assumidas pelo Serviço Social com os estudos de gênero. Outrossim, a categorização dos artigos publicados nos eventos do Serviço Social permitiu identificar que as discussões de gênero são abordadas a partir de temas transversais. É significativa a prevalência do tema da violência e do trabalho, e uma produção menor com enfoque no movimento feminista/feminismo e na educação.

O volume de artigos publicados e a diversidade de questões abordadas traçam um panorama do que vem sendo discutido no Serviço Social sobre as questões de gênero. No entanto, a produção de estudos sobre essa literatura em cada uma de suas vertentes e seu aprofundamento contribuiriam para identificar as lacunas e caminhos de investigação construídos pelo Serviço Social.

O conjunto de aspectos indica, igualmente, que a realidade social impõe as discussões de gênero à profissão e que há um processo endógeno de construção e de visibilidade que evidencia a necessidade de ampliação do debate e da apropriação desses estudos pela categoria. Os profissionais são demandados a buscar e a dar respostas às desigualdades sociais, agravadas cotidianamente pelas interseccionalidades da questão social.

De modo geral, os temas e sentidos identificados nas produções de gênero no Serviço Social apontam que os sujeitos das pesquisas são preponderantemente o feminino. Os estudos incorporam a categoria gênero como construção social, ressaltando traços de construção histórica, social e cultural, que determinam posições e espaços distintos ocupados por mulheres e homens e que explicam as desigualdades persistentes entre eles. Explicitam um lugar secundário do masculino e das interseccionalidades e transversalidades de gênero. De modo, indicam que embora tenhamos inúmeros avanços – conquista de espaços públicos e legislações, ainda permanece fortemente a lógica essencialista

de responsabilização das mulheres pelo cuidado em todas as esferas sociais.

Dentre os desafios trazidos pelo corpus e que podem ser problematizados como objeto de estudo para melhor compreender a interação entre Serviço Social e estudos de gênero, destaca-se quatro (4) pontos: o primeiro refere-se à ausência ou residual discussão das masculinidades e sexualidades na produção de conhecimento; o segundo ponto diz respeito à necessidade de ampliar a articulação de gênero com outras categorias analíticas, como raça/etnia, classe, geração, dentre outras, uma vez que os estudos apontam para a interseccionalidade, mas não aprofundam o debate.

O terceiro está relacionado à necessidade de ampliação de pesquisas em torno das políticas sociais, segundo a transversalidade de gênero e por fim, a construção de análises própria do Serviço Social, a partir do lugar de destaque que as questões de gênero ocupam principalmente nas políticas sociais, uma vez que este se constitui como campo privilegiado da ação profissional.

Por fim, sugere-se para estudos posteriores aprofundar aspectos como: compreensões teóricas utilizadas pelos assistentes sociais para definir gênero; autores utilizados; linhas teóricas e autores que a produção teórica está vinculada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPSS. Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.

ADELMAN, Miriam. Feminismo, pós-colonialismo e novas narrativas sociológicas. Seminário Temático- Pós-colonialismo, pós-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade. **ANPOCS, 2004.** Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=4070&Itemid=319. Acesso em: 02/02/2014.

ALVES, Branca Moreira; Pitanguy, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985. 78 p. il. (Coleção primeiros passos, 20). <http://pt.scribd.com/doc/113816280/O-que-e-Feminismo-Branca-Moreira-Alves-e-Jacqueline-Pitanguy-Colecao-Primeiros-Passos>.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 40, n. esp., 2006, p.121-32.

ARAUJO. Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Revista Crítica Marxista** n. 11, 2000.

ARAUJO, Jair Bueno de. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros em Judith Butler. **Saber Acadêmico**, n.º 11, 2011, p. 33-38.

ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo e Marxismo: entre casamentos e divórcios**. Portugal: Edições Combate, 2010. Tradução de Isabel Lacerda.

_____. Rumo a uma “*União queer*” de marxismo e feminismo? **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, 2011, p. 159-171.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2010.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edições 70. São Paulo, 1979.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. MOTA, A. E. [et al] (orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BONIS, Gabriel. **O Brasil tem 16,2 milhões na pobreza extrema, 2011.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-tem-162-milhoes-na-pobreza-extrema/> Acessado em: 06/08/2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Memória 2003-2006,** 2006.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres,** Brasília: Presidência das República, 2010.

BUTLER. Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003.

CALÁS, Marta B. e SMIRCICH, Linda. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CALDAS, M. FACHIN, R. e FISCHER, T. (orgs.) **Handbook de Estudos Organizacionais,** v.1. São Paulo: Editora Atlas AS, 2007.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos Abess: Formação profissional: trajetórias e desafios,** São Paulo, v. 7, 1997, p.15-57.

CARLOTO, Cássia Maria. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: **Políticas públicas e igualdade de gênero.** GODINHO, T. e SILVEIRA M. L. (orgs.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

_____. O Conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Revista Serviço Social em Revista**, vol. 3, n° 2, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003. Tradução de Alexandra Lemos e Rita Espanha.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Revista Crítica Marxista**, n° 11, 2000.

CFESS. **Código de ética do assistente social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 24/02/2014.

CISNE, Mirla. Gênero e patriarcado: uma relação necessária para o feminismo. In. **Políticas Sociais, Serviço Social e Gênero: múltiplos saberes**. QUEIROZ, F.; RUSSO, G. e GURGEL, T.(Orgs.). Mossoró: UERN, 2012.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da ‘questão da mulher’ ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (RBSE)**, n. 24, v. 08, 2009.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Niterói**, v, 5, n. 2, 2005, p. 9-35.

COSTA. Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n° 11, 1998.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n. especial. Florianópolis, 2004, p 23-36.

CYFER, Ingrid (UNIFESP). Feminismo, Sexualidade e Justiça no debate entre Nancy Fraser e Judith Butler. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2293&Itemid=171. Acesso em: 07/01/2014.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Revista Estudos**, v.21, n.1, Florianópolis, 2013, p. 11-39.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995.

DE VOLTA AO PAÍS DO FUTURO: Crise europeia, projeções e a nova classe média. Marcelo Côrtes Neri (Coordenação). Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FARAH, Marta F. Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, 2004, p. 47-71.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em Serviço Social. **Pro-Posições**, v. 14, n.1, 2003, p. 107-119.

FERREIRA, Norma Sandra de. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, 2002.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2), 2007, p. 291-308.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2002, p. 29-48.

GROSSI, Mirian Pilar; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas** v. 6 n. 1, 1998.

GRUENDEMANN, Vera Lucia Camargo; TÔNDOLO, Cássio Eduardo Da Silveira e ETCHEVERRY, Daniel. [A grande incidência de homens no Serviço Social: um fenômeno particular da Unipampa campus São Borja. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão v. 4, n. 1, 2012.](#)

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n° 22, 2004.

HECKERT, Sonia m. R. Identidade e mulher no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Florianópolis, n.1, 1991, p. 55-71.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18), 2001/02.

IAMAMOTO Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro e questão social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro Luis. **Olhar o mundo com olhos de mulher?** A respeito dos homens e a luta feminista, 1991. Disponível em http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/mauro-iasi_feminismo.pdf. Acesso em: 15/01/2013

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas informação demográfica e socioeconômica 27, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf. Acessado em: 29/07/2012.

INEP /MEC. **Censo da Educação Superior: 2011**. Resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Brasília: Comunicação da Presidência, n. 38, 2010.

LARA, Ricardo. **A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LIMA, Rita de Lourdes de. Gênero e Serviço social. **VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e gênero da ABEH**, Salvador, 2012.

LIMA, Rita de Lourdes; SANTOS, Maria de F. de S. Mulheres e Serviço Social: alguns elementos para reflexão. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, v.1. Florianópolis, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n.1, 2010, p. 66-75.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição, Editora Vozes: Petrópolis, 2003

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MATOS, Maria Izilda S. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: Adrina Piscitelli, Vera Puga, Sônia Weidner Maluf, Hildete Pereira de Melo. (Org.). **Olhares feministas**. 1ed. Brasília: Ministério da Educação UNESCO, 2009.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010, p. 67-92.

_____. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, vol. 16, n. 2, Florianópolis, 2008.

MENICUCCI, Eleonora. **Democratização com a eleição de mais Mulheres**. Secretaria de Política para as mulheres, 2012.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.*(Orgs.) **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009, p.130-148.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. especial, 2013, p. 61-71.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: Um Ensaio Sobre sua Gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, M. R. de A.; LUZ, L. C. X.; SILVA, M. V.; MIRALES, R.; LISBOA, T. K. **O lugar de gênero na formação da/o Assistente Social**. CD ROOM ENPESS, 2006.

NARVAZ Martha G.; KOLLER, Silvia H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006, p. 647-654.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Raphael Cezar da Silva. **Reconhecimento, multiculturalismo e direitos: contribuições do debate feminista a uma teoria crítica da sociedade**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social. *Psicologia & sociedade: revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, 2001, p. 107-128. Disponível em: repositorium.sdum.uminho.pt. Acesso em 06/07/2013.

OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (OIG). **Relatório anual 2012**. Os bônus na mira:

aporte e carga para as mulheres. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/50391/2013-192-OIG_portugues.pdf. Acesso em: 08/03/2014.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, Carolina. Maioria dos 16,2 milhões de brasileiros na miséria é jovem, negra e nordestina. In: **Rede Brasil Atual**, 2011. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2011/05/maioria-dos-16-2-milhoes-de-brasileiros-na-miseria-e-jovem-negra-e-nordestina>). Acesso em: 06/06/2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010, p.15-23.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.

_____. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Disponível em: http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana_01.pdf.

POCHMANN, Marcio. **Estrutura social no Brasil: mudanças recentes**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 104, São Paulo, 2010.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Feminismo e Direito. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito**, João Pessoa: UFPB, v. 1, n. 1, 2010, p. 113-131.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, C. L. e SCHMIDT, S. P. (Orgs.) **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis:Ed. Mulheres, 2004.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Política Social e Gênero: um diálogo necessário. In: **Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social** (NEPOS / UnB), n. 15, 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da Arte" em educação. In: **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, núm. 19, 2006.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judit. Tráfico Sexual, entrevista. **Cadernos Pagu** n. 21, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs.), **Uma Questão de Gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza R.; BINGERMER, Maria Clara L. **Mulher e Relações de Gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 81-113.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Marcia S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo T. e VANIN, Iole M. (Orgs.). **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA-NEIM, 2011.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: Revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12 n. 2, 2004, p. 35-50.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica** (1989). Tradução DABAT, C. R.; AVILA, M. B.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**, São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 203-222.

_____. "La querelle des femmes" no final do século XX. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001, p. 367-388.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v.13 n. 1. Florianópolis, 2005, p. 11-30

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da Revista Serviço Social e Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, CARVALHO, Denise Bomtempo, B. de, ROSA, Maria Jussara M., MIOTO, Regina Célia T. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, D. B. de; SILVA, M. O. da S. (Orgs.). **Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 69-131.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK Maria Carmelita; DI GIOVANI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**, São Paulo: Cortez, 2004, p. 212.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para Fortalecer a Agenda Política na Perspectiva da Igualdade**, 2003. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos_e_coordenadorias/coordenadoria_da_mulher/Políticas_Genero_1.pdf.

SMIGAY, Karin E. Von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, 2002, p. 32-46.

SIMÕES, Pedro e ZUCCO, Luciana. Homens no Serviço Social: primeiras impressões. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.1, 2010, p. 25-41.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 33-54.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho

e Maria Lúcia da Silveira (orgs.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 14, n. 1, 2011, p. 104-115.

VARGAS, Sonia Maria de; ROTENBERG, Scheila. Identidade e trabalho doméstico feminino invisível. **Revista Trevo** v. 1, n. 2, 2011.

VELOSO, Renato. Serviço Social e Gênero: rumo a uma articulação. **Anais do CBAS**, 2001a.

_____, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço social e gênero. **Revista Praia Vermelha**, vol. 2, n. 4, 2001.

VIVAS, Michele Abreu. **“Literatura Mulherzinha”**: a construção de feminilidades nas tirinhas da série Mulheres Alteradas de Maitena. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2005. (Dissertação de Mestrado)

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria O. da Silva e (Orgs.). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25-49.